

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JULIANE SOARES RIBEIRO

**AGRONEGÓCIO E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL
DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS:
ofensivas e resistências – município de Candiota-RS**

PORTO ALEGRE-RS

2022

JULIANE SOARES RIBEIRO

**AGRONEGÓCIO E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL
DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS:
ofensivas e resistências – município de Candiota-RS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Paludo

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Porto Alegre-RS

2022

JULIANE SOARES RIBEIRO

**AGRONEGÓCIO E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL
DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS:
ofensivas e resistências - município de Candiota-RS**

Aprovada em: 30 de janeiro de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Conceição Paludo (orientadora)

Dra. Maria Clara Bueno Fischer – (UFRGS)

Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros – (UFRGS)

Dra. Patrícia Martins da Silva – (UFPEL)

CIP - Catalogação na Publicação

Soares Ribeiro , Juliane
AGRONEGÓCIO E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL DAS
FAMÍLIAS ASSENTADAS: ofensivas e resistências -
município de Candiota-RS / Juliane Soares Ribeiro .
-- 2022.
128 f.
Orientadora: Conceição Paludo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Agronegócio . 2. Assentamentos . 3. Trabalho. 4.
Educação . 5. Sociabilidade . I. Paludo, Conceição,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação em meio à pandemia do Covid-19, com a descoberta da gestação e, posteriormente, com a maternidade, foi um dos grandes desafios que enfrentei até então na vida. Esse contexto demonstrou que estar viva, poder compartilhar sonhos com a família, amigos e, principalmente, acompanhar minha filha Liz crescer, é um dos maiores presentes do universo.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU; em especial, aos docentes desse programa, pela oportunidade de ingressar no mestrado e contribuir no meu processo de ensino, aprendizagem, pesquisa e, assim, qualificar minha prática social, enquanto estudante, militante, trabalhadora, mulher e mãe.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por me oportunizar inúmeros momentos formativos e contribuir na minha formação enquanto militante desse movimento social, que traz como bandeira principal a importante luta pela reforma agrária.

À Conceição Paludo, por orientar essa pesquisa, e por ser exemplo de educadora, intelectual, pela partilha fraterna e solidária de seus conhecimentos. Meu reconhecimento e gratidão, por mesmo nos momentos mais difíceis que tem passado, estar junto aos seus orientandos, dialogando e construindo pensamento crítico e, sobretudo, conspirando um futuro de transformação social.

Às professoras que aceitaram em contribuir na banca de qualificação e defesa final dessa dissertação: Dra. Maria Clara Bueno Fischer, Dra. Michele Lindner, Dra. Patrícia Martins da Silva e Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros.

Aos colegas que seguem no grupo de orientação: Ane, Onélia, Patrícia, Antônio, Fabio e Raul, pelas partilhas de estudo, elaborações e também anseios. Às colegas e amigas que já defenderam suas teses, Andréa, Magda e Vanessa, vocês foram fundamentais pela minha decisão em retomar os estudos.

Aos amigos, Cátia, Daniel e Diana, por serem meu porto seguro em todas as horas, em especial pelo carinho e generosidade comigo e com a Liz.

À minha família, meu pai Orestes, minha mãe Alcinda, meus irmãos Dionéia, Dionara, Flávio, meus sobrinhos Gustavo e Manoela, por apoiarem os estudos e estarem sempre solidários com os cuidados com a Liz.

A Marcelo, meu companheiro, pai da Liz, pelo apoio e a contribuição com a nossa filha, sobretudo nessa reta final da escrita.

Por fim, mas não menos importante, à minha filha Liz, essa pequena de 1 ano e 9 meses, que me ensina cotidianamente como me tornar um ser humano melhor, mais paciente e amoroso.

RESUMO

A pesquisa intitulada “Agronegócio e a reprodução sociocultural das famílias assentadas: ofensivas e resistências – município de Candiota-RS” teve como objetivo diagnosticar como passam a viver e a se reproduzir as famílias assentadas que optaram pelo modo de produção do agronegócio, analisando como essas mudanças se materializam nas relações socioculturais, dando atenção também para a especificidade das práticas sociais educativas. Buscou-se, também, compreender o assentamento como território de disputa de projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro e identificar, nesses territórios, práticas/experiências contra-hegemônicas de organização e produção das famílias assentadas, verificando nessas práticas como se constituem os processos educativos desses sujeitos assentados. Tomamos como principais referenciais teóricos: Prado Jr. (1956), Stedile (2011), Delgado (2012), Martins (2019), Marx (1983), Antunes (2004), Brandão (2008), Gramsci (1999) e Arroyo (1991). A pesquisa empírica aconteceu nos Assentamentos Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso, no município de Candiota-RS. A problemática que motivou essa investigação se propôs a analisar em que aspectos o modelo produtivo hegemônico do agronegócio, ao ir se implementando nos assentamentos da Reforma Agrária, interfere na reprodução sociocultural das famílias assentadas, na qual a educação também está presente. Nosso caminho metodológico deu-se através de entrevistas abertas e semiestruturadas, que aconteceram, em um primeiro momento, de forma presencial e, devido à chegada da pandemia, também de forma virtual. Colaboraram com essa pesquisa 7 interlocutores, sendo esses assentados e técnicos com atuação nos assentamentos. Os resultados desse processo de pesquisa vão ao encontro da nossa problemática, pois é possível afirmar que a expansão do monocultivo da soja, sendo ela parte do projeto do agronegócio, reconfigura a organização da família e de todo o território, frente ao trabalho e à sociabilidade. Essa transformação resulta em um amplo processo de arrendamento dos lotes, numa relação de dependência entre arrendador e arrendatário e, conseqüentemente: na perda de autonomia sobre sua área; na mecanização do trabalho, fazendo com que o mesmo seja executado principalmente pelos homens; na desvalorização da diversidade e da produção de alimentos que influencia na dinâmica sociocultural da família; e no enfraquecimento do vínculo desses sujeitos assentados com as organizações sociais, em especial com o MST. Ainda, frente a essas contradições, conseguimos identificar, nesses territórios, práticas/experiências contra-hegemônicas de organização e produção das famílias assentadas. Estando estas materializadas na produção de sementes agroecológicas vinculadas a Bionatur, no leite, e no papel atuante das mulheres no cultivo do lote, garantindo a reprodução social da família.

Palavras-chave: Agronegócio; Assentamentos; Reforma Agrária; Sociabilidade.

ABSTRACT

The research entitled “Agribusiness and the socioculture reproduction of settled families: offensives and resistances – municipality of Candiota-RS”, aimed to diagnose how the settled families who chose the agribusiness production mode began to live and reproduce, analyzing how these changes materialize in sociocultural relationships, also paying attention to the specificity of educational social practices. We also to understand the settlement as a diputed territory of development projects for the Brazilien agrarian and identify in these territories practices/ experiences against hegemonic organization and production of settled families, in these practices how the educational processes of these seated subjects are constituted. We take it as the main theoretical reference Prado Jr (1956), Stedile (2011), Delgado (2012), Martins (2019) Marx (1983), Antunes (2004), Brandão (2008), Gramsci (1999), Arroyo (1991). The empirical research took place in the Settlements Conquista dos Cerros and Conquista do Paraiso, in the municipality of Candiota/RS. The problem that motived this investigation was proposed to analyse in what aspect the hegemonic productive model of agribusiness, by implementing itself in the settlements of the Agrarian Reform, interferes in the sociocultural reproduction of settled families, in which education is also presente. Our methodological path took place through open interviews and semistructures that took place at first in person and, due to the advento of the pandemic, also virtual. Seven interlocutors collaborated with this research, these are settled and technical with work in the settlements. The results of this research process are in line with our problem, where it can be affirmed that the expansion of soybean monoculture, being part of the agribusiness project reconfigures the organization of the family and whole territory, facing work and sociability. This transformation results in a broad lease process of the lots, in a relationship of dependence between lessor and lessee and consequently in the loss of autonomy over its area; mechanization of the work, causing in to be performed mainly by men; in the devaluation of diversity and food production that influences the sociocultural dynamics of the family, and weakening the bond of these settled subjects with social organizations, in particular the MST. Furthemore, in the face of these contradictions, we were able to identify in these territories practices/experiences against hegemonic organization and production settled families. Being these materialized in the production of agroecological seeds linked to Bionatur, in milk, and in the active role of women in the cultivation of the lot, ensuring the social reproduction of the family.

Keywords: Agribusiness; Settlements; Agrarian Reform; Sociability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa RS – Localização município de Candiota-RS.....	47
Figura 2 - Produção sementes de cebola (Assentamento Conquista do Cerros – Lote da interlocutora 01).....	50
Figura 3 - Vacas de leite (Assentamento Conquista do Paraíso – Lote do interlocutor 04) ...	53
Figura 4 - Envolvimento das famílias no processo de trabalho e produção.....	79
Figura 5 - Evolução da produção das principais culturas agrícolas do RS	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas teses e dissertações (2013-2019).....	37
Quadro 2 - Pesquisas selecionadas (2013-2019)	38
Quadro 3 - Produção de Grãos no Rio Grande do Sul (2017).....	45
Quadro 4 - Tipos de produção e envolvimento dos interlocutores.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE RS	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FACED	Faculdade de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
RS	Rio Grande do Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
TRAMSE	Trabalho Movimentos Sociais e Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O TERRITÓRIO DA PESQUISA.....	20
1.1 A COLONIZAÇÃO E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	20
1.2 DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E ATUALIDADE DO DEBATE DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	26
1.3 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA	32
1.4 ESTADO DA QUESTÃO (2013-2019) E APROXIMAÇÕES COM A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	36
1.5 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO CAMPANHA-RS: TERRITÓRIO DA PESQUISA	41
1.5.1 Assentamento Conquista dos Cerros e Assentamento Conquista do Paraíso.....	46
2 TRABALHO, SOCIABILIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO	56
2.1 DO TRABALHO À SOCIABILIDADE	56
2.2 RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, CULTURA E EDUCAÇÃO NA SOCIABILIDADE	59
2.3 IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA E PARA A SOCIABILIDADE CAMPONESA	67
2.4 O TRABALHO E A SOCIABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS CONQUISTA DOS CERROS E CONQUISTA DO PARAÍSO.....	74
3 A DISPUTA DE MODELOS: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE RESISTÊNCIAS NOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS	85
3.1 CONTEXTO DO AVANÇO DO MONOCULTIVO E DO AGRONEGÓCIO NOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS.....	85
3.2 A OFENSIVA DA SOJA E A ALTERAÇÃO NO MODO DE VIDA.....	94
3.3 PRODUZINDO RESISTÊNCIAS AO MODELO HEGEMÔNICO.....	100
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXO 1 - ENTREVISTA FAMÍLIAS ASSENTADAS: PRODUTORAS DE SOJA	120
ANEXO 2 - ENTREVISTAS FAMÍLIAS ASSENTADAS – PRODUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA (PARA FAMÍLIAS NÃO ENVOLVIDAS COM A SOJA).....	122
ANEXO 3 - ENTREVISTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	124
ANEXO 4 - ENTREVISTA ÓRGÃO PÚBLICO - EMATER	125
ANEXO 5 - AUTORIZAÇÃO USO IMAGENS, E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA	126

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira passou por diversas transformações desde a chegada da “Revolução Verde”, no período da ditadura empresarial, midiática, civil e militar, que tinha como jargão “acabar com a fome no mundo”. Seu modelo tecnológico era dependente da utilização de agroquímicos e maquinários agrícolas, o que acarretou uma dependência de insumos oriundos do exterior. Tal processo aguçou ainda mais a “modernização da agricultura”, ocasionando mudanças na forma de conceber a agricultura, bem como transformando radicalmente sua produção e as formas de trabalho existentes no campo.

Nos últimos anos, o agronegócio, como a expressão do capitalismo financeiro no campo, tem se apresentado como o principal produtor de riquezas e alimentos do país. Contudo, seu modelo produtivo de *commodities* agrícolas, além de ser altamente dependente de insumos químicos (agrotóxicos), visa destinar a sua produção para a exportação, sendo, na maioria das vezes, o resultado desses cultivos transformado em ração animal. Nessa perspectiva, o Brasil assume um papel de país agroexportador de matérias-primas. Para Katz (2016), toda a América Latina está inserida, em um contexto internacional, como provedora de produtos básicos, ocasionando a reprimarização da economia latino-americana.

O projeto do agronegócio, pautado na produção de *commodities*, tem se expandido exponencialmente por todo o campo brasileiro, daí resulta o aumento desenfreado do desmatamento, das queimadas, da grilagem de terras, dos conflitos agrários com os povos tradicionais, da contaminação das águas e do solo pelo uso desenfreado de agrotóxicos. Esse projeto e suas consequências também chegaram nas áreas de assentamentos, disputando os territórios conquistados, através da luta pela reforma agrária, e ocasionando transformações na reprodução sociocultural dos sujeitos que ali residem. São essas contradições que nos desafiamos a aprofundar nessa dissertação.

O interesse por essa temática também está relacionado com minhas próprias vivências inseridas no MST, desde a infância, acompanhando meus pais no acampamento e, posteriormente, no assentamento¹, conquistado através da luta pela

¹ Atualmente, meus pais são assentados no Assentamento Hugo Chávez, no município de Tapes-RS, onde estão inseridos em uma cooperativa de produção, que tem como principal cultivo o arroz orgânico.

terra. Foi a partir dessa experiência concreta, e posteriormente na juventude, com ingresso na Universidade para cursar Antropologia, que busquei aprofundar as reflexões sobre esse território tão importante para o desenvolvimento do campo, percebendo suas possibilidades e contradições.

A presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrando a Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE). O foco desse trabalho, como já mencionado, foi estudar o contexto agrário, no qual o agronegócio tem hegemonizado o modelo de produção agrícola e se expandido para os assentamentos de reforma agrária. Nessa perspectiva, buscou-se estudar o impacto do agronegócio na reprodução sociocultural das famílias assentadas, quando estas reproduzem em seus lotes a produção das *commodities* agrícolas, bem como diagnosticar práticas sociais contra-hegemônicas a esse modelo.

A opção por essa temática esteve relacionada à problemática que guiou a pesquisa, sendo ela: “Em que aspectos o modelo produtivo hegemônico do agronegócio, ao ir se implementando nos assentamentos da Reforma Agrária, interfere na reprodução sociocultural das famílias assentadas, na qual a educação também está presente?”.

Tal questão partiu da problemática de que, quando se disputa um modelo produtivo do assentamento, disputa-se também o modo de vida das famílias que ali vivem, produzindo e reproduzindo suas vidas. Assim, o objetivo geral foi: Diagnosticar como passam a viver e a se reproduzir as famílias assentadas que optaram pelo modo de produção do agronegócio, analisando como essas mudanças se materializam nas relações socioculturais, dando atenção também para a especificidade das práticas sociais educativas. Como objetivos específicos, buscou-se: a) compreender o assentamento como território de disputa de projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro; b) identificar nesses territórios práticas/experiências contra-hegemônicas de organização e produção das famílias assentadas. Verificar, também, nessas práticas, como se constituem os processos educativos desses sujeitos assentados.

Como método de pesquisa, para dar conta da problemática e dos objetivos propostos, busquei a aproximação com o materialismo histórico dialético, a fim de compreender as contradições existentes nesse processo, pois, “com a ajuda da

dialética, é possível refletir a realidade do modo mais adequado e profundo” (KOFLER, 2010, p. 81). Nesse mesmo sentido, para Gadotti (1988, p. 22), a dialética permite “observar as coisas e os fenômenos não de maneira estática, mas no seu movimento contínuo, na luta de seus contrários”. Para Frigotto (2000), a dialética materialista histórica coloca-se como uma postura, um método e uma práxis:

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção da realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, nesse sentido, antecede o método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 2000, p. 77).

[...] a dialética materialista ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e transformação. Há, pois, um triplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento “novo” e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação (FRIGOTTO, 2000, p. 79).

É nessa perspectiva que a pesquisa busca o conhecimento da totalidade, compreendendo-a como uma unidade constituída por unidades inter-relacionadas. Assim, o contexto pesquisado é visto como essa totalidade, onde se articulam totalidades específicas que conformam o todo. Aqui, adotamos a definição de Kosik (1976, p. 35-36):

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa conhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem ainda a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis, e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais de um todo. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em.

Nesse viés, partimos do concreto real como fato empírico, avançando no processo do concreto pensado, que permite desvelar a realidade para além da aparência. Entende-se que o objeto dessa pesquisa não é estático, pois está em constante movimento; assim, buscou-se, com esse estudo, explicitar esse movimento, aprofundando a análise do fenômeno social e as suas contradições.

A pesquisa de campo ocorreu no município de Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, nos Assentamentos Conquista do Cerros e Conquista do Paraíso.

Nesse processo de pesquisa, contei com a contribuição de 7 interlocutores², sendo eles: 4 moradores dos dois assentamentos citados acima, 1 dirigente do MST (residente da região), 1 (uma) integrante da equipe técnica da Bionatur, e 1 técnico da Emater.

Para preservar a identidade dos interlocutores, a opção foi se referenciar a eles a partir dos números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07. A interlocutora 01 é uma mulher, casada e vive junto com seu companheiro e seus dois filhos. O interlocutor 02 é um homem, ele vive sozinho no lote, tem duas filhas do seu primeiro casamento, que vivem com a mãe. A interlocutora 03 é uma mulher, casada, reside com seu companheiro e seus três filhos. O interlocutor 04 é homem, casado, e vive com sua companheira e seus 4 filhos. A interlocutora 05 é uma mulher, vive com seu companheiro e seu filho. O interlocutor 06 é um homem e vive sozinho. O interlocutor 07 é um homem casado e vive com sua companheira e seus dois filhos.

O diálogo e as entrevistas com esses interlocutores ocorreram em três momentos distintos, sendo dois encontros presenciais e um remoto. A primeira ida a campo ocorreu em fevereiro de 2021, quando dialoguei com a direção da cooperativa Bionatur e um dirigente da região Campanha, a fim de apresentar a proposta da pesquisa e delimitar o campo onde a mesma aconteceria. Na ocasião, realizei a entrevista com o interlocutor 07. A segunda ida a campo, prevista para acontecer no mês seguinte, só aconteceu em outubro de 2021³, quando retornei da licença-maternidade. Nesse período, entrevistei mais 4 interlocutores: a interlocutora 01, o interlocutor 03, a interlocutora 04 e a interlocutora 05. Em novembro de 2021, realizei duas entrevistas virtuais com o interlocutor 02 e com o interlocutor 06, e voltei a dialogar – também de forma remota – com a interlocutora 05.

Para a análise dessa realidade, utilizei da pesquisa qualitativa, com o estudo de caso. Segundo Triviños (1987, p. 133-134):

É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição determina suas características, principalmente. Por um lado, natureza e abrangência, da unidade [...]. Em segundo lugar, também a complexidade do Estudo de Caso está determinada

² Precisando, dos 7 entrevistados, 4 são homens e 3 são mulheres. Cabe destacar que não foi possível entrevistar um assentado que arrenda diversos lotes de terra para o cultivo de soja, pois este não se encontrava no assentamento quando ocorreu a ida a campo e não obtive sucesso no contato virtual. A escolha desses interlocutores aconteceu após um diálogo com integrantes da Bionatur, que auxiliaram no contato com os mesmos.

³ A mudança de cronograma ocorreu devido ao nascimento antecipado de minha filha Liz, que veio ao mundo com 36 semanas de gestação.

pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho de investigador.

Na coleta de dados, buscando compreender a materialidade do fenômeno a ser estudado, utilizei-me de entrevistas abertas e semiestruturadas. Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importante seus contatos, inclusive, realizado na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

O processo de transcrição das entrevistas e a organização dos dados ocorreu de novembro de 2021 a janeiro de 2022 e, posteriormente, realizou-se a análise e triangulação dos dados. Conforme Triviños (1987, p. 161), a organização do material caracteriza-se como uma pró-análise, “a descrição analítica [...], o material de documentos que constitui o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado, orientado este em princípio, pela questão de pesquisa e referenciais teóricos”.

Com essa metodologia, o modelo produtivo do agronegócio foi analisado a partir das relações materiais que são estabelecidas no interior de ambos assentamentos da Reforma Agrária. Foi através da materialidade desse fenômeno social que se compreendeu as influências do agronegócio na reprodução da vida material e cultural dos assentados. Bem como, evidenciamos o processo de resistência desses camponeses a esse modelo e o desenvolvimento de suas práticas sociais, que se tornam formativas e educativas e que assumem uma perspectiva contra-hegemônica.

Como resultado desse processo de aprofundamento teórico e pesquisa empírica, organizou-se essa dissertação em três capítulos, sendo que, em cada capítulo, busquei fazer o diálogo entre o referencial teórico e o campo empírico. As reflexões teóricas debatem a questão agrária, território, assentamentos, agronegócio, agricultura camponesa, trabalho, sociabilidade, cultura e educação, sendo estas as elaborações que fundamentam essa dissertação.

No primeiro capítulo dessa dissertação, intitulado como a “Questão agrária no Brasil e o território da pesquisa”, apresentamos uma síntese do debate da questão agrária, retomando como se deu o processo de ocupação do território brasileiro, o desenvolvimento das forças produtivas, a “modernização da agricultura”, até a chegada do agronegócio. Destaca-se, também, a constituição dos assentamentos da reforma agrária como territórios conquistados através da luta pela terra e que hoje vêm sendo disputados pelo modelo produtivo do agronegócio. Apresentamos o estudo do Estado da Questão, como um processo fundamental na reflexão sobre a disputa de terras, pelo projeto do agronegócio nos assentamentos de reforma agrária. Ainda nesse primeiro capítulo, enfatizamos a importância dos assentamentos na região Campanha Gaúcha, bem como apresentamos o universo empírico, o Assentamento Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso, atentando para seu histórico e seu processo de desenvolvimento.

No segundo capítulo, “Trabalho, sociabilidade, cultura e educação”, nos detivemos ao debate do trabalho e sociabilidade como fundamentais para a produção e reprodução da vida humana. Apresenta-se a compreensão de cultura e a relação entre trabalho e educação. Nos atentamos para as expressões da cultura e de processos educativos desenvolvidos nas comunidades camponesas a partir do trabalho. Problematisa-se a maneira como as transformações do mundo do trabalho e, sobretudo, o modo de produzir agrícola modificam o modo de reprodução sociocultural das famílias camponesas. Seguindo com o resultado da pesquisa, adentramos na materialização do trabalho e da sociabilidade nos assentamentos pesquisados. Apresenta-se a caracterização das atividades produtivas e sociais das famílias assentadas, dando ênfase, também, para como o trabalho e a sociabilidade foram sofrendo mudanças e contradições com o decorrer do tempo, sobretudo pela influência do modelo produtivo do agronegócio.

No terceiro e último capítulo, “A disputa de modelos: o avanço do agronegócio e a produção de resistências nos Assentamentos pesquisados”, problematizamos o avanço da produção de soja no território pesquisado e suas consequências em relação ao arrendamento e dependência ao modelo. Evidenciamos a alteração do modo de vida dos sujeitos assentados quando aderem a esse projeto. Também apresentamos as formas de resistência ao modelo hegemônico, que encontramos no decorrer da pesquisa, estando estas materializadas na produção de sementes

agroecológicas, no leite e na participação ativa das mulheres no processo de trabalho e produção.

Por fim, a parte das considerações finais da dissertação retomam brevemente os resultados obtidos com essa pesquisa, bem como apontam questões que não foram possíveis aprofundar e que ficam como um desafio para a continuidade dos estudos.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O TERRITÓRIO DA PESQUISA

Compreende-se a questão agrária como “uma área de conhecimento científico que estuda como cada sociedade organiza ao longo de sua história o uso, a posse a propriedade da terra” (STEDILE, 2012, p. 641). Nesse sentido, julgo importante partir da contextualização histórica do período da colonização e ocupação do território brasileiro, a fim de compreender a questão agrária na atualidade.

O presente capítulo busca trazer uma breve síntese histórica da questão agrária no Brasil. Parte-se de uma abordagem histórica e econômica da formação sociocultural do país, com o objetivo de compreender como se deu a apropriação do território, desde o período colonial até os dias atuais.

Apresentamos, brevemente, o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira até a chegada do agronegócio, com seu projeto de produção de *commodities*, tendo por objetivo suprir a demanda do mercado externo. Situa-se, também, a luta pela terra nesse contexto de avanço do agronegócio no campo e suas implicações para os assentamentos de reforma agrária. Por fim, apresentamos o universo empírico onde foi realizada a pesquisa, os Assentamentos Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso, localizados no município de Candiota, região da Campanha do Rio Grande do Sul.

1.1 A COLONIZAÇÃO E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O marco da colonização e ocupação do território brasileiro se dá em 1500, com a chegada das embarcações portuguesas. Tal fato modificaria significativamente a posse e o uso da terra nesse território. Cabe destacar que, antes da chegada dos portugueses no Brasil, existia uma população diversificada de indígenas, distribuídos em mais de 300 grupos étnicos. Estes faziam a utilização do uso comum da terra. Stedile (2011, p. 19) destaca que:

Segundo os estudos de Darcy Ribeiro, em especial os reunidos no livro *O povo brasileiro*, quando os colonizadores europeus invadiram nosso território, estima-se que havia mais de 300 grupos tribais ocupando a região, num total de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Ou seja, uma população razoavelmente grande para aquela época.

Conforme Stedile (2011, p. 21), “em relação à propriedade da terra, a forma adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território pela monarquia, pela Coroa”. O uso do território iniciou-se em torno da extração do Pau Brasil:

Os primeiros contatos com o território que hoje constitui o Brasil devem-se aquela madeira que se perpetuaria no nome do país. [...] Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser da destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira (PRADO JR, 1956, p. 26).

Os portugueses conseguiram extrair a madeira com a utilização da mão de obra dos indígenas que residiam nesse território, faziam-no trabalhar em troca de objetos como “[...] miçangas, tecidos e peças de vestuário, raramente canivetes, facas, em troca dessa quinquilharia empregavam-se arduamente em servi-los” (PRADO JR, 1956, p. 26). A ocupação efetiva do território se dá pelo povoamento e colonização ocorridos no terceiro decênio do século XVI (PRADO JR, 1956). O uso da terra nesse período se deu através de concessões por parte da coroa, de grandes extensões de terras “cedidas” para a nobreza vinda de Portugal. De acordo com a afirmação de Silva (1981, p. 22):

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terras a particulares, denominadas sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão de obra da colônia uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos.

Com esse regime fundiário, instaura-se um modelo econômico agroexportador, com desenvolvimento de uma Empresa Colonial denominada *Plantation*, sendo a principal produção a cana de açúcar e a criação do engenho. Essa grande propriedade necessitará de uma nova forma de organização do trabalho, e é quando se instala, no Brasil, o trabalho escravo.

Em um primeiro momento, houve a escravização dos indígenas, que antes “prestavam” serviços baseados em troca de produtos e “[...] que aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho. Daí para a escravização pura e simples foi apenas um passo” (PRADO JR, 1956, p. 27). A organização do trabalho em torno da produção da cana de açúcar e do engenho apresentava-se como árduo e pesado e, aos poucos, o negro africano substituía o nativo indígena.

A mineração, a pecuária e a produção do café também marcaram significativamente a produção e modo de ocupação do território brasileiro. No início

do século XVIII, são descobertas as primeiras jazidas auríferas (de ouro e diamante), na região que ficou conhecida como Minas Gerais, sendo que “todas as demais atividades entrarão em decadência, o próprio açúcar como nervo econômico da colonização é desprezado” (PRADO JR, 1956, p. 57). A extração do ouro era realizada pela mão de obra de escravos africanos, destes muitos provinham das próprias fazendas de cana de açúcar.

O ciclo da mineração cumpriu um papel importante, tanto na expansão econômica no Brasil, quanto no mercantilismo mundial, pois fez aumentar a circulação monetária. É nesse mesmo período que se iniciam as primeiras vilas urbanas e se forma um mercado interno. A decadência do ciclo da mineração se dá ainda no final século XVIII, na qual ocorre uma “[...] prematura decadência, pois se esgotam praticamente todos os depósitos auríferos superficiais em toda a vasta área em que ocorreram” (PRADO JR, 1956, p. 63).

A pecuária vai se desenvolver no nordeste brasileiro. Segundo Caio Prado Jr. (1956), esta atividade foi a base econômica da região, sendo o cultivo agrícola secundário, em pequena escala, para atender às demandas de subsistência das famílias que residiam nas fazendas, conforme é possível verificar na sequência:

Em meados do século XVIII o sertão do Nordeste alcança o apogeu do desenvolvimento. O gado nele produzido abastece sem concorrência todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. O gado é conduzido através destas grandes distâncias em manadas de centenas de animais. Cruzando regiões inóspitas onde até a água escassa e não raro inexistente, o gado chega naturalmente estropiado ao seu destino. A carne que produzirá, além de pouca é de má qualidade. Assim somente a falta de outras fontes de abastecimento alimentar explica a utilização para isto de tão afastadas e desfavoráveis regiões [...]. As secas prolongadas que sempre foram aí periódicas, se multiplicam e se estendem ainda mais dizimando consideravelmente seus rebanhos que se tornaram de todo incapazes de satisfazer às necessidades de seus mercados consumidores. Serão substituídos pela carne seca importada do sul da colônia (PRADO JR, 1956, p. 69).

Conforme a citação acima, percebe-se que a falta de água e as prolongadas secas fizeram com que a pecuária no Nordeste fosse substituída pela do Rio Grande do Sul, que também teve nessa atividade sua base econômica. Cabe destacar que, no caso desse último estado citado, a criação de gado, inicialmente, tinha como principal produto o couro, que havia grande demanda de exportação. A produção da carne se deu através do charque. Caio Prado Jr. (1956, p. 98) destaca que o charque e “[...] seu aparecimento no comércio da colônia coincidiria com a decadência da

pecuária nos sertões do Nordeste, incapazes já de atender às necessidades do mercado”.

O declínio da mineração também faz ressurgir a agricultura, e alguns produtos que já eram cultivados em áreas localizadas do Brasil se difundem pelo território e passam a ser exportados para a Europa. Esse é o caso do algodão e do café, que, de acordo com Prado Jr. (1956, p. 83): “É somente quando se torna mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão se torna uma das principais riquezas da colônia”.

Ainda no final do século XVIII, o café tornar-se-á uma das principais produções da economia brasileira, conquistando destaque nos mercados internacionais. Esse cultivo segue sendo organizado na *plantation* monocultora e também utilizava o trabalho escravo.

Conforme Caio Prado Jr. (1956, p. 166), que destaca sobre o auge e o declínio da atividade:

Pouco depois da metade do século passado, esta área representa o setor mais rico e progressista do país, concentrando a maior parcela das atividades econômicas. Atinge também pela mesma época, o auge do seu desenvolvimento; logo virá o declínio. Repetia-se mais uma vez o ciclo normal das atividades produtivas no Brasil: a uma fase de intensa e rápida prosperidade, segue-se outra de estagnação e decadência [...]. A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo.

O período colonial ficou marcado pela exploração dos recursos naturais para suprir a demanda do comércio europeu. Mesmo com a independência do Brasil, em 1822, não ocorreram grandes mudanças no que diz respeito ao modo de produzir, de explorar a terra e os recursos naturais. Contudo, há questões a serem destacadas, como a pressão internacional, principalmente da Inglaterra, que faz surgir movimentos antiescravistas. Assim, no ano de 1831, o tráfico africano passa a ser proibido, mas a abolição do trabalho escravo viria após mais de 50 anos.

Outro fator que merece destaque e que marca a desigualdade no campo até nos dias atuais, é a Lei de Terras, do ano de 1850. Stedile (2011, p. 22-23) destaca sobre esse tema:

A Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, com a conseqüente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex escravos (*sic*) se apossassem das terras, promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país. Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra [...]. Foi então o batistério do latifúndio no Brasil.

Como podemos ver, a produção agrícola brasileira, desde a colonização, caracterizou-se como grandes propriedades de monocultivos, usando a força de trabalho escravo de negros africanos. O uso da posse e da propriedade da terra foi se moldando, conforme a necessidade da Coroa, para atender às demandas do mercado internacional.

Com o fim do trabalho escravo no Brasil, instaura-se uma crise no modelo agroexportador das *plantations*. A solução encontrada pelas elites agrárias foi atrair imigrantes camponeses⁴ da Europa. Segundo Stedile (2011), esse processo se iniciou antes mesmo da abolição da escravatura, onde “a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa [...]” (STEDILE, 2011, p. 25). O mesmo autor destaca:

O regime de produção sob a forma de colonato, assim rotulado por sociólogos, foi o estabelecimento de relações sociais específicas na produção de café, entre os fazendeiros e os colonos, não se tendo notícia de sua adoção em nenhum outro país. Por esse sistema, os colonos recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência, e de criar pequenos animais logrando, assim, melhores condições de sobrevivência. Cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão de obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que poderia ser vendido junto ou separado com o do patrão [...]. A crise segue até 1930 e a migração de camponeses europeus é interrompida na I Guerra Mundial (1914), quando também é interrompido o uso de navios para transporte dos migrantes. Nesse período de crise, nasceu, no campo brasileiro, o campesinato (STEDILE, 2011, p. 25-26).

Stedile (2011) destaca, ainda, que o surgimento do campesinato no Brasil se dá por dois fatores. O primeiro fator, já citado acima, é pela vinda de imigrantes pobres da Europa. O segundo fator está atrelado à mestiçagem da população brasileira,

⁴ Esse processo ficou conhecido como colonato, relação entre fazendeiros e camponeses onde os primeiros “cediam” as terras ao segundo para o cultivo do café.

ocasionada pela “miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes” (STEDILE, 2011, p. 27).

Para o autor:

Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás (STEDILE, 2011, p. 27).

A formação do campesinato está intrinsecamente ligada com a formação social da sociedade brasileira. Compreende-se como camponeses, os sujeitos, ou famílias, que se reproduzem, a partir de relações sociais e produtivas em um determinado território. Assim, “tendo acesso à terra e aos recursos naturais resolvem seus problemas reprodutivos, mediante a produção rural, desenvolvida de maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre o trabalho e dos que se apropriam do seu resultado” (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 113).

Nessa perspectiva, adota-se a definição de Carvalho: “o campesinato se constitui num sujeito social caracterizado por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas, ainda que inseridos na economia capitalista” (CARVALHO, 2005 *apud* COSTA; CARVALHO, 2012, p. 116).

Cabe destacar que as transformações dos modos de produção também afetam e modificam o campesinato, pois como citado acima, “seus modos de ser e de viver” não os isola do modo de produção capitalista. Assim, esse sujeito social também está cercado de contradições, chegando por vezes a reproduzir os valores e a lógica produtivista do modelo vigente. Tais aspectos serão aprofundados nos subcapítulos seguintes.

As reflexões apontadas até aqui ajudam na compreensão de como se estabeleceu a formação e o desenvolvimento econômico do país. Contribuem também para entendermos que o processo de colonização e modelo da *plantation* estão nas

raízes do atual modelo de produção vigente no campo, o qual aprofundaremos na seção seguinte.

1.2 DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E ATUALIDADE DO DEBATE DA QUESTÃO AGRÁRIA

Como foi exposto na introdução desse capítulo, a questão agrária consiste em uma área de estudo sobre o uso, posse, propriedade da terra e as próprias condições de produção da vida no campo. Nesse viés, a análise que segue está embasada na problemática enfatizada por Stedile (2012, p. 643): “a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza ocasiona ainda graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental”.

Nessa perspectiva, cabe destacar que o debate da questão agrária foi evoluindo conforme o desenvolvimento das forças produtivas e econômicas do país, como enfatiza José Graziano da Silva (1981, p. 7-8):

Na década de trinta, a discussão girava em torno da crise do café e da grande depressão iniciada com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Já no final dos anos cinquenta e início dos anos setenta, a discussão sobre a questão agrária fazia parte das polêmicas sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira – devido ao seu atraso – seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização do país.

Percebe-se que, mesmo com o desenvolvimento produtivo e econômico do nosso país, a questão agrária ainda seguiria marcada pelas origens da ocupação do território brasileiro. Tais marcas seguem até os dias atuais, como pode ser exemplificado com a lei de terras, citada na seção anterior, que faz nascer a propriedade privada rural e a mercantilização da terra. A lei de terras, segundo Stedile (2011, p. 23): “regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

O processo de industrialização brasileira, da mesma forma que a agricultura, caracterizar-se-á como dependente. Para Stedile (2011, p. 28), isso ocorre pelo “[...] fato da industrialização ser realizada sem o rompimento com a dependência econômica dos países centrais, desenvolvidos, e sem o rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes”. Nesse sentido, havia uma dependência

de importação de máquinas, que só era possível a sua realização através da exportação agrícola. O mesmo autor chama a atenção que esse contexto de industrialização também acarreta a perda do poder político dessas oligarquias para a burguesia industrial. De acordo com ele:

As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam dívidas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (STEDILE, 2011, p. 28).

Percebe-se que a agricultura ficou submissa à industrialização, e outros fatores como o êxodo rural e a produção de alimentos a baixo custo, para sanar as demandas da cidade, são característicos desse período. Nesse viés, destaca José Graziano da Silva (1981, p. 40-41):

A própria industrialização criou o mercado de que necessitava para sua expansão. De um lado pelo processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. De outro lado pelas transformações que provocou na própria agricultura, ao transformá-la também numa “indústria”, que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos, etc.).

A partir da industrialização do país, desencadeiam-se novas relações no campo. A agricultura passa por um processo de modernização acelerada, com uma crescente presença do capitalismo monopolista, que, segundo Silva (1981, p. 14), passou a “controlar a produção agropecuária, o processamento dos produtos agrícolas e a venda de insumos”. O mesmo autor enfatiza:

O desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz “industrializando” a própria agricultura. As barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma Natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros [...], se uma determinada região é seca, irrigação para resolver a falta d’água; se a terra não é fértil, aduba-se.

Outra característica marcante desse período é a função que os camponeses passaram a exercer nas cidades, agora não só como produtores de alimentos, pois estes, segundo Stedile (2011, p. 30): “ao mesmo tempo em que se reproduziam e se

multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros migrando para as cidades e se transformando em operários”. Para o autor, esse processo de industrialização dependente faz com que:

[...] chegamos à década de 1960 num cenário que apresenta uma agricultura modernizada, capitalista, e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial [...]. Por outro lado, é nos anos de 1960-1964 que eclode também a primeira crise cíclica desse modelo de industrialização dependente. E, a exemplo de qualquer crise, sempre surgem períodos de mobilizações sociais, disputas entre as classes, disputas entre as elites, assim como a busca de saídas, tanto para a acumulação de capital, quanto para a classe trabalhadora (STEDILE, 2011, p. 31).

Importante destacar que, quando se fala em modernização conservadora da agricultura, já está se falando em diferentes projetos de desenvolvimento para o campo e na integração da agricultura com a indústria. Segundo Delgado (2012, p. 13), o termo “nasce com a derrota do movimento pelo Reforma Agrária [...]. Ela foi também uma maneira de responder aos desafios da urbanização e industrialização, e elevação das exportações primárias e agroindustriais”.

Assim, a partir dos anos de 1965, ocorre uma reorganização das políticas agrícolas (com créditos, fomento para a produção e comercialização), conjuntamente com a promoção de pacotes tecnológicos. Essa modernização agrícola consolida-se no período pós-golpe do ano de 1964, com a implantação da “Revolução Verde”, que, já na década de 1970, de acordo com Chã (2018, p. 25): “[...] significou a transformação do modelo da agricultura camponesa que passou a ser fortemente dependente de insumos químicos (fertilizantes, herbicidas, sementes híbridas) e assistência técnica”.

Ainda que no período da ditadura militar, houve um esmorecimento do debate em torno da questão agrária, pela repressão política, é nesse período que se estabelece o Estatuto da Terra, regulamentando a política de Reforma Agrária. Porém, é preciso reconhecer que o Estatuto surge com o avanço e organização dos movimentos sociais na sua pauta de luta pela reforma agrária, mas seu principal objetivo era conter essas organizações e promover o desenvolvimento da empresa rural. Ramos (2005, p. 3) explicita essa contradição:

O Estatuto da Terra foi criado neste contexto e tinha como objetivo primordial o desenvolvimento da empresa rural, em uma tentativa de conciliar a redistribuição de terras com o avanço do capitalismo no campo. Além disso, o Estatuto da Terra pretendia, ao incorporar reivindicações das esquerdas no período pré-golpe militar, regular e limitar a luta pela terra, esvaziando-a de seu conteúdo político. Procurava-se desvincular às políticas de reforma agrária dos até então principais mediadores dos trabalhadores rurais, como o partido e o sindicato, tornando o Estado, dito dotado de prerrogativas técnicas (e não políticas), o principal condutor deste processo.

Desde então, a política de Reforma Agrária está prevista na Constituição Brasileira, sob a Lei 4.504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. No capítulo em que discorre sobre os princípios e definições, destaca:

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei (BRASIL, 1964).

É destacado, também, que a terra precisa cumprir a sua função social, favorecendo o bem-estar dos trabalhadores, e garantir que ela seja produtiva, conservando os recursos naturais e estabelecendo justas relações de trabalho. Ao poder público, cabe “promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, [...] zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social” (BRASIL, 1964).

É também no contexto da ditadura civil militar que se retoma a luta pela terra, protagonizada pelos movimentos sociais do campo. É, na década de 1980, que se constitui o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O debate sobre a questão agrária será retomado quando se apresenta a possibilidade de uma abertura política no país, em que, conforme Silva (1981, p. 9): “a escolha da agricultura como meta prioritária do governo reaviva as discussões que se travavam em torno do conteúdo político e social das transformações que se operam no campo brasileiro”.

Por outro lado, anos antes do fim da ditadura militar, o país passa por uma desorganização econômica, devido a crises cambiais e à agricultura, que, segundo Delgado (2012), cumprirá um papel macroeconômico muito relevante. O mesmo autor destaca:

[...] os meados dos anos de 1980 e os anos de 1990 são demarcados por fatos significativos e políticas conjunturais, atuantes no sentido de desmontar o projeto de modernização conservadora da era militar, sem, contudo, estruturar condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. Este período constituiu historicamente uma transição entre dois projetos de economia política – o da modernização conservadora” da era militar, e o da economia do agronegócio, plenamente vigente a partir dos anos 2000, até o presente (DELGADO, 2012, p. 77).

O agronegócio demarcará, nas palavras de Delgado (2012, p. 89): “um novo projeto de acumulação do capital no setor agrícola, subsidiado por dentro da política econômica e financeira do Estado”.

Nesse sentido, Martins (2019, p. 62) destaca que: “[...] o que está por trás do agronegócio é a avalanche neoliberal⁵, levado a cabo em todo mundo pelo capital financeiro”. E o autor ainda reforça:

A especulação financeira chegou também as matérias-primas, em especial as commodities agrícolas [...]. Este movimento especulativo determinou um expressivo aumento dos alimentos por todo o mundo [...]. Em meio a este circuito financeiro especulativo, os produtos agrícolas passaram a ser encarados como qualquer outra mercadoria, objeto de apostas neste “cassino” que se tornou o capitalismo contemporâneo (MARTINS, 2019, p. 66-67).

Para o contexto brasileiro, Delgado (2012, p. 84) destaca que:

O agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas do Estado.

A relação intrínseca entre Estado e empresas privadas, como complexos agroindústrias, é denominada por Martins (2019, p. 70) de “novo pacto da economia política do agronegócio”. Assim, o modelo produtivo do agronegócio, segundo o próprio autor, “tornou-se expressão de um aprofundamento do modelo do capital na agricultura, agora hegemônico pelo capital financeiro. Mas tornou-se também a expressão de uma nova aliança de classes no campo” (MARTINS, 2019, p. 70).

Esse modelo produtivo do agronegócio, no que diz respeito ao uso, à posse e à propriedade da terra, instaura um processo de mercantilização da terra, incluindo a liberação para o capital estrangeiro, a grilagem da terra, a produção de mercadorias,

⁵ O neoliberalismo é um projeto econômico e ideológico, no qual as leis são regidas pelo mercado que busca minimizar a intervenção do Estado. Tem como principais pressupostos: a abertura comercial ao capital estrangeiro, as privatizações, a flexibilização do trabalho, etc.

as *commodities* agrícolas, a degradação do meio ambiente, a liberação de inúmeros agrotóxicos. Delgado (2012, p. 118) enfatiza que:

Considerando a super exploração dos recursos naturais, há dois outros vetores de degradação do meio ambiente que se associam ao estilo de expansão agropecuária das commodities: a) aumento físico de queimadas e desmatamentos, tecnicamente responsáveis pela emissão de dióxido de carbono na atmosfera; e b) a intensificação do uso de agrotóxico na década, com forte evidência de vários tipos de contaminação.

A lógica do agronegócio coloca em xeque a soberania nacional. É nesse cenário de superexploração da terra, dos recursos naturais, da degradação do trabalho e do meio ambiente que se recoloca o debate atual da questão agrária. Sendo assim, Delgado (2012, p. 128-129) explana o seguinte:

As condições de expansão agrícola: vinculada a uma inserção externa dependente; ao perfil da dupla exploração dos recursos naturais e trabalho humano; e a uma forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada a renda fundiária; configuram novos ingredientes da questão agrária. Caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se recompõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e mais profunda. Integra a essência do projeto nacional do subdesenvolvimento e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico.

O que está colocado novamente para a agricultura brasileira é o papel de suprir a demanda do mercado externo, sendo, segundo Delgado (2012, p. 119): “[...] o grande abastecedor mundial das commodities (matérias-primas para rações, alimentos humanos, combustíveis e matéria-prima industrial, soja e milho, carnes, celulose de madeira e açúcar-álcool)”. Os estudos de Claudio Katz (2016) destacam que esse projeto de subdesenvolvimento não está colocado somente para o Brasil, mas sim para a América Latina, onde: “seu padrão de especialização exportadora recria a inserção internacional da região como provedora de produtos básicos” (KATZ, 2016, p. 19-20), ocasionando o que o autor chama de “reprimarização da economia latino-americana”. Para o contexto brasileiro, Katz (2016, p. 52) realça:

A opção brasileira pela soja afeta localmente a variedade de cultivos da era cafeeicultora e aumenta a tradicional concentração da terra. Apenas 10% dos proprietários controlam 85% do valor total da produção agropecuária, e cinquenta empresas manejam toda a comercialização. A dependência dos fertilizantes é enorme. O país participa de 5% da produção agrícola mundial, mas consome 20% dos agroquímicos.

Mais uma vez a demanda externa do capital internacional determina a produção agrícola do país. Para Calabi e Indovina (1992, p. 57): “existe um uso do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases do desenvolvimento do processo capitalista”. Os autores enfatizam que há diferentes tipos de uso que o capital faz no território, sendo eles: “1) o processo de produção propriamente dito (extração de mais valia); 2) a circulação e valorização do capital; 3) a reprodução das forças de trabalho” (CALABI; INDOVINA, 1992, p. 58). Assim, conforme os mesmos autores:

As relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e a abranger toda a sociedade; são essas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território. Deste ponto de vista, a organização do território não é um *príus*, mas deriva do capital e do seu processo (CALABI; INDOVINA, 1992, p. 58).

Os aspectos apontados nas seções anteriores estão inseridos na disputa de projetos para o campo brasileiro e se explicitam nos assentamentos conquistados através da luta pela Reforma Agrária. E é a partir desse território chamado Assentamento que se busca aprofundar tais contradições.

1.3 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA

O período da abertura democrática do país, segundo Daron e Paludo (2012, p. 481), “[...] fez ressurgir as lutas populares e a constituição dos chamados movimentos sociais populares”. É nesse mesmo contexto, e com a contribuição da igreja católica ligada à Teoria da Libertação, que se constitui, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com sua bandeira de luta pela Reforma Agrária. Desde então, cerca de 350 mil famílias foram assentadas⁶ a nível nacional.

Essas famílias, ao conquistarem uma área, antes pertencente a um latifundiário, constroem nessas localidades um território conhecido como assentamento. Esse processo de construção do território se dá desde a chegada das famílias na área conquistada, visto que esse processo transformou a antiga fazenda latifundiária, socializando o acesso à terra a inúmeros sujeitos que ali passarão a viver e se reproduzir. Nessa perspectiva, adotamos aqui o conceito de território proposto por Raffestin (1993, p. 144):

⁶ Fonte disponível em: <mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 28 de dez. de 2019.

[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Os sujeitos assentados transformam esse espaço que utilizam e consolidam uma nova forma de organização social, no qual as famílias detêm a gestão democrática⁷ do território conquistado. O assentamento, como novo território, pressupõe novas relações entre os sujeitos, relações de cunho social, político, econômico, de trabalho e cultural. Os sujeitos em suas relações estabelecem uma territorialidade a partir de uma vivência social ou coletiva. De acordo com Raffestin (1993, p. 158-159):

Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam (*sic*) também.

Ao consolidar um assentamento como um território, os sujeitos em suas relações estabelecem uma territorialidade a partir de uma vivência social ou coletiva. A territorialidade é aqui entendida como o processo de relações sociais que os sujeitos estabelecem em um território, pois, conforme afirmação de Raffestin (1993, p. 60): “a vida é tecida por relações e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]”.

Conforme assinala a professora Rosa Maria Viera Medeiros (2009, p. 218) sobre a constituição dos assentamentos: “a ocupação do território é compreendida como uma das vivências mais significativas, o sentido está no seu entrelaçamento com as demais ações substantivas que participam deste processo de constituição do movimento social”. E ainda a autora afirma:

⁷ Compreendido como a tomada de decisão coletiva dos sujeitos assentados, que definem como organizar o assentamento: espaço de moradia, lazer, cultura, educação, produção, etc.

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem terra e cujo objetivo comum é a busca da terra. Esta identidade, inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais. A territorialidade construída em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelece as trocas necessárias e equilibra os ganhos e os custos revelando assim a multiplicidade do espaço vivido. Pouco a pouco, o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações. Os significados e as estratégias vão se multiplicar em um conjunto de ações (MEDEIROS, 2009, p. 219).

A partir do exposto, é importante indicar que o território não é visto ou produzido de maneira uniforme ou homogênea. Para Fernandes (2009, p. 199): “relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade”. Assim, segundo esse autor:

[...] tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial. Em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais? O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, onde estão a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países (FERNANDES, 2009, p. 200).

O mesmo autor assim segue:

As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios, partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 200-201).

Para Raffestin (1993), as relações de poder (ou até mesmo de disputa) são intrínsecas ao território. Todos os sujeitos “produzem o território”, desde o Estado ao indivíduo e, por vezes, a ação dos sujeitos convergem, pois, segundo Raffestin (1993,

p. 153): “todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder”.

Parte-se dessa abordagem para compreender que, mesmo nos assentamentos de Reforma Agrária, há espaços de disputas territoriais. Ainda que haja um esforço do MST, através das famílias assentadas, em consolidar um modelo de produção camponesa, pautado em “mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda a sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo” (MST, 2013), que contrapõe o modelo agrícola vigente, cabe destacar que o MST não está à parte ou isolado da lógica de produção capitalista. Segundo Martins (2019, p. 89):

Os assentamentos ao se constituírem, tornam-se um território cuja disputa política, ideológica e econômica com a burguesia e as forças do latifúndio pelo seu controle é permanente. Portadora desse impasse político, as novas relações sociais que se estabelecem no assentamento com a democratização da terra e com o trabalho familiar, não são suficientes para garantir as mudanças na visão do mundo, nas práticas produtivas e nas relações cotidianas entre as pessoas.

Assim, muitos assentamentos acabam reproduzindo os valores e práticas do modo de produção hegemônico e, nesse sentido, esses territórios da Reforma Agrária vêm sendo disputados, tanto no campo ideológico quanto pelo modelo produtivo do agronegócio e, por vezes, acabam reproduzindo a lógica de produzir *commodities*. De acordo com Martins (2019, p. 90):

A todo momento as famílias assentadas são seduzidas pelas promessas de maior produtividade do modelo agrícola do agronegócio e pelos encantos das políticas governamentais clientelistas. Diversos agentes cotidianamente estabelecem relações com os assentados reproduzindo as ideias dominantes e o modelo agrícola vigente. Essas forças dialogam de forma sistemática com as famílias assentadas. Os assentamentos são objetos de uma acirrada e desproporcional disputa no terreno político, ideológico e econômico.

A mídia, como ferramenta de comunicação que chega diariamente nas casas das famílias assentadas, tem cumprido um importante papel nessa disputa ideológica. A rede global de televisão tem propagandeado massivamente o agronegócio através do jargão: “O Agro é tech, o agro é pop, agro é tudo”. Nessa perspectiva, Chã (2018, p. 72) destaca: “O jornal nacional da TV Globo é um dos espaços onde o tema do agronegócio é pautado com grande visibilidade, pois tem alcance nacional e a maior audiência entre os telejornais”.

Com essa disputa do território conquistado, algumas famílias assentadas do Rio Grande do Sul passaram a arrendar as suas terras para a produção de soja, a partir do modelo produtivo do agronegócio. Ao implementar esse modelo produtivo, há uma inversão na organização desse espaço, bem como uma mudança na lógica produtiva. Para Martins (2019, p. 85):

A combinação destes dois fatores – expansão do agronegócio valorizando os preços das terras e o crescimento econômico urbano-industrial/serviços – gerou condições para o bloqueio da reforma agrária, impondo limites severos à luta do MST. Parte de sua base social foi captada pelo trabalho urbano e parte dos assentamentos tornou-se área arrendada para a produção das commodities.

Nesse viés, configura-se uma disputa nos territórios de luta pela terra, onde o que está em jogo são diferentes projetos de desenvolvimento do campo brasileiro, um pautado na democratização do acesso à terra, o cuidado com a natureza, uma nova matriz tecnológica com produção de alimentos saudáveis e novas relações sociais no campo (com acesso à cultura, educação, lazer...), e outro na produção de *commodities* para suprir a demanda externa e dar continuidade, nas palavras de Martins (2019, p. 85), “[...] à dependência da economia brasileira em relação ao capital financeiro internacional”. Segundo esse mesmo autor:

O MST, em sua práxis, compreendeu que a produção de alimentos saudáveis teria uma enorme força política, tanto para se contrapor ao agronegócio como para afirmar a possibilidade de organização de uma agricultura voltada aos interesses da população brasileira, desenvolvendo plenamente a função social da terra (MARTINS, 2019, p. 87).

As contradições apontadas estão inseridas na disputa de projetos para o campo brasileiro e se explicitam nesses territórios chamados assentamentos. É a partir dessa problemática que se propôs realizar a pesquisa, investigando como o modelo produtivo do agronegócio, ao se consolidar nos territórios conquistados pela Reforma Agrária, transforma e/ou modifica o trabalho e a sociabilidade das famílias assentadas.

1.4 ESTADO DA QUESTÃO (2013-2019) E APROXIMAÇÕES COM A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Visando compreender o impacto do agronegócio na reprodução sociocultural das famílias assentadas da reforma agrária é que se buscou pesquisas que abordassem essa temática em áreas de assentamento. Nesse sentido, para a

construção do estado da questão, consultou-se o banco de dados da CAPES de teses e dissertações, do período de 2013 a 2019⁸. Na busca, optou-se por títulos de trabalhos que contivessem palavras-chave que dialogassem com a problemática da pesquisa. De tal modo, elencaram-se as seguintes palavras: **agronegócio, reforma agrária, assentamentos**. Para afinar a busca, usou-se como critério selecionar aqueles trabalhos que contivessem no título pelo menos uma das palavras-chave elencadas, assim foram encontrados 20 teses e 18 dissertações, totalizando 38 trabalhos. Desse total, realizou-se a leitura dos resumos, o que possibilitou dividi-los em quatro temáticas diferentes, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Temáticas teses e dissertações (2013-2019)

Temáticas	Dissertações	Teses	Total
Educação	13	08	21
Agronegócio	03	06	09
Modos de vida em assentamentos	01	02	03
Juventude e mulheres	01	04	05
Total geral			38

Fonte: (CAPES, 2013-2019). Elaboração própria da autora.

Feita a divisão por eixo, optou-se por selecionar os trabalhos que mais se relacionavam com a problemática da pesquisa e com os seus objetivos. Dessa forma, foram selecionadas para análise duas teses e uma dissertação, cujas temáticas estavam relacionadas com a reprodução do modelo produtivo do agronegócio em áreas de assentamento, com a relação entre trabalho educação e com os modos de vida em assentamentos.

⁸ Optou-se por realizar a pesquisa na grande área de conhecimento das Ciências Humanas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Com esse recorte, foram encontrados 813 trabalhos, sendo destas, 511 dissertações de mestrado e 302 teses de doutorado.

Quadro 2 - Pesquisas selecionadas (2013-2019)

Título	Autor/ano	Programa	Temática
O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte do Mato Grosso-Brasil”	Cristiano Desconsi (2017)	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA – UFRJ	Agronegócio
Trabalho e educação no assentamento Guarani	José Leite dos Santos Neto (2014)	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSCAR	Trabalho e Educação
Modo de vida e reprodução camponesa no Assentamento Vila Boa em Goiás-GO	Rodrigo Bastos Daude (2018)	Programa de Pós-Graduação em Educação – UFG	Modos de vida em assentamentos

Fonte: (CAPES, 2013-2019). Elaboração própria da autora.

A primeira tese analisada, de autoria de Cristiano Desconsi (2017), dialoga com a problemática da pesquisa a ser estudada, pois aborda a produção de soja em assentamento da reforma agrária no estado do Mato Grosso do Sul. Para o autor, mesmo que tenham ocorrido várias desapropriações de áreas para a criação de assentamentos da reforma agrária na região Centro-Oeste, estes têm seu modo de produção influenciados pelas fazendas vizinhas, as quais “continuaram a predominar em termos de extensão territorial [...], passaram a orientar o ritmo de uma área territorial mais ampla, a partir das lavouras de soja, influenciando as práticas de uso das terras nos assentamentos” (DESCONSI, 2017, p 59-60).

Um dos fatores que ganha destaque na tese é a relação dos assentados com as firmas e revendas agrícolas que garantem a compra, venda e financiamento do que é produzido nas lavouras, assim “constituem o principal ponto de operação dos negócios [...]. Logo, estes dispõem de mecanismos que interferem diretamente no controle da lavoura dos assentados, especialmente sobre o produto agrícola” (DECONSI, 2017, p. 204).

A tese de Desconsi (2017) contribui para problematizarmos a produção de soja nos assentamentos de reforma agrária e a perda de autonomia das famílias em relação aos seus lotes. Pois as mesmas, ao se verem rodeados pela lavoura de soja, acabam reproduzindo o mesmo modo de produção. Essa perda de autonomia também

está atrelada à cadeia de comercialização da soja, os quais se veem dependentes das empresas agrícolas da região para realizar todo o ciclo agrícola, desde o plantio, a colheita e a própria comercialização. Assim, os assentados só conseguem exercer controle da lavoura quando aumentam o seu tamanho, por meio de parcerias com os vizinhos ou arrendando destes. Contudo, cabe salientar que essa prática de arrendamento ou até mesmo a venda do lote acaba excluindo as famílias do processo de produção e reprodução da vida no assentamento.

O segundo trabalho estudado foi a dissertação de mestrado, de José Leite dos Santos Neto (2014), que traz o debate do trabalho e educação em um assentamento de reforma agrária no Estado de São Paulo. A dissertação problematiza a produção cana de açúcar como uma forma de integração entre assentados e uma Usina sucroalcooleira (projeto do agronegócio). Para o autor, esse plantio desenvolveu-se devido ao grande endividamento em que se encontravam os assentados da reforma agrária.

A parceria com a Usina mostrou-se como uma possibilidade rentável para algumas famílias assentadas, visto que não necessitariam investir recursos financeiros, a não ser seus lotes e mão de obra. Para Neto (2014, p. 67), a entrada do setor canavieiro, “vinculado ao agronegócio descaracteriza a reforma agrária, que consiste em desapropriar terras improdutivas para promoção da agricultura familiar e a produção de alimentos”.

No que diz respeito à reflexão sobre a relação trabalho e educação realizada pelo pesquisador, é destacado que a formação para o trabalho ocorre a partir da vivência e pela troca de experiência das famílias assentadas. O conhecimento desses camponeses não está atrelado à escolaridade, mas se dá pela prática do trabalho. Ao adentrar no trabalho desenvolvido pelo assentado, a partir da relação com a Usina produtora de cana para o agronegócio, o pesquisador problematiza que o “o suporte técnico oferecido pela usina são conhecimentos que não são utilizados nos outros cultivos do lote” (NETO, 2014, p. 75). Nesse tipo de trabalho, “o aprendizado de todo esse processo, pouco ou quase nada é aproveitado para o desenvolvimento da agricultura familiar” (2014, p. 90).

Fica evidenciado, nessa dissertação, que a parceria com a Indústria de cana “cria novas formas de exploração do trabalho”. No que diz respeito à relação trabalho e educação, percebe-se que, quando o assentado adentra para o modelo produtivo

de *commodities*, adquire poucos conhecimentos que possam ser aproveitados ou colocados em práticas no desenvolvimento de uma agricultura camponesa.

No terceiro trabalho analisado, a tese elaborada por Rodrigo Bastos Daude (2018), o pesquisador se propõe a estudar a cultura e os modos de vida dos camponeses. O autor considera o assentamento como sendo: “sinônimo de alimento, moradia, terra e trabalho. Não é somente o espaço para produção e satisfação das necessidades básicas, mas também o local de realização dos camponeses, de formação política e social via as lutas sociais”. É nesse processo de luta, resistência, desenvolvimento das diversas atividades do lote que, para o autor, há a reconstrução do modo de vida ou cultura camponesa.

A tese elaborada por Daude (2018) aponta que o que garante a permanência do assentado no lote é ele ter o seu próprio espaço e poder, dessa forma, decidir sobre o que cultivar. Além da produção de alimentos para a subsistência, que satisfaz a vida e garante a diversidade, a comercialização dessa produção é o que garante a renda da família.

No território pesquisado por Daude, muitos agricultores optaram pelo plantio de pastagens para a criação de gado, tornando as demais atividades como acessórias ou de vendas apenas dos excedentes. No contexto analisado, foi destacado que tais práticas mantêm o assentado na terra, “mas compromete a reprodução social do camponês, pois exige menor mão de obra, não necessita que a família resida no lote, motivo que contribui para distanciar o assentado da essência do mundo camponês” (DAUDE, 2018, p. 130). Para o autor, essas “mudanças no modo de produzir e a negação do campesinato como algo a ser repassado a próxima geração, coloca em risco a reprodução camponesa” (DAUDE, 2018, p. 148).

O estudo dos trabalhos contribuiu significativamente para as reflexões realizadas no processo da elaboração do projeto e da dissertação. Por meio deles, percebe-se como o agronegócio tem atuado nos territórios da reforma agrária em diferentes setores (soja e cana de açúcar), através da prática do arrendamento e disputa por terras. Percebe-se, também, que a falta de políticas públicas para os assentamentos dificulta o seu desenvolvimento e a sua permanência, levando ao arrendamento ou até mesmo à venda do lote.

Na relação trabalho e educação, fica evidente que o assentado, ao aderir as práticas produtivas do agronegócio, não reproduz seus saberes e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo na prática da agricultura camponesa, pois, para o

modelo hegemônico, toda diversidade é descartada em virtude do monocultivo. E, além do mais, só conhecimento científico e tecnológico é valorizado. Nesse mesmo sentido, as atividades produtivas desenvolvidas no âmbito do agronegócio não trazem uma contribuição de saberes, conhecimentos, práticas educativas para a agricultura camponesa.

Mesmo se tratando de territórios distintos, as relações de arrendamento, parceria e dependência também ficaram evidenciadas no processo de trabalho de campo realizado para a presente pesquisa. Vale destacar que também encontramos, nos assentamentos pesquisados, experiências que contrapõem o modelo de produção de *commodities*. Todas essas questões serão abordadas nas seções seguintes.

1.5 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO CAMPANHA-RS: TERRITÓRIO DA PESQUISA

A região da Campanha Gaúcha⁹, juntamente com a Fronteira Oeste, foram caracterizadas por serem um espaço com alta concentração de latifúndios no Estado. Esse aspecto ainda é visivelmente notável em sua paisagem, pela centralização de terras que ali permanecem. Esse fator pode ser explicado pelo histórico da colonização do território e, posteriormente, pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para Chelotti (2011, p. 37):

Em relação às áreas com predominância de grandes propriedades rurais na Campanha o processo de modernização não foi capaz de alterar a estrutura fundiária; pelo contrário, ela concentrou ainda mais. A grande transformação, introduzida pelo processo de modernização nessas áreas, foi o desenvolvimento da lavoura capitalista do arroz irrigado, que começou a ser desenvolvida em parceria com a pecuária extensiva. Desta maneira, para a expansão da lavoura empresarial na região foram assimiladas terras vinculadas à pecuária tradicional.

⁹ De acordo com a divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), a região Campanha compreende os municípios de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul. O MST, em sua organização regional, estabelece uma própria divisão entre as regiões, de acordo com os territórios onde há assentamentos. Assim, para esse Movimento, a região Campanha compreende os municípios de Bagé, Candiota, Hulha Negra, Aceguá.

Chelloti (2011) ainda defende que o processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul é marcado por uma configuração territorial desigual entre o norte e o sul gaúcho: “O processo de modernização da agricultura foi extremamente seletivo e desagregador [...]. O discurso generalizante de um território totalmente moderno, caiu por terra, na medida em que se intensificaram as disparidades regionais” (CHELLOTTI, 2011, p. 38). O autor explica essas disparidades regionais, enfatizando que, enquanto na Campanha se mantiveram as estâncias de criação de pecuária, ao norte se enraizou a agricultura moderna, e ao nordeste houve o desenvolvimento da indústria. Para o autor, há dois movimentos importantes que ocorreram na região Campanha, ao longo dos anos, e alteraram as formas de produção experimentadas até então: a expansão da lavoura agrícola, o arrendamento de terras, através do cultivo do arroz no contexto da modernização conservadora da agricultura, “e, na década de 1990, a intensificação dos conflitos fundiários que introduziram, na região, os sem-terra por meio de assentamentos rurais” (CHELLOTTI, 2011, p. 51).

Conforme os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária¹⁰ (INCRA), existem, no Rio Grande do Sul, 345 assentamentos, e um total de 12.413 famílias assentadas. A implementação desses assentamentos ocasionou inúmeras transformações nas regiões onde estes se estabeleceram, visto que o Rio Grande do Sul está fortemente marcado pelo latifúndio pecuarista. Assim, onde muitas vezes vivia apenas uma ou duas famílias nas fazendas, quando estas foram desapropriadas para a Reforma Agrária, passaram a viver e se reproduzir centenas de sujeitos Sem Terra nos locais. As mudanças nesses territórios vão desde construção de estradas, instalação de luz elétrica, construção de moradias, de escolas e de postos de saúde, como também atingem as próprias cidades, com o aumento de número de habitantes e respectivamente o comércio e consumo das famílias. As pesquisadoras Medeiros e Fiorentin (2015, p. 156), ao se deterem na análise sobre os assentamentos da região Campanha, destacam:

A instalação desses assentamentos na Campanha Gaúcha começa a dar outro sentido para este espaço, historicamente marcado pela presença de latifúndios de pecuária extensiva. Estabeleceu-se uma nova relação campo-cidade que configura um novo sentido territorial para esta região do Rio Grande do Sul. A forte presença da agricultura familiar registra uma nova configuração neste território, construído a partir da reconstrução da identidade dos assentados [...]. A paisagem da Campanha Gaúcha está sofrendo transformações. Os assentados são os agentes desta

¹⁰Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

reconfiguração territorial ao desenvolverem a agricultura familiar, ao diversificarem a produção, ao dinamizarem o comércio local, ao exigirem abertura de novos caminhos, de escolas e de posto de saúde.

De fato, como já apontado acima, é visivelmente notável na paisagem as transformações que os assentamentos trouxeram para o antigo cenário de extensas fazendas. O antigo latifúndio virou terra repartida para centenas de famílias, ocorrendo o aumento da população rural e, conseqüentemente, do município como um todo. Os novos moradores passaram a consumir localmente e demandar uma nova infraestrutura, não só para o campo, mas também para a cidade. A produção nas antigas fazendas de gado também se transformou. Logo que as famílias chegaram em seus lotes, começaram a fazer roçados para a subsistência, criar vacas para a venda de leite, grãos para a venda por safra, desenvolvendo diversos tipos de cultivo e sociabilidade.

A região da Campanha, delimitada pela organicidade do MST¹¹, é uma das regiões com o maior número de assentamentos localizados em seu território: são 54 assentamentos e, aproximadamente, 2.000 famílias assentadas. Só no município de Candiota há 24 assentamentos, sendo em dois desses realizada a pesquisa, no Assentamento Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso.

Conforme os dados do próprio INCRA, o primeiro assentamento da Reforma Agrária chegou no município de Candiota, no ano de 1992, mas é entre o final da década de 1999 e 2002 que aumenta significativamente o número de assentamentos na região. Para entender a inserção dos assentamentos nesta região, é preciso ter presente dois aspectos que estão relacionados: a efervescência da luta pela terra, nas décadas de 1980 e 1990, protagonizada pelos movimentos sociais do campo, pressionava que os governos adquirissem terras improdutivas para fins de realizar a reforma agrária. No contexto do Rio Grande do Sul, o final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1998, Olívio Dutra se elege governador do Estado, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que uma das marcas do seu governo foi a política de desenvolvimento regional na qual inseriu a consolidação dos assentamentos¹². Nesse aspecto, Chelotti (2005, p. 66) aborda:

¹¹No RS, a base assentada do MST está localizada em 12 grandes regiões, sendo elas: Metropolitana, Serrana, Norte, Centro, Missões, Manoel Viana, Santana do Livramento, Campanha, São Gabriel, Sul, Canguçu e Herval.

¹²Nesse período, são implementados inúmeros assentamentos no Estado, com a gestão compartilhada entre INCRA e Governo do Estado.

A Campanha Gaúcha foi institucionalizada enquanto área prioritária para a realização de reforma agrária, sendo que o Estado tornou-se o principal agente fomentador do mercado de terras. A revitalização do mercado de terras ocorreu por vários motivos, destacando-se as pressões sociais organizadas pelo MST, que resultaram na necessidade de aquisição de terras para o assentamento de famílias, e a política estadual de desenvolvimento regional do governo Olívio Dutra (1999-2002).

Para Chelotti (2011, p. 55), o início da década de 1990, na Campanha, fez com que “o espaço regional passasse por significativas transformações, na medida em que ocorreu a penetração do MST na região e dezenas de assentamentos rurais foram instalados em antigas estâncias”. A pesquisa de Silva (2015), realizada nessa mesma região, aponta que muitas das famílias que ali foram assentadas, são oriundas da região norte do estado, e que esse fator produziu um certo estranhamento das mesmas quando chegaram na área conquistada. “O estranhamento evidenciado na chegada, onde as antigas referências não fazem sentido para compreensão da nova realidade, é agravado pela precariedade em manutenção das questões básicas para sobrevivência” (SILVA, 2015, p. 77).

Mesmo enfrentando dificuldades, as famílias permaneceram na terra conquistada e consolidaram diversas experiências produtivas e organizativas, que, conforme Silva (2015, p. 78), “aparece atribuído às discussões e convivências relativas ao período da luta pela terra e acampamento”. Ainda conforme a autora:

As experiências de coletivização das atividades produtivas, fundamentais ao período inicial da implantação dos assentamentos, abrem espaço às novas formas, que caracterizam o momento do estabelecimento das famílias nos respectivos lotes, a construção da morada, e o desenvolvimento da produção familiar, que correspondem às cooperativas de comercialização e fomento da produção. Trata-se de formas já conhecidas, lembranças da região de origem das famílias, entretanto, distintamente, aqui, tudo passaria a ser feito pelos próprios agricultores, desde a fundação, gestão, debate e decisões sobre a produção, dentre outros (SILVA, 2015, p. 80).

Na tese de Silva (2015), tais experiências são apresentadas com afinco. Aqui cabe destacar a experiência da produção de sementes agroecológicas da Bionatur e a criação de gado leiteiro, ambas atividades em vigor atualmente. Ainda que não seja o objeto de estudo da pesquisadora, chama-se atenção para a chegada do agronegócio nos assentamentos:

[...] a pressão de uso da terra, tendência inerente ao desenvolvimento e expansão do capitalismo na agricultura, atuaria ainda em outra perspectiva, alterando, novamente e substancialmente o sistema de produção em curso,

uma pressão de fora para dentro, representada, nos dias de hoje, pelo agronegócio.

As alterações decorrentes da expansão do agronegócio, as quais se intensificaram na região sul do estado nos últimos anos, podem ser evidenciadas, à primeira vista, na mudança da paisagem, associada ao crescimento da área ocupada pelo cultivo de soja, que se tornou referência do modelo de produção assentado na larga utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos e intensiva mecanização (SILVA, 2015, p. 130).

A citação acima representa a expansão do agronegócio, não só nas áreas de assentamento, mas no modelo da agricultura como um todo. Os últimos dados do censo agropecuário¹³ do IBGE, do ano de 2017, ajudam a compreender essas mudanças. No que diz respeito à produção da soja no município de Candiota-RS, podemos perceber que, na atualidade, ela ocupa o maior número de hectares cultivados, sendo 126 estabelecimentos que correspondem a 17.041 hectares. Se comparamos com hectares destinadas ao plantio de arroz ou milho, nota-se a predominância do cultivo da soja. O arroz foi produzido em 8 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 1.170 hectares. Já o milho foi cultivado em 249 estabelecimentos, correspondendo a 1.148 hectares. Se pegarmos os dados da produção desses três grãos, em todo o Rio Grande do Sul, veremos que a produção da soja ocupa o maior número de hectares cultivados:

Quadro 3 - Produção de Grãos no Rio Grande do Sul (2017)

Grão	Número de estabelecimentos rurais	Número de hectares cultivadas
Soja	95.482	5.189.633
Arroz	9.271	1.088.096
Milho	180.010	802.027

Fonte: (IBGE, 2017). Elaboração própria da autora.

Os dados apresentados no quadro acima são justificados no “Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul - 2019” que aponta: “os principais setores exportadores do agronegócio gaúcho são os da soja, do fumo, das carnes e dos produtos florestais. Nos últimos anos, o complexo soja (grão, farelo e óleo) ampliou sua participação nas vendas externas [...]” (FEIX; LEUSIN, 2019, p. 14).

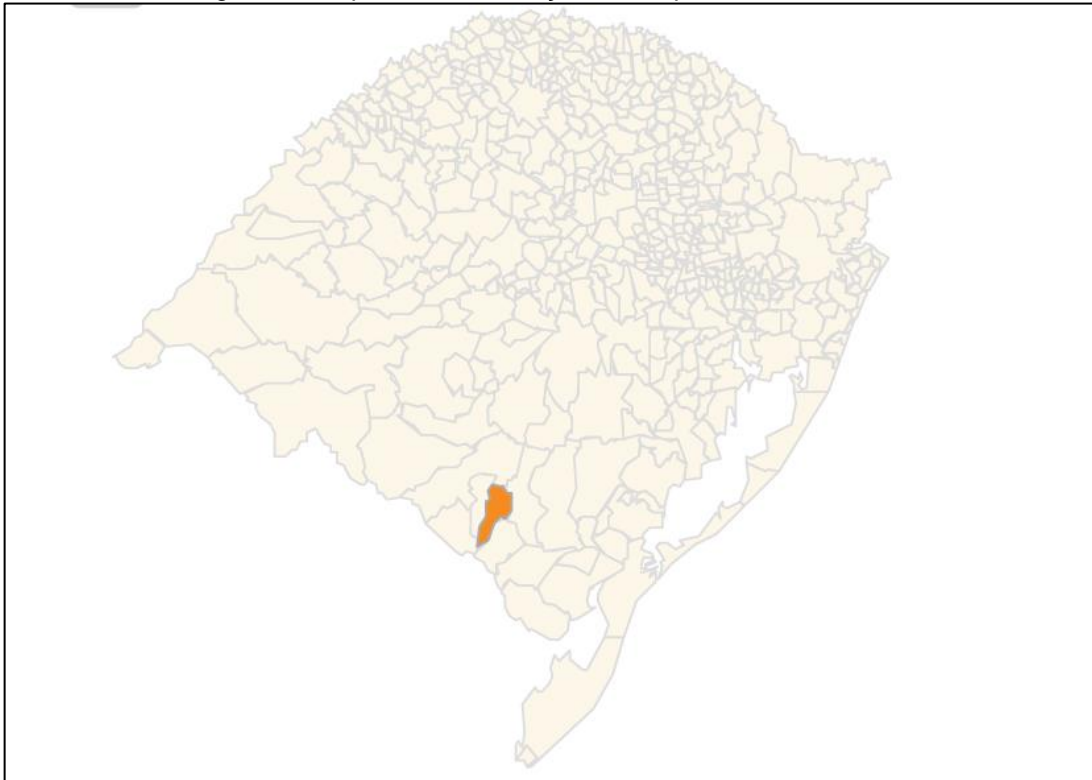
¹³Dados obtidos em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candiota/pesquisa/2/27745>>, <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/hulha-negra/pesquisa/24/27745>>, <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/24/27745>>. Acesso: 23 de jun. de 2020.

Por meio desses dados, podemos problematizar o contexto da realidade pesquisada, observando como o agronegócio tem se utilizado das terras de assentamento para a sua reprodução. E, ainda que existam diversas experiências que contraponham o modelo hegemônico, como a produção para a subsistência, as sementes, o leite, entre outras, é notável que o cultivo da soja vinculado ao modelo produtivo do agronegócio expandiu-se massivamente no território pesquisado. Esse aspecto será abordado na seção seguinte, na qual nos deteremos na apresentação dos assentamentos onde foi realizada a pesquisa.

1.5.1 Assentamento Conquista dos Cerros e Assentamento Conquista do Paraíso

Conforme já anunciado, essa seção buscará apresentar especificamente os assentamentos nos quais foi realizada a pesquisa, localizados no município de Candiota, na região da Campanha Gaúcha. Na imagem abaixo a localização do município no território gaúcho.

Figura 1 - Mapa RS - Localização município de Candiota-RS



Fonte: (IBGE¹⁴, 2022).

Atentaremos, nesta parte, para o histórico dos assentamentos e para as transformações que ocorreram com o passar do tempo nesses territórios. A construção do texto foi baseada nas entrevistas realizadas com os 7 participantes da pesquisa, sendo eles sujeitos assentados, integrantes de equipes técnicas e dirigente do MST¹⁵.

O Assentamento Conquista dos Cerros foi consolidado em novembro 2001, conta com 70 famílias assentadas e com uma área de 1.845 hectares. O Assentamento Conquista do Paraíso também foi consolidado em novembro de 2001, conta com 54 famílias assentadas e com uma área de 1.344 hectares. Em ambos territórios há uma diversidade na origem dos sujeitos, sendo que encontramos famílias que já eram da região, filhos e filhas de assentados dos primeiros assentamentos, sujeitos de outras regiões do Estado, e também há aqueles que viviam em centros

¹⁴Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/candiota.html>>. Acesso em: 13 de dez. de 2022.

¹⁵Como já mencionado na introdução, optamos por preservar a identidade dos interlocutores/participantes da pesquisa. Cabe destacar que os interlocutores 01 e 02 são moradores do Assentamento Conquista dos Cerros, e os interlocutores 03 e 04 moradores do Assentamento Conquista dos Paraíso. A interlocutora 05 presta assistência técnica para a Bionatur, o interlocutor 06 é técnico aposentado da Emater, e o interlocutor 07 é um dirigente do MST da região.

urbanos, até irem para os acampamentos do MST e, posteriormente, serem assentados.

Sobre a chegada dos assentamentos na região Campanha, Medeiros e Lindner (2015, p. 11) enfatizam que:

Esse espaço que historicamente foi constituído pelos latifúndios, onde a predominância econômica centrou-se na atividade pastoril e na concentração de terras, a partir da década de 1990 passa a sofrer alterações territoriais com a instalação de diversos assentamentos em seu território.

As alterações no território, conforme destacado pelas autoras acima, estão materializadas no relato dos entrevistados sobre a sua chegada na terra conquistada. Todos os interlocutores relatam que, antes de virar assentamento, ambas as fazendas destinavam parte de suas terras para a produção de gado. O interlocutor 07 enfatiza que, de maneira geral, na região, havia a criação de gado e a produção de arroz, mas o que mais predominava nas fazendas era a *chirca*¹⁶. O interlocutor 02 descreve como encontraram a antiga fazenda logo que foram assentados:

Aqui era fazenda para a produção de gado, a área era dividida em piquetes. Era toda dividida em corredores e piquetes. As várzeas, são em torno de 350 hectares que tem uma barragem era plantado arroz, mas arrendado, para arrendatários da região mesmo. Essa coisa do arrendamento sempre houve na região, dos próprios fazendeiros. Tinha parte do seco para plantar trigo ou sorgo e as várzeas arroz.

A fala deste interlocutor dialoga com Chelotti (2011, p. 55), quando este autor descreve que a região campanha foi “a principal área de pecuária de corte do Rio Grande do Sul, sendo seus principais rebanhos, os bovinos e ovinos”, e que o processo de modernização da agricultura fez com que “as áreas de lavouras avançassem sobre áreas de pecuária tradicional”. Para Medeiros e Lindner (2015, p. 15), “os assentamentos referem-se a uma nova territorialização em antigos territórios dominados pelo latifúndio”.

Nos primeiros anos de formação do Assentamento Conquista do Cerros, conforme relato dos entrevistados, foram organizados espaços de discussões e debates, prevalecendo a organização que vivenciaram nos acampamentos. O interlocutor 02 menciona que, no início, havia uma organização mais coletiva e mantiveram a organicidade por núcleos de base, coordenadores e direção regional.

¹⁶Conhecida como uma pequena árvore, ou erva daninha que cresce nos campos e pastagens da região.

E, ainda que não estivessem organizados em cooperativas, havia iniciativas coletivas. Mas segundo ele, foram experiências que duraram um curto período, isto porque as primeiras famílias que foram assentadas tinham uma origem urbana, sendo que muitas delas não se adaptaram e acabaram desistindo do lote. Nesse processo de alta desistência, foram sendo chamadas famílias acampadas para ocupar esses mesmos lotes.

Como boa parte das famílias eram oriundas da cidade e não tinham nenhuma experiência de vida mais coletiva, foi através do espaço do acampamento que estas puderam experimentar uma vivência de cooperação e de divisão de tarefas. Para Gasparin, Witcel e Santos (2021, p. 23), a forma organizativa dos acampamentos “estabelecem dinâmicas que vão ter seu reflexo imediato sobre a formação e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária”. O processo de inserção da vida ativa do acampamento, de participar de reuniões, dividir tarefas e tomar decisões coletivas faz com que “as famílias construam suas normas de convivência, constroem novas sociabilidades na vida comunitária – onde a democracia é um exercício real” (2021, p. 23).

A chegada no assentamento demarca um processo onde parcelas do território capitalista vão sendo apropriadas pelos camponeses assentados (OLIVEIRA, 2017). Ainda para esta mesma autora, “não se pode esquecer de que esse é um processo que ocorre no contexto da sociedade capitalista e resulta do caráter contraditório, desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro” (OLIVEIRA, 2017, p. 86). Nesse sentido, ainda que a reorganização do território leve em conta as discussões e vivências realizadas no acampamento, pautada em uma sociabilidade mais coletiva, de participação de todas as famílias nas tomadas de decisões, ao chegarem no assentamento cada família tem autonomia para organizar sua parcela de terra, e optar pelo trabalho coletivo, associativo ou de forma individual. Essas escolhas, como bem destaca Oliveira (2017), também são resultados do modo de organização da vida que vivenciamos na sociedade capitalista.

Vejamos como se deu esse processo a partir do relato dos interlocutores. A interlocutora 01 relembra que, no início do assentamento, houve iniciativas de trabalho coletivo, em uma associação produtora de leite. A família dessa interlocutora participava dessa associação, pois, desde que foram assentados, iniciaram a produção de leite, que ainda se mantém até os dias atuais. Atualmente, também estão

envolvidos no cultivo de sementes para a Bionatur¹⁷ e alimentos para a subsistência. Todos os membros da família se envolvem no processo produtivo, e a fonte de renda da família vem exclusivamente dos cultivos no lote.

Figura 2 - Produção sementes de cebola
(Assentamento Conquista do Cerros - Lote da interlocutora 01)



Fonte: Registro da pesquisadora. Trabalho de Campo, outubro de 2021.

O interlocutor 02 destaca que, desde que foi assentado, não se dedicou integralmente para a produção do lote. Isto porque esteve envolvido em processos organizativos do assentamento da região e também estudando. Destaca que, no passado, já se envolveu na atividade leiteira, criação de gado de corte e ovelhas, produção de sementes e mel; porém, atualmente, está inserido em um trabalho na assistência técnica de uma cooperativa de leite, tem um roçado de sementes vinculado a Bionatur e uma parceria com um assentado vizinho que destina uma parte da área para a produção de soja, mas a principal fonte de renda vem do trabalho técnico.

Ainda sobre o aspecto produtivo, ambos os interlocutores destacam que a principal produção do assentamento é o cultivo da soja, que ocorre através de arrendo

¹⁷A Bionatur é uma cooperativa, onde estão vinculados a ela famílias assentadas da Reforma Agrária, que produzem sementes de forma agroecológica. Sua sede está localizada no assentamento Roça Nova, no município de Candiota-RS.

dos lotes ou parcerias entre os assentados. Porém, ainda há famílias que se envolvem na produção de leite, sementes, fruticultura e alimentos para a subsistência. Conforme o interlocutor 02, “a maior produção é soja e autoconsumo. Soja como arrendo, mas não de gente de fora. Aqui na região tem gente de fora que veio e do próprio assentamento que arrenda”.

Quando questionada sobre quais os principais problemas enfrentados pelo assentamento, a interlocutora 01 reclama da falta de assistência técnica: “antes o INCRA dava assistência técnica e agora não tem mais”. Já para o interlocutor 02, o principal problema que enfrentam é de ordem organizativa, em como despertar nas famílias essa disposição para debater os problemas e buscar soluções coletivas. Este interlocutor ainda relaciona essas dificuldades com as mudanças produtivas. Conforme seu relato: “houve uma mudança brusca na forma de produzir nos 10 últimos anos, e o monocultivo vem tomando conta. Ainda se produz comida, mas até quando não se sabe”.

Nessa perspectiva, os interlocutores destacam que as principais mudanças que ocorreram no assentamento, ao longo dos anos, estão relacionadas com a mecanização da agricultura desde a chegada da soja. Para a interlocutora 01, a renda da soja torna-se um fator determinante para a decisão das famílias aderirem a esse cultivo, isto porque, através do arrendamento do lote, a família garante um sustento, mesmo não cultivando seu lote.

Martins (2022, p. 296) afirma que é no período entre “2000 e 2010, seja com governos neoliberais seja com governos neodesenvolvimentistas, que veremos avançar o agronegócio e seu modelo agrícola no Brasil”. E, nesse contexto, as áreas de assentamentos de reforma agrária também passaram a ser disputadas por esse modelo através do cultivo da soja, o que acarreta uma inversão organizativa desses territórios, seja no aspecto produtivo quanto social.

O segundo assentamento onde foi realizada a pesquisa, o Conquista do Paraíso, está localizado ao lado do Assentamento Conquista dos Cerros e apresenta características sociais e produtivas semelhantes ao assentamento vizinho. No que diz respeito ao aspecto produtivo, encontramos a criação de gado, o leite, o cultivo de sementes, hortas, frutíferas e, principalmente, a soja, sendo para esse grão que se destina a maior parte da área.

Segundo o relato dos interlocutores 03 e 04, o início do assentamento foi marcado por muitas dificuldades relacionadas à falta de estrutura, mas que hoje esses

aspectos já foram superados. A interlocutora 03 percebe que as mudanças que ocorreram, ao longo dos anos, foram melhorando a vida no assentamento, pois, conforme seu relato, “hoje todos temos casa, energia elétrica”. Esta mesma interlocutora, ao relatar a vida no acampamento e, posteriormente, a chegada no assentamento, relembra a precariedade que as famílias viviam, sendo marcante para a mesma a falta de alimentação de qualidade:

Vinha comida do governo, mas não era de boa qualidade, era arroz quirera, aquele feijão já velho. Daí quando nós conseguimos receber o primeiro mês do leite já compramos uma comida melhor. Isso influenciou o pessoal, pois viram que dava para comprar uma galinha, dava para gente viver e comer melhor.

A fala da interlocutora 03 dialoga com a reflexão de Fernandes (2012, p. 21), quando descreve o acampamento como sendo “espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialização da organização dos sem-terra [...]”. É nesse espaço que vai se construindo a chegada na terra, cada acampado vai projetando não apenas a organização do seu lote, mas a reconfiguração de toda a vida familiar. Nesse sentido que, ao chegar no assentamento, a família da interlocutora 03 organizou o trabalho familiar em torno da produção do leite, mas as dificuldades de falta de estrutura fizeram com que a família interrompesse essa atividade, que hoje em dia já foi retomada. Atualmente, também cultivam sementes convencionais para a empresa Feltrin e destinam parte da área do lote para o cultivo da soja.

A família do interlocutor 04 relembra que, no período que foram assentados, mantiveram o seu trabalho vinculado ao comércio e começaram a se dedicar à produção no lote, produzindo sementes, cultivo que se mantém até os dias atuais. Recentemente, iniciaram a produção de leite. O interlocutor 04 ainda realiza um trabalho fora, como motorista do caminhão do leite, fazendo a coleta das famílias produtoras.

Figura 3 - Vacas de leite
(Assentamento Conquista do Paraíso – Lote do interlocutor 04)



Fonte: Registro da pesquisadora. Trabalho de campo, outubro de 2021.

Quanto à organização do território, ambos os interlocutores destacam que, no início do assentamento, houve experiências de organização coletiva: “No início teve trabalho coletivo, agora temos os grupos de produção de sementes, e cooperativas do leite” (Interlocutor 04). O interlocutor 04 participa desses processos associativos, já a interlocutora 03 afirma que ela já participou de grupo das mulheres, mas que abandonou por não concordar com a dinâmica de condução do grupo. Cabe destacar que essa forma organizativa, citada pela interlocutora 03, centrada nos grupos de produção, está relacionada com a própria compreensão do MST, que o assentamento é uma força política e que a centralidade do trabalho organizativo no interior dos assentamentos passaria pela organização da produção (MARTINS, 2019).

No Assentamento Conquista do Paraíso, há um espaço comunitário, na antiga sede da fazenda, onde são realizadas festas, práticas de esporte e atividades de lazer. Conforme relato da interlocutora 03: “Tem festa, agora não está tendo por conta da pandemia. Reformaram a sede, tem espaço de lazer, campo de futebol, churrasqueira, sombra, tem tudo ali. Uma maravilha estar lá”. O interlocutor 04 afirma não frequentar os espaços comunitários do assentamento, mas frequenta uma igreja evangélica na cidade.

O relato dos interlocutores explicita as mudanças que ocorreram no território ao longo dos anos. São transformações que ultrapassam os limites das antigas fazendas e englobam o município e muitas vezes toda a região. Para Medeiros e Lindner (2014, p. 16), com o aumento do número dos assentamentos, “ocorreram mudanças no território gaúcho, mudanças estruturais que provocaram mudanças no setor produtivo, na cultura local, além de serem geradoras de marcas profundas no espaço sul riograndense”.

Em ambos os assentamentos pesquisados, não há escola. As crianças, jovens e adultos frequentam a escola no assentamento vizinho, Oito de Agosto – que atende desde o ensino fundamental ao médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quando esses dois assentamentos chegaram na região, o Assentamento Oito de Agosto já existia, mas é relatado pelos interlocutores que a chegada de mais assentamentos nesse vasto território fez com que melhorasse a infraestrutura, o acesso a transporte, etc. Medeiros e Fiorentin (2015, p. 152), ao afirmarem que os assentamentos são agentes de transformações socioespaciais, destacam que:

Os assentamentos surgiram como uma nova alternativa. Formam um conjunto de pequenos territórios, em espaços contínuos e/ou descontínuos, mas vistos como partes integrantes de um sistema maior. Constituem verdadeiros projetos de desenvolvimento local nos municípios onde são instalados, dinamizando e transformando o espaço.

O interlocutor 06, técnico da Emater, dialoga com a citação acima, quando afirma que a chegada dos assentamentos trouxe um impacto positivo para a região, pois houve uma densidade demográfica significativa, o que trouxe benefícios de infraestrutura, como energia elétrica, estradas, transportes e uma própria interferência na economia. Nesse sentido, para Gasparin, Witcel e Santos (2021, p. 28), em algumas regiões, “os assentamentos dinamizam a própria economia [...], gerando renda e desenvolvimento local”. Nesse mesmo viés, destaca o interlocutor 06:

Os assentamentos trouxeram um incremento para a economia na região. O consumo de materiais de construção e outros bens explodiram. Isso gerou empregos, circulou dinheiro e foram gerados muitos impostos. As famílias consomem localmente, bem diferente do ciclo das fazendas, onde as famílias moravam nas cidades e chegavam no município com os carros abastecidos e a alimentação comprada fora. As famílias assentadas consomem localmente.

A interlocutora 05, que presta assistência técnica para a Bionatur, destaca que, olhando para o histórico dos assentamentos da região, o principal processo produtivo

que envolveu o maior número de famílias, antes da chegada da soja, foi o leite e, embora tenha ocorrido uma diminuição, ainda segue sendo uma das principais atividades. Mesmo que o modelo produtivo da soja ocupe uma área significativa dos assentamentos de Candiota, ainda resiste uma produção diversificada de fruticultura, parreirais de uva, apicultura, produção de sementes de hortaliças, seja ela produzida de forma agroecológica vinculada a Bionatur, ou de forma convencional para empresas de fora.

O relato dos entrevistados evidencia as transformações que ocorreram no território. A chegada das famílias assentadas transforma radicalmente as antigas fazendas, tanto no aspecto produtivo, econômico e sociocultural. Assim, onde viviam apenas alguns trabalhadores responsáveis para cuidar da terra e dos animais, passam a viver e se reproduzir inúmeros sujeitos, famílias inteiras dispostas a fazer cumprir-se a função social da terra. Resignificando a antiga fazenda, onde havia muito gado e pouca gente, passam a desenvolver outros cultivos, consumir e comercializar sua produção localmente. No que diz respeito às relações socioculturais, percebem-se que, no início do assentamento, ainda era forte a vivência trazida do acampamento. E, a partir dessa experiência, foram aprendendo como viver de forma mais coletiva, organizando as moradias mais próximas dos vizinhos, realizando trabalho em grupos ou associado.

Atualmente, o principal cultivo de ambos os assentamentos é a produção de soja, que traz novas mudanças e contradições para o território. Esse fator fez com que muitas famílias assentadas deixassem de cultivar seus lotes, de produzir alimentos, passando a arrendar sua terra para esse monocultivo. É possível visualizar o modelo produtivo do agronegócio se expandindo exponencialmente nas áreas dos assentamentos pesquisados, o que acarreta uma inversão na organização do território. Essa mudança no âmbito produtivo impacta nos aspectos mais gerais da reprodução social das famílias, seja o trabalho, a produção, a cultura e a educação. Aprofundaremos essas e outras reflexões nas seções seguintes, quando tratarmos do trabalho e da sociabilidade.

2 TRABALHO, SOCIABILIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

A seção que segue tem como objetivo compreender o trabalho e a sociabilidade como fundamentais para a (re)produção da vida humana. Nessa perspectiva, busca-se problematizar as transformações do mundo do trabalho desde o advento do capitalismo. Problematiza-se, também, o processo de implementação do modelo produtivo do agronegócio, abordado no primeiro capítulo, e as mudanças que ocorreram no modo de produzir no campo e na sociabilidade dos camponeses. Dando seguimento à análise da pesquisa, verificamos a materialização do trabalho e da sociabilidade nos Assentamentos Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso, dando ênfase para como esse processo foi sofrendo mudanças e contradições com o decorrer do tempo.

2.1 DO TRABALHO À SOCIABILIDADE

Parte-se da compreensão de que o trabalho é fundante da vida humana, pois é a partir dele que garantimos a existência social, bem como a nossa humanização (ANTUNES, 2004). Para Marx (1983, p. 149-150), o trabalho:

É um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza [...]. Pressupomos o trabalho como pertencente exclusivamente ao homem. [...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e portanto idealmente.

Partindo dessa mesma abordagem, Netto e Braz (2006, p. 32) contribuem na reflexão sobre esse processo que, pelo acumulado histórico, ganha a possibilidade de projetar o ato de efetivação do trabalho, onde, segundo eles: “o sujeito prefigura o resultado de sua ação”. Ainda para os autores:

Importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração [...] é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: *a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objetiva**, isto é quando a matéria natural, pela **ação material** do sujeito, é **transformada***. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que o efetua (NETTO; BRAZ, 2006, p. 32, grifos dos autores).

Ricardo Antunes (2004, p. 7), referenciado em Marx, destaca que: “os homens e mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho”. Esse processo de conceber, imaginar o resultado do trabalho antes mesmo de executá-lo, só acontece com os humanos, sendo esse aspecto que nos diferencia dos demais animais. Segundo Neto e Braz (2006, p. 37, grifos dos autores):

Foi através do trabalho que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal* [...]. *O trabalho é fundante do ser social*, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade) [...]. Não se pode separar a sociedade dos seus membros: *Não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade*. O que chamamos de sociedade são os modos de existir do ser social; e na sociedade e nos membros que a compõe que o ser social existe: *a sociedade e seus membros constitui o ser social e dele se constitui*.

Gadotti (1988, p. 20, grifos do autor) destaca que:

É o próprio **homem** que figura como ser **produzindo se a sim mesmo**, pela sua própria atividade, “pelo modo de produção da vida material”. A condição para que o homem se torne homem (porque ele **não é**, ele **se torna**) é o trabalho, a construção da sua história.

Nesse mesmo sentido, Márkus (2015, p. 27) destaca que: “o trabalho constitui a relação real e histórica entre homem e natureza, [...] ele determina as relações recíprocas entre os homens, isto é, a totalidade da vida humana”.

A partir dessas reflexões, pode-se afirmar que as relações sociais e os modos de vida estão condicionados pelo trabalho e pelas relações de produção estabelecidas em um determinado modo de produção. Para Marx (2008), é a produção da vida material é que condiciona os processos de vida social, político e intelectual:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 49).

Assim como as formas de produção se modificam, as relações sociais também estão em permanente transformação. Desse modo, a sociabilidade humana é uma decorrência do trabalho, sendo que, ao ser realizado pelo sujeito, transforma a natureza e a si mesmo. Assim como Antunes (2004, p. 8) explica que “[...] num processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana”.

Dessa forma, estamos entendendo por sociabilidade, a capacidade de socialização que os seres humanos desenvolvem através da atividade do trabalho. É a partir dele que se desencadeiam todas as dimensões das relações sociais em sociedade. Para Netto e Braz (2006, p. 42), umas das particularidades que caracteriza o ser social é a sua capacidade de socializar-se: “o ser social dispõe da capacidade de sociabilização, isto é, ele é passível de apropriação e desenvolvimento por parte dos membros da sociedade no interior da própria sociedade, através, fundamentalmente, dos processos de interação social [...]”.

Cabe destacar que o desenvolvimento da sociedade esteve marcado pela divisão social do trabalho, pela propriedade privada e pelo surgimento das relações capitalistas, a partir do século XIV. Tais transformações modificaram a essência do próprio trabalho, passando esse a ser, segundo Antunes (2004, p. 8), “assalariado, alienado, fetichizado”. O mesmo autor, na sequência, assinala: “[...] O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência” (2004, p. 8). Antunes (2004, p. 8-9) continua:

A “força de trabalho” (conceito chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana [...]. O trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano.

A citação acima dialoga com as reflexões de que o processo histórico da divisão do trabalho faz que com o “homem como ser genérico, do gênero humano em seu conjunto, apareça unilateral e incompleto” (MANACORDA, 2007, p. 59-60). O mesmo autor, ao analisar os escritos de Marx de a *Ideologia Alemã*, descreve que “o trabalho subsume os indivíduos sob uma determinada classe social: uma condição que apenas poderá ser eliminada pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho” (MANACORDA, 2007, p. 59). Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorre uma transformação do ato de trabalhar. O trabalho não é mais autônomo do trabalhador, visto que este precisa vender a força de trabalho ao capitalista para garantir acesso às suas necessidades básicas. Nesse processo, ao transformar o trabalho, transforma-se também o modo de vida, a sociabilidade dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Esse aspecto contribui na reflexão para problematizarmos a relação intrínseca entre trabalho e sociabilidade humana, percebendo o primeiro como condicionante das relações socioculturais. Também contribui na medida que compreendemos o trabalho como um processo educativo e/ou formativo do trabalhador, sendo esta parte da sua formação humana. É nesse viés que cultura e educação são aqui compreendidas como sendo parte da sociabilidade humana, onde homens e mulheres, ao trabalharem, estabelecem relações socioculturais, estando estas últimas influenciadas pelo modelo produtivo hegemônico na sociedade. Aprofundaremos essas reflexões na seção seguinte.

2.2 RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, CULTURA E EDUCAÇÃO NA SOCIABILIDADE

No item anterior, destacamos que, por meio do trabalho, o ser humano desenvolve a capacidade de socializar-se. A seção que segue tem como objetivo aprofundar o conceito de cultura bem como de educação, entendendo estas como resultante da relação entre os sujeitos que, ao transformarem a natureza pela prática do trabalho, transformam também a sua sociabilidade.

Iniciamos apresentando a concepção de cultura de Carlos Rodrigues Brandão (2008), que explicita a relação intrínseca de trabalho e cultura. Para o antropólogo, “somos humanos porque, sendo seres da natureza, nós nos construímos como sujeitos sociais criadores de cultura” (BRANDÃO, 2008, p. 171). Segundo ele:

Somos humanos porque criamos cultura e continuamente as transformamos. E uma cultura, ou algumas, existem entre nós e em nós objetiva e subjetivamente. Elas estão em tudo aquilo que criamos ao socializar a natureza. Isto é, ao transformamos coisas do mundo natural em objetos do mundo cultural [...]. Nós os transformamos para adaptá-los a nós. E, no mesmo processo, nós nos transformamos pessoal e coletivamente a nós próprios, ao criarmos, junto com os utensílios de que nos servimos para sobreviver, os símbolos, os saberes, os sentidos e os significados de que nos servimos para convivermos (BRANDÃO, 2008, p. 171).

Nesse mesmo sentido, Brandão (2008, p. 177) destaca que:

As interações entre a pessoa humana e a natureza, assim como as que se realizam entre as pessoas umas com as outras – mediatizadas pela natureza através da cultura – não são somente sociais. Elas são socialmente históricas, e devido a uma dupla razão. Primeira: porque elas se constroem no interior do processo da história. Segunda: porque elas constroem a própria história, que não é outra coisa mais do que o trabalho humano destinado a criar e significar as diferentes dimensões de uma cultura, dentro e através da qual comunidades humanas habitam o “seu mundo”. Ao transcender um mundo dado pela natureza e ao construir, material e simbolicamente um mundo de cultura, o homem se afirma, por sua vez, como criador de suas próprias condições de existência e como sujeito da história. Criando e recriando, integrando-se às condições do seu contexto, respondendo a seus desafios, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo: o da história e o da Cultura.

Cabe salientar que a concepção de cultura de Brandão não está baseada em uma neutralidade que padroniza todos os sujeitos como portadores de uma mesma cultura. Pois, de acordo com Brandão (2008, p. 172, grifos do autor), as “culturas são socialmente criadas, preservadas e transformadas em contextos políticos. Têm a ver com a gestão do poder simbólico. Seria possível falar em: ‘cultura dominante’; ‘cultura dominada’; ‘cultura alienada’; ‘cultura popular’”.

Não tenho a intenção de aprofundar esse debate, ainda que as leituras realizadas indicam que não há uma neutralidade cultural, pois na atual sociedade, é possível constatar que uma cultura de massa hegemoniza as demais. Essa cultura de massas é fruto de uma indústria cultural que está fortemente relacionada aos valores de mercado, estimulando hábitos de consumo e mercantilizando o tempo livre do trabalhador. Sobre essa temática, os autores Bastos, Stedile e Boas (2012, p. 411) enfatizam:

O principal aspecto da Indústria Cultural está na articulação mercadológica entre cultura, arte e divertimento, tendo em vista a perpetuação da dominação do sistema produtivo sobre o trabalhador também em seu tempo livre [...]. Ao consolidar a diversão como mercadoria, a Indústria Cultural assenta os termos da dominação social do capitalismo no século XX.

Nessa perspectiva, o historiador Thompson (1998), ao refletir sobre os costumes e a cultura popular, afirma que não se pode conceber a cultura como a parte dos conflitos e das contradições sociais, ou simplesmente como “significado, atitudes e valores”. Segundo o mesmo autor:

Cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair a nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro de um conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

Nos escritos dos “Cadernos do Cárcere”, do pensador italiano Antônio Gramsci (2007), encontram-se elementos que explicam as relações sociais como desenvolvidas historicamente na ação do homem sobre a natureza. Tais relações nunca são homogêneas e estáticas, pois cada momento histórico produz diferentes relações sociais. Segundo Gramsci (2007, p. 50-51, grifos do autor):

O que significa dizer que uma certa ação, um certo modo de viver, um certo comportamento costume são “naturais”? Ou que eles, ao contrário, são “contra a natureza”? [...] É preciso desde logo estabelecer que não se pode falar de natureza como algo fixo, imutável e objetivo [...]. A “natureza” do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida; só esta consciência pode indicar o que é “natural” ou “contra a natureza”. Além disso: o conjunto das relações sociais é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento, de modo que a “natureza” do homem não é algo homogêneo para todos os homens em todos os tempos.

A cultura, para Gramsci, está intrinsicamente relacionada com a filosofia, com a linguagem, com a concepção de mundo e com a própria ação dos sujeitos sobre o mundo. Assim, ele escreve no Caderno de número 1 (1999, p. 95-96):

É verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo. Uma grande cultura pode traduzir-se na língua de outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional historicamente rica e complexa pode traduzir qualquer outra grande cultura, ou seja, ser uma expressão mundial [...]. Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Para Gramsci, a filosofia e a cultura têm um papel fundamental de contribuir para superar o senso comum. Esse movimento deve acontecer sem que se perca o engajamento como povo, ou nas palavras do autor, os “simples”. Pois é, segundo o mesmo autor, que “[...] só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida” (GRAMSCI, 1999, p. 100, grifos do autor). A concepção de cultura do pensador italiano, além de buscar superar o senso comum das massas, pretende “elevantemente as camadas populares”, e fazendo surgir dela seus próprios intelectuais. Vejamos a fala de Cacciatore (2017, p. 334, grifos do autor) sobre essa perspectiva:

Aqui pulsa o que se poderia chamar de acepção forte de cultura no entendimento de Gramsci, tomada como “concepção do mundo”, ou seja, por um lado como “relação entre o homem e a realidade com a mediação da tecnologia” por outro como “religião laica”, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em “cultura”, isto é, tenha gerado uma ética, um modo de viver, um comportamento cívico e individual.

Em seus escritos sobre Socialismo e Cultura, Gramsci (2010) enfatiza mais uma vez que a cultura está fortemente relacionada com a consciência, com o lugar que ocupamos na sociedade e ações que desencadeamos perante a vida. Para o autor:

A cultura [...] é organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres (GRAMSCI, 2010, p. 53).

A abordagem dos autores sobre a cultura nos permite compreendê-la como resultante das relações sociais historicamente construídas pelos próprios seres humanos. Nos escritos de Carlos Rodrigues Brandão (2008), fica evidenciado que o trabalho humano é o que constrói a história e, a partir dele, as diferentes dimensões da cultura, permitindo que o ser humano “crie suas próprias condições de existência”, sendo elas materiais e subjetivas. Em Gramsci (1999; 2007; 2010), a relação com a filosofia e concepção de mundo contribui para que percebamos a cultura como um processo que está em movimento, e não como algo estático em uma determinada sociedade. E é este movimento de criação e recriação que permite agirmos sobre o mundo. Para Gramsci, a cultura deve contribuir na superação do senso comum das massas e na transformação da realidade.

Através desses aprofundamentos teóricos, compreende-se a cultura como resultante da relação entre os seres humanos e a natureza, e os seres humanos entre si que, mediatizados pelo trabalho, transformam a natureza, produzindo não apenas bens simbólicos, produtos ou mercadorias. Estabelecem, também, segundo Thompson (1988, p. 17), “[...] relações sociais em um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascarados pelos ritos do paternalismo e da deferência”.

Em síntese, cultura é toda a produção humana, quer se traduza em artefatos simbólicos ou materiais, processo que se dá no interior de uma sociedade que, por meio de sua organização econômica, política e cultural, condicionam e tendem a homogeneizar a cultura. Consideram-se, também, os valores, os modos de vida, os afetos, os sentidos simbólicos, mas percebendo esses como condicionados pelas relações de produção do sistema vigente.

A partir do exposto, pode-se dizer que a sociabilidade dos sujeitos está pautada nas relações, que se estabelecem com o meio natural e social. Essa sociabilidade que se constitui engendra a cultura como produção humana. Essa cultura, por sua vez, como parte de uma totalidade, influencia e sofre influências, permanece, mas também transmuta, de acordo com o próprio processo que se instaura no território e os vínculos estabelecidos com a totalidade social.

A sociabilidade humana também engendra a educação dos seres humanos e seus processos educativos. A partir da prática social dos trabalhadores e a inserção destes nos processos produtivos, sejam eles hegemônicos pelo modo de produção capitalista ou, até mesmo, contra-hegemônico a ele, emergem práticas organizativas que se tornam educativas, produtoras de saberes e conhecimentos.

Como vimos na seção anterior, cada momento histórico produz diferentes relações e práticas sociais, sendo que os modos de viver estão em constante rupturas e transformações. Essas mudanças que ocorrem no modo de produzir, por meio do trabalho, se replicam em nossas próprias concepções de mundo, consciência e prática social. Então, por meio dessa perspectiva, é que a educação e os processos educativos tornam-se centrais para o andamento da sociedade.

Nesse entendimento, busca-se aprofundar essa relação intrínseca entre trabalho, cultura e educação. O trabalho, como produtor de meios de vida, permite criarmos bens materiais para garantirmos a sobrevivência, mas mais do que uma atividade produtiva, ele também é atividade criativa. Conforme abordagem de Kuenzer

(1991), ao trabalharmos, produzimos saberes e conhecimentos. É nessa perspectiva que, para Frigotto e Ciavatta (2012), o trabalho assume um caráter educativo, assim: é “[...] preciso compreender a importância fundamental do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 749). Ainda de acordo com os autores:

Daí deriva a relação entre trabalho e educação em todas as suas formas, em que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 749).

Acácia Kuenzer (1991), ao analisar o histórico da relação entre trabalho e educação no Brasil, afirma que a divisão do trabalho entre manual e intelectual também separou a “educação” da “formação profissional”, onde, segundo a mesma autora: “[...] os jovens e adultos são preparados para exercer funções diferenciadas – intelectuais ou manuais – na hierarquia do trabalhador coletivo” (KUENZER, 1991, p. 8). Para a autora, ainda na década de 1960, há uma desarticulação entre “o mundo da educação e o mundo do trabalho” (KUENZER, 1991, p. 8). A mesma autora ainda segue dizendo:

Essa desarticulação se explica pelo caráter de classe do sistema educativo, uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação se faz a partir de sua origem de classe. Em resumo, permanece a mesma situação existente no início do século, quando da criação dos cursos profissionais: educação para a burguesia e formação profissional para o povo (KUENZER, 1991, p. 8-9).

De acordo com a abordagem de Kuenzer (1991), a educação para o trabalho não é única ou homogênea para todas as classes, pois, segundo a própria autora: “[...] refletem e reproduzem a divisão social e técnica do trabalho” (KUENZER, 1991, p. 17). Ainda conforme a pesquisadora:

Os que vão desempenhar as funções intelectuais aprendem o saber sobre o trabalho na escola; os demais, que vão desempenhar as tarefas de execução, aprendem o trabalho na prática, com auxílio dos treinamentos ou cursos profissionais de curta duração (KUENZER, 1991, p. 17).

Não se pretende aqui analisar a relação entre trabalho e educação no âmbito escolar, e sim como acontece essa relação no âmbito produtivo, da prática do trabalho. Nesse viés, Arroyo (1991) pontua que o modo de produção capitalista percebeu que o trabalhador precisava ser formado para dar conta das novas

demandas produtivas: “o capital não encontrou o trabalhador feito, teve que se colocar a questão de como constituí-lo, formá-lo” (ARROYO, 1991, p. 190). O autor ainda assinala o forte vínculo entre trabalho, cultura e educação, quando afirma:

Para que os novos valores sobre o trabalho fossem aprendidos foram necessários mecanismos pedagógicos não verbais, mas materiais: a pobreza dos casebres, os amontoados dos bairros populares, a expropriação da propriedade, as casas de correção, as *work-houses*, as fábricas, prisões. Captar essa materialidade onde a burguesia põe o educativo é importante para equacionar os vínculos entre trabalho e educação (ARROYO, 1991, p. 190, grifos do autor).

Conforme enfatizam Frigotto e Ciavatta (2012, p. 750):

Sob as necessidades do capital de formação de mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para adaptação as suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento nas funções úteis à produção. Sob a contingência das necessidades dos trabalhadores, o trabalho deve não somente preparar para o exercício das atividades laborais – para a educação profissional nos termos da lei em vigor – mas também para a compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho.

Os mecanismos pedagógicos também foram utilizados pelas próprias escolas para, desde muito cedo, adaptar os corpos disciplinados para extensivas jornadas de trabalho. Contudo, é válido destacar que saberes e conhecimentos não são produzidos no interior do espaço escolar, e sim nas próprias relações sociais que homens e mulheres estabelecem entre si. Conforme relata Kuenzer (1991, p. 21), “é uma produção coletiva dos homens em sua atividade real enquanto produzem as condições necessárias à sua existência”. Para Kuenzer (1991, p. 21):

O ponto de partida para a produção do conhecimento, portanto, são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que é transformado por elas [...]. O processo de produção do saber, portanto, é social e historicamente determinado, resultado das múltiplas relações sociais que os homens estabelecem na sua prática produtiva.

Quando falamos do princípio educativo do trabalho, não se quer negar a bagagem histórica na qual essa atividade humana foi e segue sendo desenvolvida nas relações de dominação, exploração e escravidão, que desumaniza o ser humano. Mas estamos reafirmando que o processo formativo do ser humano, através da prática

do trabalho, permite avançar no que diz respeito à organização dos trabalhadores para superar tais relações de exploração. Retomando Frigotto (2017, p. 218):

O trabalho como princípio educativo deriva, em Marx, do fato de que é pelo trabalho que o ser humano se torna humano e por ele produz e se reproduz a sua vida. Ou seja, como um ser de natureza e em relação com ela, pela ação vital do trabalho, cria as condições de produção e reprodução de si mesmo ao longo da história.

Para o autor, é a partir dessa atividade vital que se possibilita desenvolver as diversas dimensões humanas. Contudo, não se pode perder de vista que, segundo Frigotto (2017, p. 227), “a luta histórica é para diminuir o tempo humano nessa atividade”. De acordo com esse pesquisador:

A redução da jornada de trabalho incide na possibilidade do desenvolvimento das dimensões especificamente humanas, pois o tempo de trabalho exigido historicamente para suprir as necessidades básicas situa-se na esfera da reprodução dos demais seres da natureza. O mundo propriamente humano amplia-se no tempo livre. É no tempo efetivamente livre que o ser humano pode dedicar-se a dilatar suas potencialidades de criação e educar os sentidos humanos para a fruição do belo, da arte, e do gosto (FRIGOTTO, 2017, p. 227).

Baseado nas contribuições de Marx, Arroyo (1991) problematiza as teorias que relacionam trabalho e educação somente como um processo de resistência à ordem vigente e não levam em conta a dimensão da relação: “dialética entre homem/ambiente/circunstância/prática social” (ARROYO, 1991, p. 202). Para o autor:

Na concepção marxiana não há possibilidade de a formação humana ser reduzida à formação de consciência através de ações especificamente educativas-culturais. A transformação das consciências não corre em uma faixa separada da luta pela transformação das circunstâncias, antes forma parte da transformação da realidade concebida como realidade consciente, expressão consciente do ser. O educativo e o cultural não passam a frente nem paralelamente a luta material. A resistência crítica e cultural só pode ser a manifestação consciente dessa luta material. Nessa unidade de práxis crítico-prática se dá a educação das circunstâncias e do ser humano (ARROYO, 1991, p. 202).

É nesse sentido que, para os trabalhadores, a organização do processo produtivo também adquire uma dimensão educativa e formadora, na medida em que este assume outras formas de se relacionar com a natureza, que contrapõe o modelo produtivo vigente, resultando em outra forma de sociabilidade, de adquirir e construir novas práticas, conhecimentos e saberes. Ao analisar a luta dos trabalhadores camponeses, Arroyo (2014, p. 85) enfatiza que esse processo faz surgir “uma força

pedagógica do real: terra, trabalho, esforço humano, coletivo, por transformar a terra, produzir a vida, construir valores, culturas, identidades. Humanizando”. O autor ainda afirma que a dimensão da luta dos movimentos sociais recoloca o caráter educativo do trabalho:

Ao lutarem por terra trabalho como processo fundamental de vida, de existência da condição humana, da história da sociedade como criação e recreação do ser humano retomam a positividade formadora pedagógica do trabalho. Não apenas denunciam e resistem a tantas negatividades, desumanizações históricas do trabalho alienante, de sua negação, da exploração sob as relações capitalistas de produção. Em suas lutas por trabalho, terra, agricultura camponesa, retomam a centralidade do trabalho como o único meio de produzir-se como humanos plenamente desenvolvidos (ARROYO, 2014, p. 89).

A partir da contribuição teórica dos autores citados, pode-se afirmar que a educação, assim como a cultura, assume um papel central na sociabilidade humana. Ambas tornam possível adaptar o trabalhador às novas relações impostas pelo sistema vigente, como também abrir rupturas e brechas. Busca-se, com esse movimento, analisar as práticas sociais que emergem dos trabalhadores camponeses, a partir da realização da atividade produtiva e da construção da sua sociabilidade, tendo em vista a cultura e a educação. Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer as contradições que o modelo hegemônico impõe sobre o trabalho e a sociabilidade, mas também visualizar práticas sociais contra-hegemônicas que possibilitam desenvolver novas relações socioculturais, mais educativas, coletivas e solidárias.

2.3 IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA E PARA A SOCIABILIDADE CAMPONESA

Nessa seção, busca-se aprofundar como se estabelecem as relações entre trabalho e a sociabilidade, esta última expressa na cultura e educação, no campesinato, bem como diagnosticar como as mudanças no modelo produtivo transformam as relações socioculturais desses sujeitos em questão.

Para refletir sobre trabalho e sociabilidade camponesa, é preciso levar em conta que estes se constituem da própria relação que estabelecem com a terra, com a agricultura. Desse modo, Tardin (2012, p. 179) destaca que “a agricultura traduz uma relação humano-natureza marcada pelo sentido de forte conexão, de pertencimento, de ato transformador e criador, uma relação fundada no cuidado”. O

autor citado trabalha a cultura em sentido amplo, enfatizando que a mesma é produzida pelos seres humanos na sua relação com o meio:

Cultura é toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida. Trata-se da criação e recriação que emergem daquelas relações em que os humanos ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios. Essas transformações se dão na ordem material, quando a criação e recriação como ato humano tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então [...]. Alcança também a ordem imaterial, levando-o a expressar sua subjetividade por meio das artes, teorias, ciência, religião, ideologias etc (TARDIN, 2012, p. 178-179).

No que diz respeito às relações sociais camponesas, pode-se dizer, de acordo com Tardin (2012), que essas estão pautas no princípio da solidariedade e numa organização mais coletiva em sua prática cotidiana:

A ajuda mútua faz parte não apenas do seu cotidiano – como sementes, animais de trabalho ou para a reprodução, como ferramentas e máquinas –, mas também do seu trabalho – seja nas trocas de dias ou nos mutirões, sendo que esses últimos resultam sempre em festividade ao final das tarefas realizadas. Essa tradição cultural leva-os a praticarem vários trabalhos coletivos para o bem comum da comunidade [...] de acordo com as suas necessidades, muitas vezes ausência e por causa do descaso do Estado (TARDIN, 2012, p. 181).

Dessa forma, o trabalho para o camponês está pautado em sua organização familiar. Todos participam ativamente nas atividades relacionadas à agricultura, pecuária, cuidado do lar. Ainda que homens e mulheres cumpram papéis diferentes, seguindo uma divisão sexual do trabalho, marcado pela dominação patriarcal, “o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra, [...] a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando a reprodução física e social deste grupo de pessoas” (MOURA, 1986, p. 54).

Nessa mesma vertente, para Fernandes (2012), são as características da organização familiar e do trabalho que diferenciam o território camponês do território capitalista:

Territórios com lógicas e processos distintos, e que constroem diferentes modelos de desenvolvimento territorial. Porém, embora o território camponês subsista subordinado às relações capitalistas, sua existência é garantida pelo trabalho familiar, cooperativo, associativo, e por outras formas de relações não capitalistas. O grande desafio do campesinato é manter sua soberania desenvolvendo seu território por meio de sua autonomia relativa e do enfrentamento a hegemonia do capital (FERNANDES, 2012, p. 746).

Esses diferentes modos de produzir estabelecem diferentes modos de vida, de sociabilidade ou, como descreve Fernandes (2012, p. 747), “diferentes formas de uso dos territórios: para o campesinato a terra é lugar de produção, de moradia e de construção da sua cultura para o agronegócio a terra é somente um lugar de produção de mercadorias, do negócio”. Para Fabrini (2008, p. 261):

As relações camponesas são marcadas por certa autonomia e controle do processo produtivo, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção. O fato de possuir terra e instrumentos de trabalho faz da família camponesa, além de produtora de excedente (mercadoria), também produtora para autoconsumo, diferentemente da produção coletiva baseada na divisão do trabalho, semelhante ao que ocorre numa fábrica. O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida.

Conforme destacado no item anterior, a cultura está aqui entendida como tudo o que é produzido a partir da relação dos seres humanos entre si, com a natureza, trabalho, e com o que já está instituído na comunidade, assim como com o que lá vai se processando, no compasso do desenvolvimento sociocultural da sociedade como um todo. Assim, ao camponês desenvolver um trabalho pautado na organização familiar, na solidariedade comunitária, no vínculo com a terra e com a preservação da natureza, estabelece práticas educativas e culturais, levando em conta a materialidade do trabalho na relação seres humanos natureza. Conforme Arroyo (2014, p. 101):

A cultura, os valores, os símbolos, as linguagens, não são meros produtos do trabalho. O trabalho, a terra, toda a atividade produtiva, todo trabalho é atividade cultural, e a cultura é ela mesma atividade produtora. Não mero produto, mas atividade produtiva de formas de trabalhar de produzir a terra, as relações de trabalho, produzir formas de pensar, de identidades, valores. Produtora de humanos a cultura é também princípio educativo, matriz formadora inseparável do trabalho, não mero produto do trabalho [...].

A sociabilidade dos camponeses está intrinsecamente ligada com as relações de trabalho e cultura que estabelecem no território em que vivem, sendo que estes cumprem um papel formativo/educativo dos trabalhadores camponeses. Nesse modo de fazer a agricultura camponesa, emergem práticas sociais que contrapõe a lógica convencional, resgatando e recriando saberes e conhecimentos, os quais muitas vezes são desvalorizados ou até mesmo negados pelo modo de produzir hegemônico.

Para Arroyo (2014), a luta dos camponeses assume uma tarefa formadora e humanizadora, pois:

A agricultura camponesa, ao se defender frente à destruição do agronegócio defende o trabalho produtor da vida, da soberania alimentar, da moradia digna, e tudo que daí recorre: os valores, as representações de mundo e de si mesmos, a cultura, as artes, o conviver, a sociabilidade e os modos de pensar, de ler o mundo. Os povos do campo das florestas, das periferias, os sem-terra, os sem-teto, sem território, sem trabalho, sem comida sem um justo viver exigem vida, terra, trabalho, teto. Lutam por processos produtivos, onde se produzam humanos. Sabem que seu produzir-se como humanos, pensantes, culturais, éticos identitários, é inseparável de sua condição de sujeitos produtivos, trabalhadores que, ao produzir bens em relações de libertação e justiça sociais produzem-se. As lutas por educação, cultura, identidades, são formadoras por que coladas ao tornar os processos produtivos mais justos, mas humanos e humanizadores (ARROYO, 2014, p. 87).

No que diz respeito aos movimentos sociais do campo, Arroyo (2014, p. 103) ainda salienta:

Os movimentos do campo [...] têm o mérito de destacar que a cultura popular é inseparável da produção camponesa, as festas, os símbolos, a criação cultural, a arte, os rituais, as músicas, os cantos e danças só encontram significados enquanto produções coladas ao trabalho e à produção camponesa.

Nesse viés abordado por Arroyo (2014) e tendo presente as pautas de luta e as elaborações dos movimentos sociais do campo, no caso específico do MST, fica evidenciado, em seu programa de Reforma Agrária Popular, o seu compromisso com as “mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda a sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo” (MST, 2013, p. 35). Nos objetivos do programa agrário que dizem respeito à produção, é destacado que “toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado do seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação” (MST, 2013, p. 36).

Nesse aspecto, ainda se salienta a importância da agroecologia na produção dos alimentos saudáveis que atendam à demanda da população brasileira, bem como a promoção de diversas formas de cooperação entre os sujeitos camponeses e a construção de agroindústrias “para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais”, envolvendo todos os sujeitos no trabalho, sobretudo a juventude e as mulheres.

No que diz respeito à educação e à cultura, é destacado que “o conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo” (MST, 2013, p. 37). Dessa forma, é imprescindível ter “acesso aos bens culturais e o direito à educação pública e de qualidade”, que a formação dos sujeitos que vivem no campo ocorra permanentemente e que contribua para “combater todas as formas de preconceito social”.

De acordo com os objetivos citados acima, percebe-se que esse Movimento, a partir da luta pela terra e do seu programa de reforma agrária popular, vincula a educação e a cultura aos processos de luta social, estando esta última pautada na transformação das relações socioculturais, que garantam a permanência e melhores condições de vida no campo. As práticas produtivas desenvolvidas no âmbito da construção da reforma agrária popular fazem emergir novas práticas educativas que contrapõem os valores da sociedade capitalista, demonstrando a possibilidade de uma outra sociabilidade.

A partir das contribuições dos autores abordados, percebe-se que a agricultura camponesa permite que esses trabalhadores estabeleçam relações produtivas que contrapõem o modelo produtivo hegemônico, onde substituem a monocultura pela diversidade, o individualismo pela solidariedade. Demonstrem, assim, a possibilidade de novas relações de sociabilidade, a partir da sua prática social cotidiana, emergindo daí outros processos e práticas educativas e culturais que também contrapõem o modo de produção dominante, e contribui no que Arroyo chama da formação humanizadora dos sujeitos.

Porém, mesmo que a agricultura camponesa se coloque em uma perspectiva contra-hegemônica, de estabelecer novas relações produtivas e socioculturais, ela acaba sendo disputada e influenciada pelas transformações do modo de produção capitalista. No início deste capítulo, salientou-se que as transformações do mundo do trabalho modificaram o significado deste para o trabalhador. Como já mencionado, essas transformações também ocorrem na sociabilidade, nos modos de viver de trabalhadores urbanos e rurais.

No contexto da agricultura, também podemos observar essas transformações. Desde o marco da “Revolução Verde” (conforme explicitado no capítulo 1), há uma mudança na forma de conceber a agricultura, no que diz respeito ao seu modelo

técnico e científico, que transforma radicalmente as formas de trabalho e produção no campo.

O avanço do capitalismo no campo modificou não só a forma dos camponeses produzirem, mas também a forma de se relacionarem com a natureza e suas próprias relações socioculturais. Onde antes se tinha uma produção pautada na diversidade, na preservação da natureza, em uma organização social coletivizada, com o modelo do agronegócio, intensifica-se a exclusão dos camponeses de seu território, com a produção de grandes extensões de monocultivos, que dependem de um pacote tecnológico, com alto uso de agrotóxicos. Assim, ocorre uma “mercantilização - um padrão de produção e consumo que modifica a sua trajetória cultural e altera intensamente suas bases materiais produtivas” (TARDIM, 2012, p. 85).

Além disso, Moura (1986, p. 64-65), acrescenta o seguinte:

A extensão do capitalismo no campo não se dá simplesmente pelo advento das relações de produção baseadas na compra e venda da força de trabalho - portanto na expropriação dos meios de produção do camponês. Na verdade, o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra. A renda territorial capitalizada vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e as leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela de terra (MOURA, 1986, p. 64-65).

Dessa forma, como aprofundado no primeiro capítulo, a proposta do modelo produtivo do agronegócio para a agricultura é a produção de *commodities* agrícolas. Nessa perspectiva, “o campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares” (TEUBAL, 2008, p. 146).

O mesmo autor enfatiza que:

O modelo do agronegócio é uma alteração rumo a um sistema de pura exclusão em relação à agricultura familiar e campesina. De exclusão e de maior desigualdade que no período anterior, no que se refere à mão-de-obra (*sic*), posto que o trabalho é substituído por novas formas de organização laboral (TEUBAL, 2008, p. 157).

Percebe-se que esse modelo contrapõe as relações sociais estabelecidas pelos camponeses, bem como sua própria relação com a natureza, pois se antes necessitava de uma família extensa e da cooperação com a vizinhança para dar conta da diversidade da produção, com o monocultivo, essa demanda se desfaz.

Do mesmo modo com as transformações do modelo produtivo, a sociabilidade dos camponeses também se modifica. Não é somente o modo de produzir que está em jogo, mas diferentes projetos para o campo, relações sociais e os modos de vida dos camponeses. Para Fernandes (2005), esse enfrentamento entre o agronegócio e agricultura camponesa explicita a disputa na consolidação de distintos territórios, sendo esse compreendido “como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais” (FERNANDES; MOLINA, 2005, p. 53). Para os autores, o território é fundamental para a reprodução social dos sujeitos do campo:

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura do modo de vida. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico e cultural e ambiental [...] (FERNANDES; MOLINA, 2005, p. 61).

Para disputar a sociabilidade dos camponeses, o agronegócio investe fortemente no campo ideológico. A grande mídia tem cumprido esse papel em propagandear o “agro” como o produtor das riquezas nacionais.

Outra construção ideológica do agronegócio é o esforço de convencer a todos que é responsável pela totalidade da produção agropecuária. Em geral, a grande mídia, ao informar os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. Estrategicamente o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país disputando a maior quantidade de recursos públicos da agricultura (FERNANDES, MOLINA, 2005, p. 72-73).

Além da mídia, as empresas do agronegócio têm utilizado da área educacional para disseminar a sua ideologia. Se voltaram para o setor produzindo e divulgando materiais para as escolas da rede pública. Assim “as empresas produzem materiais didáticos e de apoio ao ensino, nos quais divulgam sua visão de campo e de desenvolvimento do país [...]” (CHÃ, 2018, p. 62).

É nesse contexto de avanço do modelo de produção, baseado nas *commodities* agrícolas, que se recoloca a luta pela Reforma Agrária no país. O MST identifica nessas mudanças “que o inimigo no campo também mudou, e agora se expressa no agronegócio” (MARTINS, 2019), e não mais nos latifúndios improdutivos. Nessa

perspectiva, os assentamentos, resultado da conquista da luta pela terra, não poderiam reproduzir em seu território o mesmo modelo produtivo hegemônico, assim:

Evidenciou-se, então, que reproduzir nos assentamentos a lógica dominante de produção de *commodities* não faria sentido e desqualificaria a reforma agrária, visto a maior eficiência do agronegócio neste modelo agrícola. Assim, a função social da terra deveria ser recolocada, iluminando a dimensão produtiva das famílias assentadas. A produção de alimentos, a soberania alimentar, tornam-se centrais [...]” (MARTINS, 2019, p. 90-91).

Ocorre que o modelo produtivo do agronegócio também se expandiu no interior dos assentamentos, transformando a produção e a sociabilidade de inúmeras famílias assentadas, “seja pela pressão por arrendamentos das terras, acentuando o trabalho externo das famílias assentadas como consequente venda de lotes, dificultando o trabalho político-organizativo e técnico produtivo do MST” (MARTINS, 2019, p. 83).

Ficou evidente que o MST perdeu força onde as famílias assentadas adotaram o modelo agrícola do agronegócio como estratégia da reprodução social, e este passou a dar direção ao rumo do desenvolvimento local, reforçando sua dominação política, ampliando a exploração econômica e reproduzindo a visão de mundo dominante com seu controle ideológico (MARTINS, 2019, p. 92).

É nesse cenário de luta pela terra e pela Reforma Agrária e em meio às contradições colocadas pela inserção do agronegócio, que seguimos adentrando no território pesquisado. Atentaremos agora para como as transformações nas relações produtivas e socioculturais ocorrem materialmente, na perspectiva do modelo hegemônico do agronegócio e na perspectiva contra-hegemônica, percebendo também como nessa última emergem as práticas sociais que se tornam educativas e visam construir outras formas de sociabilidade.

2.4 O TRABALHO E A SOCIABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS CONQUISTA DOS CERROS E CONQUISTA DO PARAÍSO

No item 1.5.1, ao apresentarmos o local da pesquisa, já anunciamos as mudanças que ocorreram no território, ao longo dos anos, pois o mesmo se encontra em constantes transformações. Ao adentrarmos na categoria trabalho e sociabilidade, aprofundaremos essas transformações ao longo desta seção. Cabe retomar que compreendemos o trabalho e a sociabilidade como categorias inter-relacionadas, que fazem parte do modo de vida dos camponeses. Em nossa abordagem, a sociabilidade está materializada nas relações sociais, culturais e educativas desses sujeitos. Assim,

quando falamos em sociabilidade, estamos falando a partir dessa compreensão. A abordagem de Thomaz (2021, p. 755) ajuda a elucidar essa relação:

O processo de produção dos bens, dos alimentos e das mercadorias expressa-se sobre territórios e é protagonizado por sujeitos históricos, herdeiros de práticas e ações de trabalho, previamente planejados. O ser humano, sob a dupla condição de ser – da natureza e ser social –, ao agir sobre a natureza, retira o sustento para a sua manutenção, se humaniza, edificando conhecimentos, produzindo a existência e redefinindo, historicamente, formas distintas de sociabilidade.

Ao analisarmos as entrevistas dos interlocutores da pesquisa, podemos afirmar que a organização do trabalho e da sociabilidade desses camponeses esteve marcada pelas suas origens e experiências vivenciadas ao longo da vida. Ainda que haja diferenças em suas origens, o processo de luta pela terra e a permanência no campo demonstram semelhanças entre esses sujeitos. Conforme Oliveira (2017 p. 42-43), “são sujeitos sociais que se diferenciam na origem, mas que trazem em suas raízes a identidade e a condição camponesa”.

As relações de trabalho estabelecidas nesse território estão alicerçadas nas relações sociais que estes assentados estabelecem entre si e com a sociedade, de maneira geral. Assim, podemos destacar que a organização do trabalho familiar, no início desses assentamentos, esteve pautada em torno da produção para a subsistência, o autoconsumo, o cultivo de sementes, a criação de gado e o leite.

No que diz respeito à sociabilidade, houve iniciativas de se manter, em ambos os assentamentos, aspectos de uma organicidade vivenciada no período do acampamento – como os Núcleos de Base, coordenação de grupos e do assentamento. Essa forma de estabelecer relações e organizar o território acabou perdendo força, mas não se desfez por completo, pois deu lugar a uma nova forma organizativa das famílias, os grupos de produção. Vejamos como cada família entrevistada colocou-se nesses processos.

A família da interlocutora 01 vive exclusivamente da agricultura. Para eles, a terra é espaço de trabalho, moradia e reprodução da vida, onde sua prática de trabalho está voltada para a produção agroecológica. Esta interlocutora destaca que, quando foram assentados, já tinham experiência no trabalho com agricultura, pois sendo filha de assentados sempre viveu na roça. Contudo, quando chegaram no lote, produziam de forma convencional, reproduzindo a forma que seus familiares cultivavam a terra, e só mais tarde fizeram a transição para a produção agroecológica. Iniciaram o

trabalho no lote produzindo alimentos para a subsistência e o leite para comercializar e, posteriormente, a produção de sementes. Atualmente, sua produção está voltada para o milho, feijão, sementes de couve chinesa, cebola e leite.

Quanto à organização do trabalho, optaram pela forma associativa, envolvidos nas cooperativas regionais do leite; atualmente, Coopampa, e, na de sementes, Bionatur. Ainda segundo a interlocutora 01, a família optou por esse modo de produzir, porque ele garante a renda da família, seja mensal ou sazonal. Conforme seu relato: “A nossa principal fonte de renda vem do leite. É o leite que nos garante a renda todo mês, tu tens aquele salário garantido, já a semente garante uma renda por safra, que ajuda também”.

Seguindo na avaliação da interlocutora, de maneira geral, o trabalho da família foi melhorando ao logo dos anos. No início, houve mais dificuldades, mas hoje “melhorou muito, pois o leite está valorizado, antigamente nós vendíamos o leite a uma mixaria, agora está valendo bem”. Quando perguntada sobre os espaços de lazer que a família participa, a interlocutora 01 afirma que na comunidade não há festas, nem espaço de lazer, e que não participam de nenhuma organização comunitária que não seja relacionada ao trabalho. Afirma, também, que o espaço que frequentam no assentamento é uma igreja evangélica.

O interlocutor 02, diferentemente da interlocutora 01, tem uma origem urbana, assim como muitas famílias do assentamento Conquista dos Cerros. Para ele, esse fator ocasionou diferenças sociais e organizativas em comparação com assentamentos onde a imensa maioria das famílias vinham de uma origem camponesa, sobretudo nesse aspecto da organização do trabalho e da sociabilidade. Conforme seu relato:

Nós nunca tivemos cooperativa interna no assentamento, mas iniciativas coletivas sim, na questão da sede, na divisão das áreas, nos bolsões pra se agrupar próximo dos vizinhos que queriam. Parte do pessoal, com origem da cidade e sendo de outra região, tiveram dificuldade de se adaptar aqui, [...] então nós nunca tivemos iniciativa coletiva de fazer uma área coletiva, talvez algo em cooperação entre três ou quatro famílias ou em grupos, isso pela origem urbana nossa. No meu caso, eu nunca tinha participado de associação nenhuma na cidade, porque não existia, então a única experiência mais coletiva era o acampamento.

Sobre as iniciativas de trabalho coletivo, o interlocutor 02 destaca que, na produção do leite, houve uma iniciativa em torno de um resfriador coletivo, da qual chegou a participar, mas acabou interrompendo pelas dificuldades e falta de

experiência nessa área. A organização familiar em torno da produção de leite durou apenas seis meses, mas também se envolveram com a produção de sementes para a Bionatur e conseguiram conciliar esse cultivo com a apicultura e a criação de animais, como gado de corte e ovelhas. Ainda destaca que “nunca fui uma família que ficou 100% do tempo no lote, e até hoje não faço isso”. O interlocutor 02 afirma ter uma renda extra, que vem do trabalho direto com os assentados, prestando assistência técnica:

Aqui no Cerros de 25 a 30% das famílias tem uma renda extra. E nesse assentamento, talvez pelo perfil das pessoas, não tem um perfil para produzir leite, de mais de 70 famílias não deve ter 10 no leite. Hoje há uma tentativa de retomada nessa questão da produção. Eu me inseri novamente na Bionatur, mas hoje sozinho me limita muito o tipo de produção, mas eu produzo sementeira pra Bionatur e pra subsistência, porco, galinha, milho feijão.

Quanto à sociabilidade, o interlocutor 02 confirma que não há espaços comunitários e de lazer nesse assentamento. Mas esse fator não impede que as famílias se insiram em assentamentos vizinhos. Ele diz frequentar os espaços comunitários do Assentamento Conquista do Paraíso, onde há festas, campo de futebol, etc. Ele atrela essa questão da falta de espaços comunitários em seu assentamento a dois fatores: a origem urbana de muitas famílias, “onde o povo não se junta”, e a própria desistência, que ocasionou uma alta rotatividade. Conforme seu relato: “o pessoal teve dificuldade de se adaptar aqui, então teve muita desistência ao longo dos anos. Eu acredito que de 85% não seja das primeiras famílias, foram famílias que foram se agregando no processo”.

A família da interlocutora 03 vive exclusivamente da agricultura. Em seu lote, produzem diversos cultivos. Conforme sua fala: “Produzimos o leite, eu não abro mão. Mas ele planta, tem milho, sementeira. Ele lida com as lavouras aí. Nós plantamos um pedaço de terra para soja, pastagem, e o milho é pra silagem, temos feijão”. A família produz sementes de forma convencional para a empresa Feltrim e destina parte da área para a produção de soja. A interlocutora 03 destaca que, antes de entrarem na produção de soja, somente ela ficava no lote, pois seu marido precisava trabalhar fora, mas hoje eles se dedicam exclusivamente aos cultivos do lote. Para ela, ainda que nem sempre o leite esteja bem valorizado, é com essa produção que conseguem manter as contas da casa, pois “chega no final do mês é um dinheiro garantido pra

pagar as contas da casa. A vaca é uma coisa que é garantido, já planta é aquela coisa, depende muito do clima”.

Quando questionada sobre os espaços de lazer e sociabilidade, a interlocutora 03, com visível satisfação, responde que: “aqui tem tudo que a gente quer, temos onde plantar, os filhos se criam bem, com saúde. [...] Eu acho que não tem coisa melhor que morar aqui, não trocaria pela cidade nunca”. Esta fala da interlocutora relaciona-se com Oliveira (2017, p. 94-95), quando este afirma que:

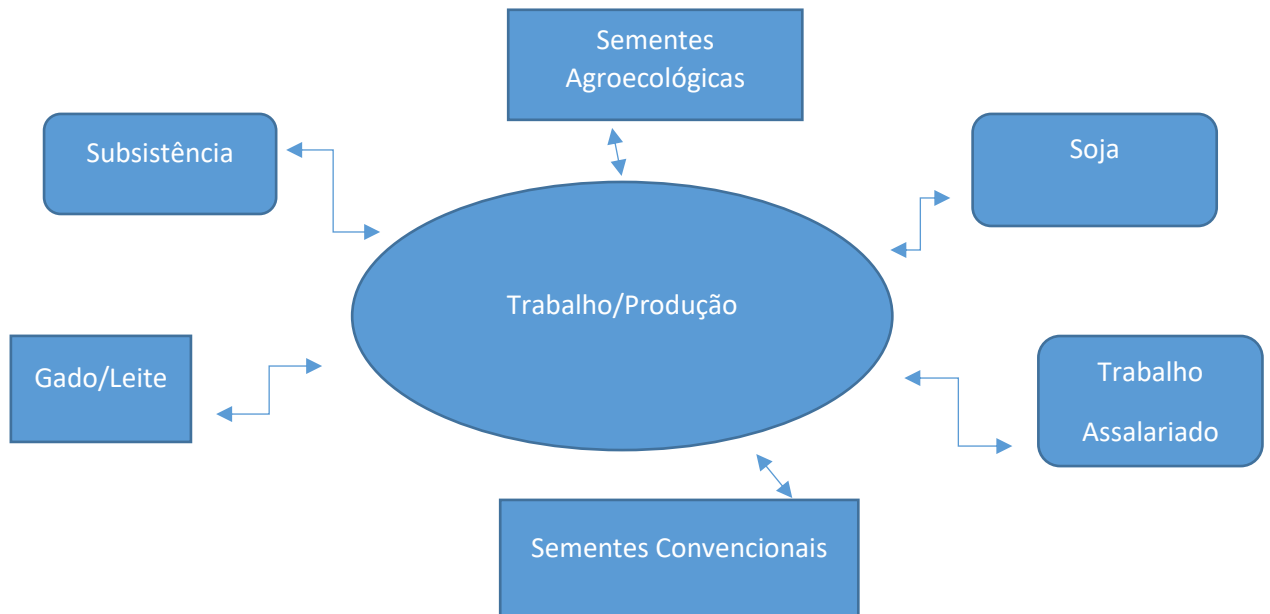
[...] a terra não é somente “terra de trabalho”, ela é meio de reprodução da coletividade e substrato do território da comunidade. O vínculo com a terra informa sobre o grupo, compõe sua identidade e traduz sua trajetória assinalada por marcos, limites, percursos dos antepassados, divergências internas, relações com os outros.

A família do interlocutor 04 tem seu trabalho organizado a partir de práticas agroecológicas, na produção do leite, das sementes e nos alimentos para a subsistência. Além desses cultivos, este interlocutor trabalha fazendo a coleta de leite no caminhão da Cooperativa. Segundo ele, o foco produtivo da família sempre foi as sementes, mas a produtividade e a rentabilidade atrelada à produção leite tem garantido uma renda mensal satisfatória para a manutenção da família. Destaca que as principais dificuldades da família, no que diz respeito ao trabalho, está no manejo da lavoura, pois: “nossa dificuldade é no manejo de limpeza, pois a lavoura acaba ficando muito inçada. A gente não usa nenhum químico né. A dificuldade maior então é o manejo de limpeza”.

No que diz respeito à sociabilidade, o interlocutor 04 ainda destaca que está inserido nos grupos de produção, de sementeira e leite, mas afirma não frequentar nenhum espaço de lazer do assentamento, apenas uma igreja evangélica localizada na cidade.

A fala desses entrevistados nos permite afirmar que todos estão inseridos em processos de trabalho vinculados à agricultura, ainda que desenvolvam em seus lotes diferentes práticas. Podemos visualizar tais aspectos no esquema a seguir, sobre o envolvimento das famílias no processo de trabalho e produção:

Figura 4 - Envolvimento das famílias no processo de trabalho e produção



Fonte: Dados da pesquisa (2021). Elaboração própria da autora.

No item 1.5.1, ao apresentarmos o território da pesquisa, descrevemos os tipos de cultivo que cada família está envolvida. Aqui, retomamos brevemente essa informação no quadro abaixo:

Quadro 4 - Tipos de produção e envolvimento dos interlocutores

Inter.	Subsistência	Gado/Leite	Sementes Agroecológicas	Sementes Convencionais	Soja	Trabalho assalariado
1	X	X	X			
2	X		X		X	X
3	X	X		X	X	
4	X	X	X			X

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaboração própria da autora.

O quadro 4 demonstra que os entrevistados do Assentamento Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso desenvolvem alguma prática produtiva destinada à subsistência (seja um roçado de mandioca, abóbora, como a criação de pequenos animais como porcos, galinhas, patos, etc). Esses dados também demonstram que mesmo as famílias que aderiram à produção da soja não destinam o seu lote somente

a esse monocultivo, conseguindo desenvolver outras práticas produtivas e garantindo uma produção de subsistência. Cabe destacar que o cultivo da soja ocorre de diferentes formas no território pesquisado. No caso dos entrevistados, o interlocutor 02 desenvolve uma parceria em uma parcela do lote, já a interlocutora 03 planta seu lote por conta própria. A análise desses dados pode ser relacionada com a fala da interlocutora 05, que destaca sobre os cultivos nos assentamentos:

Existem vários cultivos, ainda que a soja seja predominante. Mas antes (da chegada da soja) o que envolvia mais famílias era o leite. Hoje diminuiu bastante, mas era um número bem significativo que trabalhavam na produção de leite. Mesmo que tenha diminuído acredito que seja uma das principais [...]. Tem as hortaliças que é um número bem significativo, pois além da Bionatur tem outras empresas que trabalham com isso. É uma região bem propícia para a produção de sementes de hortaliças.

Outro fator que chama a atenção é a produção do leite. Percebemos que essa prática se vincula tanto à produção agroecológica quanto à produção convencional. Na fala dos interlocutores, ficaram evidentes dois aspectos: que essa prática representa uma renda significativa para a família, e que a execução desse trabalho se dá pelas mulheres da família. Vejamos uma fala da interlocutora 03 (produção convencional), que elucida esse último aspecto: “ele lida com as lavouras, mas eu não abro mão do leite. [...] A minha prioridade são as vacas”. O interlocutor 04 (produção agroecológica) afirma, “quem cuida do leite é ela, na semente nós vamos juntos”. Segundo os entrevistados, essa produção é importante, pois garante uma renda para a família, visto que o cultivo da lavoura oferece uma renda sazonal, já o leite uma renda mensal, que permite arcar com as contas da casa.

O trabalho com a produção do leite executado pelas mulheres das famílias pesquisadas nos permite refletir sobre dois aspectos: a divisão sexual do trabalho presente no campo e a relação trabalho e renda. Para Braumer e Anjos (2008), ainda é muito forte no campo essa divisão de trabalho entre os sexos, ficando a cargo dos homens o trabalho visto como produtivo, e a cargo das mulheres o “trabalho não produtivo” e de afazeres domésticos:

[...] cabem aos homens as atividades consideradas “produtivas”, isto é, aquelas atividades destinadas à comercialização e às mulheres as atividades consideradas “não produtivas”, envolvendo as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, o trabalho na horta, ordenha e cuidado de pequenos animais. As mulheres, porém, também trabalham nas atividades “produtivas”, nas quais sua participação é praticamente invisível, pois é considerada como “ajuda”, mais também porque seu tempo de trabalho é combinado entre as atividades “produtivas” e “não produtivas” (BRAUMER; ANJOS, 2008, p. 233).

Ao mesmo tempo, mesmo com essa divisão sexual do trabalho, percebemos que é através desse trabalho com o manejo e ordenha das vacas que as mulheres garantem uma autonomia no que diz respeito à renda. Essa reflexão pode ser relacionada com a fala da esposa do interlocutor 04. Quando perguntados sobre a principal fonte de renda, é respondido com satisfação: “o meu leite ganha do salário dele que vem de fora, mesmo descontando todas as despesas meu leite ganha”.

Outra forma de trabalho desenvolvida por dois dos entrevistados é o assalariado, ou como mencionado pelos mesmos, “trabalho fora”. Percebemos que essa prática ainda está vinculada com a agricultura, onde um dos entrevistados presta assistência técnica aos assentados da região e o outro é motorista do caminhão que faz a rota de leite. Para Oliveira (2017), “o trabalho assalariado deve ser compreendido como um elemento que pode aparecer no seio da unidade camponesa”. A autora assim segue:

É preciso ter claro que esse assalariamento tem por base o trabalho familiar. Assim, a família camponesa pode contratar a força de trabalho assalariada caso necessite de mais braços para concluir um serviço; contratar um trabalho assalariado especializado caso não consiga desenvolver uma atividade específica ou, ainda, pode liberar um de seus membros para o trabalho acessório. O trabalho assalariado temporário tem, assim, o caráter de complemento da renda familiar (OLIVEIRA, 2017, p. 90).

Cabe salientar que o interlocutor 02, que trabalha fora, produz cultivos que o permite não estar 100% do tempo trabalhando no lote. Já o interlocutor 04 afirma que consegue conciliar essa outra atividade, pois a sua companheira assume a responsabilidade com o manejo das vacas e a produção do leite, atividade que exige uma organização diária da família.

A produção de sementes ocorre tanto na forma convencional quanto na agroecológica. Das entrevistas realizadas, apenas a família da interlocutora 03 não está vinculada à cooperativa Bionatur, e sim à Feltrin, uma empresa brasileira de sementes.

O diálogo com os entrevistados evidenciou que a produção de soja ocorre de diferentes formas. Há as próprias famílias que realizem o cultivo, há aquelas que estabelecem parcerias com vizinhos ou com arrendatários e há também quem arrende todo o lote. O interlocutor 02 atenta que é preciso diferenciar quem arrenda do arrendatário. Conforme seu relato:

Quando a gente fala em produtor de soja tem que diferenciar se ele arrenda ou se ele é plantador, e ainda dentro dos plantadores ainda tem comportamentos diferente se o cara é assentado ou se ele é um arrendatário que vem de fora e veio pra região. Porque tem comportamentos diferentes, tem os assentados que são parceiros pra qualquer coisa, tem uma clareza. O que não há pelo cara que vem de fora, porque não tem esse processo do movimento. Aí dentro dos arrendatários tu tem que diferenciar aquele cara que arrenda há muito tempo e já é dependente disso aí, que não consegue ou não tem força para fazer uma outra coisa, seja por força de trabalho mesmo, por falta de braços que as vezes a pessoa é mais idosa ou se aposentou. Então tem quem arrenda e vai viver do arrendo daquilo ali e só pensa naquilo e o resto ele vai dar um jeito na vida. Mas ele já assumiu ou já ficou dependente e não consegue dar esse tombo.

Sobre as parcerias, foi destacado que essa prática possibilita que a família que arrenda consiga preparar outra parcela da terra para desenvolver algum outro cultivo, utilizando do maquinário do arrendatário. Para Oliveira (2017, p. 87), a parceria é uma das “relações de trabalho que respaldam a complexidade das relações presentes na unidade de produção e consumo camponesa”. Nessa perspectiva, a interlocutora 05 explica como ocorrem as parcerias:

O arrendatário, quando ele arrenda teu lote ele vai lá e faz a tua terra para tu plantar outros cultivos. Por exemplo, ele prepara a terra para fazer a tua pastagem. Então às vezes a família não arrenda todo o lote de terra para a soja, e continuam com o leite, daí tem essa prestação de serviço que os plantadores fazem. “A eu pago tanto e faço mais o outro pedaço para tu plantar as miudezas, para plantar a pastagem”, isso acontece muito por aqui.

A análise da organização do trabalho e da produção no Assentamento Conquista dos Cerros e Conquista do Paraíso demonstra, como já afirmado por Brumer e dos Anjos (2008), que o assentamento precisa ser compreendido como um território heterogêneo, no que diz respeito à organização dos lotes:

Não existe homogeneidade entre os assentados quanto ao uso dos lotes. Em primeiro lugar, observam-se diferentes formas de explorar a terra: trabalho familiar, trabalho coletivo nas áreas comuns no assentamento ou arrendamento de lotes para assentados ou outras pessoas. Em segundo lugar, existem variações no sistema produtivo e na adesão a tecnologias modernas ou alternativas (como a produção agro-ecológica), com implicações para o modo como se inserem no mercado. Em terceiro lugar, há assentados que se ocupam do lote em tempo integral e outros que somam à atividade em tempo parcial no lote com uma atividade não agrícola (BRUMER; DOS ANJOS, 2008, p. 221).

O território de ambos assentamentos é diverso, assim como os sujeitos que ali vivem. O mesmo representa uma fotografia dos demais assentamentos presentes na região. Embora o agronegócio esteja se expandido na região campanha, e em especial nos assentamentos da Reforma Agrária, percebemos que o trabalho e a sociabilidade dos interlocutores pesquisados estão materializados em seu vínculo com a terra, produção agrícola e animal. Recuperando Tardim (2012), é uma característica do trabalho com a agricultura camponesa a conexão com a natureza. Nesse mesmo sentido, que Arroyo (2014, p. 101) afirma que “[...] terra é atividade produtiva e cultural, pois a cultura é inseparável da produção camponesa”.

Ainda que seja crescente o número dos lotes destinados para a plantação de soja, no caso das famílias entrevistadas, ainda não se perdeu a perspectiva de produção de alimentos. Contudo, Fernandes (2012) destaca que é de acordo com a forma que a família se organiza para o trabalho que serão produzidos os diferentes territórios, seja ele camponês ou do agronegócio, pois os mesmos estão pautados em diferentes modelos de desenvolvimento, sendo impossível “caminharem juntos”.

Percebemos que o convívio social e a sociabilidade estão fortemente relacionados no âmbito familiar e com os grupos de produção, pois esses grupos, como o próprio nome já diz, além de discutir o tema da produção, também adentram temáticas políticas, organizativas, pautas internas dos assentamentos, como melhoria de estradas, infraestrutura, etc. Para Oliveira (2017, p. 146-147), as relações no âmbito familiar é que constituem a “reprodução social da unidade camponesa, são as relações estabelecidas entre família, terra, trabalho e liberdade que permitem a recriação da cultura, das técnicas e da identidade camponesa”.

Esses grupos de produção evidenciam uma outra forma de sociabilidade desses sujeitos assentados, onde as relações sociais e produtivas extrapolam o âmbito familiar e passam a ser influenciadas por esse grupo diverso na sua origem e nas práticas que desenvolvem em seus lotes, mas com identidades e objetivos em

comuns. De acordo com Oliveira (2017, p. 61), “a comunidade como forma social, também desenvolve formas de sociabilidades que se territorializam nos assentamentos”.

A cooperação também está presente na prática do trabalho, o que implica em não estar isolado no lote, em estabelecer interação, relações sociais entre a vizinhança, assentados e sujeitos externos. Percebemos que esses vínculos são fortalecidos onde há prática de trabalho com a agroecologia, pois esta exige uma organização que rompa com o individualismo, que seja mais cooperada, pois a necessidade concreta desses agricultores força esse vínculo de cooperação.

Outro fator que chama a atenção é que das quatro famílias entrevistadas que vivem nos assentamentos pesquisados, duas afirmam frequentar igrejas evangélicas. Ainda que não seja objeto de estudo dessa pesquisa, esse dado demonstra a influência crescente das igrejas evangélicas no campo como um todo, em especial nas áreas de Reforma Agrária.

Em síntese, o trabalho e a sociabilidade destes assentados estão intrinsicamente ligados com a terra e com o uso que fazem dela. Ainda que utilizem e produzam de diferentes maneiras a sua parcela de terra, o desenvolvimento da prática do trabalho se dá no aspecto familiar e tem como objetivo produzir tanto para o consumo (roçados de subsistência) quanto para a comercialização (sementes, leite, grãos, etc). As relações de cooperação entre associação, cooperativas, grupos de produção contribuem não só no aspecto produtivo, mas também organizativo das famílias, o que possibilita que esses sujeitos recriem seus modos de se reproduzir, vivenciando novas relações sociais, estabelecendo outro tipo de sociabilidade entre eles. A pesquisa pode evidenciar o avanço do agronegócio no território pesquisado, através do arrendo dos lotes para o monocultivo da soja. Esse fator altera não apenas a produção do lote, mas as próprias relações sociais e de trabalho de toda a família, havendo uma mudança no modo de vida e na sociabilidade. Aprofundaremos essa problemática no próximo capítulo.

3 A DISPUTA DE MODELOS: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE RESISTÊNCIAS NOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

Este capítulo tem como objetivo evidenciar o avanço da produção de soja no território pesquisado, bem como problematizar como esse modelo produtivo altera o modo de vida dos sujeitos assentados. Também apresentamos, neste capítulo, as formas de resistência ao modelo hegemônico, que encontramos no decorrer da pesquisa, estando estas materializadas na produção de sementes agroecológicas e no leite.

E, ainda, evidenciamos a importância do trabalho das mulheres para a manutenção da reprodução social da família, na geração de renda, e como uma “barreira” para o avanço do monocultivo da soja no lote.

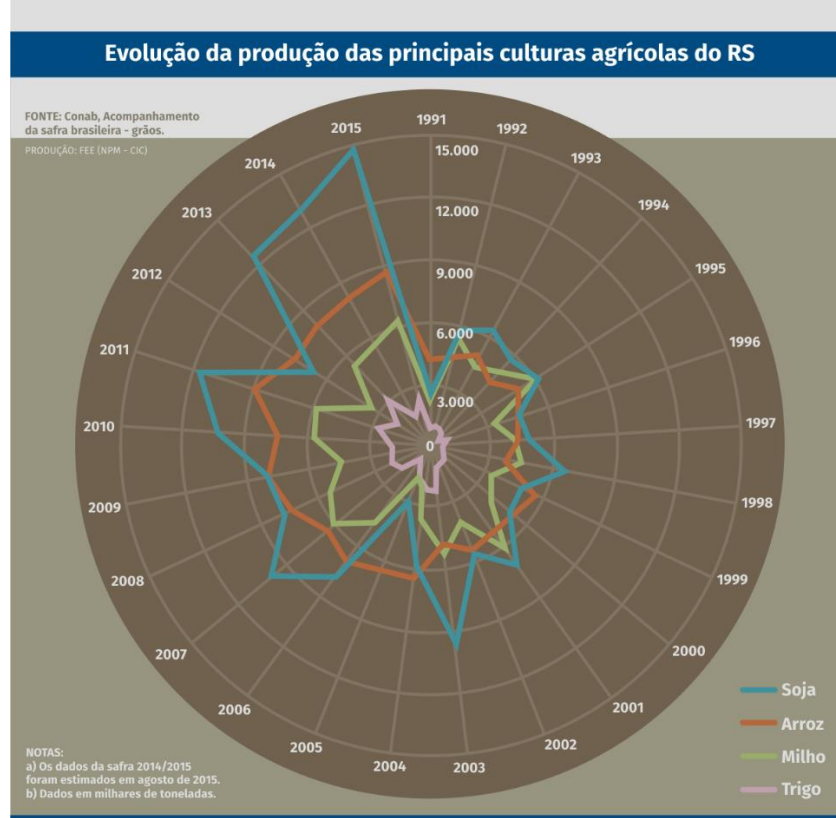
3.1 CONTEXTO DO AVANÇO DO MONOCULTIVO E DO AGRONEGÓCIO NOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

O contexto do avanço do cultivo de soja nas áreas de assentamento está relacionado com o próprio aumento do cultivo do grão no Estado. Os dados encontrados no site da Fundação de Economia e Estatística¹⁸ (FEE) do Rio Grande do Sul apresenta a crescente produção do grão em detrimento aos cultivos de arroz, milho e trigo.

A imagem abaixo, encontrada no próprio site da Fundação, evidencia esse dado:

¹⁸Fonte: <<https://arquivofee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>>. Acesso em: 19 de out. de 2022.

Figura 5 - Evolução da produção das principais culturas agrícolas do RS



Também realizamos a busca da produção dos grãos no RS, no site da EMATER/ASCAR-RS¹⁹, e este confirma a informação acima. Na safra de 2021/2022, foram plantados 6.387.985 hectares de soja, equivalente a uma produção de 9.163.740 toneladas. Para a safra de 2022/2023, houve um aumento na área plantada, chegando a 6.568.607 hectares, com uma estimativa de produção para 20.563.989 toneladas do grão.

Como já mencionado, esse crescimento da produção do grão também está presente nos assentamentos da reforma agrária, em especial, nos quais realizamos a pesquisa. Segundo relato dos entrevistados, a soja chegou na região depois do ano de 2010, e desse período até a atualidade, tem dominado as áreas cultiváveis desses assentamentos. Os relatos dos interlocutores apontam que, nos dois assentamentos em que realizamos a pesquisa, mais de 80% da sua área está destinada para a produção desse grão. Esse fenômeno não é uma realidade apenas dos assentamentos do Rio Grande do Sul. No item 1.4, dedicado ao Estado da Questão,

¹⁹Fonte: EMATER/ASCAR-RS. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/afra/safraTabela_1110_2022.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2022.

podemos perceber como o agronegócio tem atuado nos assentamentos, arrendando terras para a produção de soja, cana de açúcar ou criação de gado. Ficou evidente, no estudo realizado, que as famílias que aderiram a esse projeto vão perdendo a autonomia sobre seu lote, tornando-se dependentes desse modelo, que acaba as excluindo do processo de produção e reprodução da vida no território.

Vejamos como foi se materializando a atuação do monocultivo da soja nos assentamentos pesquisados. A interlocutora 05 relembra que, nas primeiras experiências do cultivo do grão, nos assentamentos da região da campanha, acreditava-se que “não ia vingar a produção”, visto as problemáticas de rendimento que os agricultores tiveram nos primeiros anos. Segundo o relato da interlocutora 05, “os primeiros anos foi um plantio muito feio, parecia que não ia pra frente, eram uns pés pequenos e minguados. A planta não se adaptou direito aqui, em função do próprio clima e do solo”. Essa problemática foi superada pelos agricultores, quando estes trocaram o grão por um cultivo que se adaptou bem na região. A mesma interlocutora afirma que atualmente “se tu comparares uma lavoura daqui com as da região norte é quase a mesma coisa”. Esse fator fez com que a soja se espalhasse rapidamente pelos assentamentos e, conseqüentemente, que as empresas desse ramo fossem instalando-se na região.

No capítulo anterior, destacamos que a plantação da soja ocorre de distintas maneiras, seja plantada pelo próprio assentado, seja pelo arrendamento ou através de parceria entre os vizinhos. Cabe destacar que quando esse cultivo chegou na região eram poucas famílias que iniciaram essa produção e a mesma se dava no núcleo familiar. Conforme a interlocutora 05:

No início não tinha tanta essa questão do arrendo da terra, eram as próprias famílias que plantavam. As primeiras experiências eram pequenas experiências, não era quase toda a região. Eram as próprias famílias que plantavam, quem tinha mais poder aquisitivo. As famílias que tinham vários lotes, por exemplo o pai tinha o lote, o filho tinha, o irmão, formava uma aglomeração da família, então foi meio que em grupos assim da própria família. No começo foi assim, mas depois começou o arrendo, nas áreas de outras famílias que não era daquele grupo familiar.

A interlocutora 05 ainda relembra que só após uns três anos da chegada da soja na região é que foi aumentando significativamente o número de lotes para esse cultivo: “depois teve o aumento do arrendamento de outros lotes, mas foi uma coisa meio sigilosa, meio que em parceria [...]. Hoje a maioria do pessoal arrenda e quem planta são os arrendatários”. Ela ainda enfatiza que, com o crescimento das áreas

plantadas e o aumento da produtividade, iniciou-se um processo de pressão com as famílias para arrendar mais áreas:

Depois desse auge, desse avanço, há uma pressão geral. Os produtores de soja pressionam as demais famílias, o que parece é que quem não planta soja é que são os errados. Não tem mais aquele cuidado, aquele receio que havia antes de não arrendar e de só estabelecer parceria. Hoje tem uma pressão muito maior pelos plantadores, fazem uma pressão meio que de casa em casa. Então se perdeu muito aquele cuidado e parece que se tornou uma coisa meio que natural e quem não planta são vistos como os errados.

A fala da interlocutora explicita o modelo em escala do agronegócio e como as famílias vão aderindo a essa produção, precisando aumentar sua área plantada e, conseqüentemente, sua produtividade para se viabilizar economicamente. O arrendo do lote passa a ser uma possibilidade de garantir uma renda a família que, por inúmeros motivos, deixa de cultivar a sua terra. Por outro lado, a prática do arrendo do lote pode trazer novas formas de exploração e de dependência a esse modelo, visto que muitas vezes a família acaba perdendo a autonomia sobre seu lote. Para o arrendatário conseguir uma margem de lucro, ele precisa plantar mais do que o seu lote, daí vem a busca por mais lotes cultiváveis dentro do assentamento, a fim de garantir a produção em escala. A interlocutora 05 explicita esse movimento:

A soja exige grande escala, quem não planta áreas grandes não consegue comprar todos aqueles equipamentos que são caros, as máquinas grandes só para um lote não é rentável. Eu não sei se pela grande quantidade é rentável, mas não tem como todo mundo que planta soja seguir com sua junta de boi ou seu tratorzinho. Esse sistema de produção exige tal máquina, ou a cultura dessa soja exige sempre máquinas mais específicas, máquinas mais modernas e precisas. E só consegue se manter no mercado quem tem essas máquinas maiores e automaticamente quem consegue ter uma produtividade e uma quantidade de terra maior. Esse monocultivo só é rentável se for em grande escala, em grande quantidade.

Relacionado com a fala da interlocutora citada acima, Moreira (2013, p. 201) afirma que, para que a produção de soja seja lucrativa, é necessário investir em alta tecnologia, pois “o lucro está na grande produtividade, mas, em contrapartida, também necessita de técnica e equipamentos modernos e de um alto investimento. No caso dos assentados isso não é uma realidade”.

Nas entrevistas, os interlocutores também foram questionados sobre o que levou as famílias a produzirem a soja. Encontramos nas respostas uma série de fatores e justificativas que influenciaram essa decisão, sendo eles: a questão econômica onde há uma forte propaganda que a soja é o mais rentável, a dificuldade

financeira das famílias, falta de saúde e idade avançada dos assentados o que faz a família optar pelo arrendamento, a falta de mão de obra quando os filhos vão embora do assentamento, a própria falta de incentivos para desenvolver outros cultivos, e a dependência do arrendatário nas questões de infraestrutura. Sobre esta última questão, a interlocutora 05 elucida:

Hoje em dia não tem mais nem ônibus dentro dos assentamentos, que era algo que existia antes, então gera essa dependência de uma pessoa para levar para a cidade, nem que seja uma vez por mês. Aqui nem todo mundo tem carro e às vezes quem tem carro é quem tem as condições melhores. Às vezes quem tem o carro é o próprio vizinho que planta e já leva para comunidade, já presta o serviço, então tem essas coisas da prestação de serviço que quem arrenda faz. É um serviço que às vezes tem famílias que necessitam disso, que pesam isso na decisão do que fazer com a sua terra, daí acabam plantando soja no lote para ter essas prestações de serviço, e até se torna cômodo ou facilita a vida da família. Tu vais ter um pedaço pra plantar as miudezas, vai ter a carona para ir na cidade quando precisa, então são alguns serviços que deveria ser um serviço público, de ter transporte para as famílias se deslocarem, desde essa questão municipal, de prestação de serviço que não existe. Vai surgindo vários elementos que as vezes tu conversas com as famílias e aí tu vê o que ela vai colocando na balança, e também tem o cercamento da pessoa que está oferecendo dinheiro, transporte, e outras questões para plantar a soja no teu lote.

O depoimento desta interlocutora traz diversos elementos do que leva as famílias optarem pelo arrendamento do seu lote para o cultivo da soja. Percebemos que essa decisão é tomada muitas vezes para sanar carências de falta de políticas públicas e serviços essenciais, que são de extrema importância para manter os sujeitos no campo.

O interlocutor 02 destaca que um dos aspectos que ganha força entre as famílias é a perspectiva ideológica, a propaganda de modernidade que a soja carrega: “Há um incentivo nesse sentido que é uma produção moderna. Essa ideologia que a soja é o moderno pega a juventude, que não quer o atraso representado na figura do colono”. Já a interlocutora 01 atrela o retorno financeiro da soja com a ambição das famílias: “Elas plantam por ganância, um plantou e deu bem daí os outros também foram plantar soja”. As falas de ambos interlocutores que destacam essa perspectiva ideológica do agronegócio podem ser referenciadas em Iasi (2007, p. 21), que afirma:

Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantam a sua dominação econômica.

Nessa mesma perspectiva, o rigoroso estudo feito por Chã (2018), sobre o Agronegócio e a Indústria cultural, explica como esse setor atua para a construção da sua ideologia, utilizando-se dos meios de comunicação, em especial, a grande mídia, para expandir o seu modelo produtivo. A autora ainda chama a atenção de como se utilizam de outros setores (como cultura e educação) para fazer a disputa ideológica e construir sua hegemonia:

As empresas ampliam suas formas de produção de consenso em torno de suas imagens, buscando, a partir, da produção cultural e artística, estar “mais próximas” das comunidades que fazem parte dos territórios onde estão implementadas, criando nelas uma percepção favorável as suas ações. Podemos constatar a dinâmica de territorialização da Indústria Cultural pelos espaços de atuação e expansão do agronegócio, evidenciando as articulações entre as grandes corporações transnacionais e os governos, não apenas nos espaços tradicionais de interlocução da questão agrária, mas em áreas como a cultura e a educação (CHÃ, 2019, p. 48-49).

A fala do interlocutor 02, citada logo acima, demonstra como essa estratégia do agronegócio tem funcionado com a juventude dos assentamentos, que busca “uma produção moderna”. Nesse viés, investem em propagandas, marketing e vão “criando uma necessidade” de consumo de máquinas cada vez maiores e precisas. O mesmo interlocutor ainda relata sobre as mudanças que vão ocorrendo no território desde essa perspectiva ideológica:

Uma coisa que muda e me chama a atenção é essa coisa do moderno, quem tem um “tratorzão” que é moderno, parece que tem essa disputa, quem tem a plantadeira maior ou trator maior. Outra coisa é que se o cara começou a plantar ele já compra uma camioneta, poderia ser qualquer outro carro, mas há uma associação do plantador de soja com a camioneta. Esse ano mesmo faltou camioneta aqui na região, então se tem uma camioneta é porque o cara já planta soja, então tem essa coisa ideológica ligada ao modelo produtivo, do moderno.

Mais uma vez Iasi (2007) nos ajuda a compreender a questão ideológica e a formação dos valores a partir da lógica capitalista. O exemplo da camioneta, citado pelo interlocutor, simboliza um status de grande produtor rural, que busca uma identificação como o fazendeiro, que possivelmente na visão dele, não poderia ser atrelado assim se continuasse com seu carro popular. Para Iasi (2007, p. 24):

Os valores são mediatizados por pessoas que servem de veículos de valores, são modelos. Não se trata da identificação com “a sociedade”, “as relações capitalistas” ou as ideias; são as relações de identidade com os outros seres humanos, seus modelos, que a pessoa em formação assume valores dos outros como sendo seus.

Os relatos dos interlocutores demonstram que os fatores que levam as famílias a produzir a soja não interferem só no campo produtivo, mas também na própria relação do assentado com a natureza e com a comunidade. A troca de serviços, os mutirões (muito comuns nas comunidades camponesas) vão perdendo espaço para as relações de arrendamento. O próprio cultivo do grão altera o trabalho familiar, pois, por ser um monocultivo extremamente dependente de máquinas e insumos, não exige a participação de muitas pessoas em seu processo, cabendo, em geral, ao homem que controla as máquinas executar esse trabalho. Nesse sentido, as condições de trabalho passam a ser dependentes desse modelo produtivo, que exige cada vez mais de aportes tecnológicos, alto índice de uso de agrotóxicos que acarreta na degradação da terra e dos bens naturais. Katz (2016) muito bem caracteriza a sujeição que ocorre entre os pequenos produtores, em detrimento a esse modelo produtor de *commodities*:

Os pequenos produtores são onerados com o encarecimento dos insumos, maior pressão competitiva e crescente transferência de riscos [...]. Frequentemente ficam endividados, vendem a terra e terminam engrossando a massa de excluídos que emigra para a cidade (KATZ, 2016, p. 20).

O mesmo autor ainda segue sobre a produção do grão:

A soja é um típico exemplo desse novo esquema agrícola, tem se difundido na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, destruindo outros cultivos, mediante um modelo que utiliza sementes transgênicas e dependência da Monsanto como única fornecedora. Como requer pouca mão de obra para produzir o óleo ou ração para os animais, gera apenas um emprego para cada 100-500 hectares (KATZ, 2016, p. 20).

Outro fator foi possível de ser apontado pela pesquisa é a falta de incentivo e políticas públicas para a produção de alimentos. Segundo os relatos dos entrevistados, é mais difícil você buscar crédito para desenvolver outros cultivos, pois muitas vezes os agentes financiadores, os bancos, desconhecem ou não fazem questão de elaborar e financiar projetos de menor valor. A interlocutora 05 explicita essa problemática:

Desde quando a gente vai fazer os financiamentos, quando é para outras atividades eles não sabem nem os caminhos, não sabem como faz, então não há incentivo. Agora pouco a gente ficou sabendo que existe um financiamento para a agroecologia, mas quem tem acesso a isso? Nem os bancos sabem orientar como acessar isso. Nem eles têm orientação, ou não fazem questão. Agora se for pra soja, ou para qualquer outro monocultivo, tu chega lá no banco e já tem o projeto pronto, já tem tudo. Então tem essa dificuldade de fazer essas atividades, falta investimento para as outras atividades, tem essa questão da mão de obra, que também está casada a isso. Se tivesse investimento em outras atividades talvez a juventude se envolveria mais e não iria querer sair do campo.

Esse aspecto de falta de políticas públicas dificulta a reprodução da família no lote, que acaba não conseguindo apoio para desenvolver outras atividades, que poderia envolver toda a família no processo produtivo e, por conseguinte, faz com que a juventude busque outras condições de vida nos centros urbanos, pois como vimos acima, com o monocultivo da soja, um único indivíduo consegue plantar vários lotes. Contudo, o que percebemos é que esses fatores estão atrelados a uma política de desenvolvimento do campo, que prioriza a produção de *commodities* para suprir a demanda externa. Dessa forma, na contramão dessa falta de política pública para os pequenos produtores, o que vemos é o agronegócio sendo subsidiado pelas políticas de Estado e governo. Segundo Martins (2022, p. 312-313):

Em boa medida, a virtuosidade do agronegócio está alicerçada nos subsídios diretos do Estado brasileiro a esse setor. Não fosse isso, teríamos uma outra dimensão do agronegócio. Sobretudo a partir da década de 2000 as subvenções do Tesouro Nacional às políticas setoriais da agricultura só fizeram crescer, atingindo seu ápice em 2011, quando chegaram a 17,8 bilhões de dólares [...].
Outro generoso apoio dos governos ao agronegócio é a não cobrança de suas dívidas. Estima-se que o débito do setor ruralista com o governo federal esteja na ordem de 1 trilhão de reais, envolvendo dívidas de crédito agrícola, do Funrural, do ITR e multas ambientais.

A citação acima demonstra como as políticas governamentais têm priorizado o modelo produtivo do agronegócio, isto porque a estratégia era reprimarizar a economia brasileira. Esse cenário não é recente, ele perpassa desde o primeiro governo de Lula (2003) na presidência, segue com Dilma (2011) e se aguça no governo de Jair Bolsonaro (2018), onde ganha cada vez mais força a bancada do “boi da bíblia e da bala”.

Cabe destacar aqui que houve avanços durante os primeiros governos de Lula e Dilma, quando, com as lutas e pressões dos movimentos sociais do campo, conseguiu-se criar políticas públicas que beneficiaram a agricultura familiar. Citamos,

como exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2005), e a Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (2009), que exigia que 30% da aquisição da merenda escolar fosse oriunda da agricultura familiar. Segundo Martins (2022, p. 284), o PAA torna-se um programa de compras públicas, que possibilitou a “organização e abertura de mercado institucional para os agricultores assentados e para a agricultura familiar”²⁰.

O governo do golpista Michel Temer foi marcado pelo desmonte de inúmeras políticas públicas. No que diz respeito à aquisição de alimentos da agricultura familiar, o orçamento para esse fim foi reduzido drasticamente, e caiu ainda mais no governo de Bolsonaro. O governo de Bolsonaro agrava, no que diz respeito à questão agrária e ambiental, o descaso com a população oriunda do campo e os bens naturais. O então presidente coloca o MST como um de seus principais inimigos, o desmatamento e as queimadas na Amazônia e no Pantanal cresceram sem precedentes, inúmeros indígenas foram assassinados e seus territórios foram atacados em conflitos com fazendeiros e ruralistas. Já no que diz respeito ao modelo produtor de *commodities*:

O agronegócio, nesses dois primeiros anos de governo Bolsonaro, avançou com as liberações de agrotóxicos, além de tentar ampliar a anistia das dívidas dos ruralistas com o Funrural, quando das negociações da reforma da Previdência, bem como anistiar suas multas ambientais (MARTINS, 2022, p. 361).

Esses fatores da política pública para o campo têm grande influência no modelo produtivo adotado pelos assentamentos de Reforma Agrária. Pois como já anunciado, o avanço do agronegócio no campo fez com que esse modelo se expandisse também pelos assentamentos. Martins (2022, p. 290) ajuda a compreender esse fenômeno:

Nos assentamentos, o avanço do agronegócio estimulou a venda das terras e a prática do arrendamento proliferou, sobretudo para o cultivo de soja transgênica. As famílias nos assentamentos passaram a ter outros interlocutores que não mais o MST e as suas cooperativas. A mediação, para muitas famílias assentadas, passou a ser realizada pelos arrendatários.

A citação de Martins (2022) dialoga com a fala da interlocutora 05, que reforça a questão da falta de políticas públicas e investimentos para as famílias assentadas desenvolverem em seus lotes outros cultivos. Conforme seu relato: “se para outras

²⁰Esses dois programas foram fundamentais para o incentivo da produção de alimentos nos territórios camponeses, visto que a garantia de venda dos produtos cultivados no lote organiza a produção da família.

atividades existisse mais investimentos e equipamentos que facilitassem o trabalho, e que fosse mais acessível como é a da soja talvez várias famílias escolheriam outras atividades pra desenvolver, se tivesse mais opções”.

O avanço do agronegócio nos assentamentos de Reforma Agrária não pode ser visto como um fenômeno isolado, ele faz parte de um projeto de desenvolvimento para o campo, que tem como objetivo a produção de *commodities*. Para Delgado (2012), o uso da terra por parte do agronegócio destina-se exclusivamente para mercadorizar os produtos agrícolas, ocasionando uma superexploração dos recursos naturais. Consequentemente, quando esse modelo é adotado pelas famílias assentadas, há alterações produtivas, mas também socioculturais nesses territórios. Segundo Martins (2019), parte dos assentamentos virou área arrendada para a reprodução do modelo produtivo do agronegócio. E, ainda que resistam formas produtivas que contraponham esse modelo, a falta de políticas que incentivem a produção orgânica e agroecológica acaba perdendo forças. A pesquisa evidenciou que o aumento da produção de soja resulta na diminuição do cultivo de outros alimentos, da diversidade. Neto (2014) afirma que a entrada do modelo produtivo do agronegócio no interior dos assentamentos acaba descaracterizando o projeto de reforma agrária e seu objetivo de produzir e repartir alimentos, transformando esses assentamentos em um vasto território de monocultivo. Aprofundaremos essa e outras reflexões na seção seguinte.

3.2 A OFENSIVA DA SOJA E A ALTERAÇÃO NO MODO DE VIDA

A presente seção tem o desafio de apresentar como a ofensiva da soja nos territórios de reforma agrária altera o modo de vida dos sujeitos assentados. Assim, como nas demais seções, utilizaremos como base para essa afirmação as entrevistas realizadas com os interlocutores, sobretudo fragmentos das respostas que estes deram quando questionados sobre: a) Qual o impacto da produção de soja no trabalho, no modo de vida e na cultura dos assentamentos da Reforma Agrária?; b) Na sua avaliação, há uma alteração no modo de viver dos assentados quando se adere a produção da soja?.

De maneira geral, sobre ambas as questões, os entrevistados citaram o aumento do uso de agrotóxicos nos lotes, e as condições de trabalho e a sua

mecanização, a diminuição da produção de alimentos nos assentamentos com o avanço do monocultivo da soja.

Sobre o uso dos agrotóxicos, a interlocutora 01 destaca que essa produção faz uso de muito veneno, e “onde tem um pedacinho de terra eles estão plantando e colocando cada vez mais veneno. Agora até nas beiradas das sangas. Isso prejudica não só o lote deles, quando chove escorre a água com veneno das lavouras e isso contamina tudo”. Para as pesquisadoras Tiriba e Fischer (2015, p. 413), o modelo produtivo do agronegócio está inserido “em contradições entre capital e trabalho, entre vida e morte”. Isto porque:

Para garantir a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento das forças produtivas caminha no sentido contrário à preservação da vida. Sabemos que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo: em 2010 foram utilizados mais de 800 milhões de litros em nossas lavouras, cabendo o consumo de 5,2 litros a cada brasileiro. Baseando-se em monoculturas geneticamente uniformes (cultivos homogêneos de variedades de laboratório), a chamada Revolução Verde tem como estratégia obter produtividade superior aos cultivos tradicionais (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 413).

Na atualidade, chegando ao final do governo de Jair Bolsonaro, esses números tornam-se ainda mais crescentes:

De janeiro a dezembro de 2019, foram liberados 503 venenos, sendo 118 extrema ou altamente tóxicos, e outros 92 produtos liberados no Brasil eram proibidos na União Europeia. Ao longo dos primeiros anos do governo Bolsonaro, foram registrados 907 agrotóxicos. Além disso, em 27 de agosto de 2019, o Ministério da Agricultura, em seu Ato nº 58, operou uma reclassificação dos agrotóxicos, em que 1.805 marcas (93%) tiveram sua toxicidade reduzida (MARTINS, 2022, p. 361).

No que diz respeito às condições de trabalho e à mecanização, o interlocutor 02 afirma que o trabalho e a produção nos assentamentos passaram por duas fases: uma de produção para a subsistência pautada na diversidade de alimentos, onde o foco era produzir comida e comercializar o excedente, e a outra fase é a do avanço do monocultivo da soja. Esse processo pode ser exemplificado na sua fala:

No início o trabalho era realizado apoiado na questão da tração animal, que tem seu lado bom e seus limitantes. Se é pra trabalhar para produzir comida, show de bola, ou para puxar uma lenha, para um meio de transporte. Mas hoje em dia as carroças estão tudo no tempo, se perdendo, ou virando enfeite. Essa é uma mudança muito forte, que tem os dois lados, tem o lado positivo da tração animal quanto o da mecanização, e também tem o lado negativo dos dois. A penosidade da tração animal, na época nós éramos jovens então tinha força de trabalho. Uma mudança muito forte foi a mecanização.

O mesmo interlocutor ainda destaca como se expandiu o número de máquinas e a mecanização do trabalho nos assentamentos. Ele relembra que, no início dos assentamentos, existia apenas uma máquina colheitadeira, e “hoje no Cerros deve haver uns 10 ou 15 tratores no mínimo. Claro nem todo mundo tem acesso, nem todo mundo vai ter um trator”. Arelado a esse fator da mecanização, o cultivo da soja passa a exigir cada vez mais pacotes tecnológicos, agroquímicos, com o objetivo de aumentar a sua produção. Segundo Tiriba e Fischer (2015, p. 413):

A substituição da interação simbiótica entre solo, água, plantas e animais da agricultura camponesa pela integração de insumos, sementes e produtos químicos, acaba por fragilizar as culturas, causando desequilíbrios ecológicos na cadeia alimentar. Além disso, o uso crescente de inseticidas, herbicidas e outros agrotóxicos contribui para poluir as águas e extinguir espécies nativas e grande parte da fauna dos rios.

Para o interlocutor 04, a alteração mais significativa no modo de viver que a soja trouxe foi a perspectiva do trabalho. Para ele:

A soja entrou, e hoje quem arrenda é porque não tinha renda nenhuma. Então mudou nesse sentido financeiro, mas o que eu percebo é que quem arrenda não trabalha. Mas as pessoas têm um dinheiro por conta do arrendo. Hoje a gente tem uma relação amistosa, por enquanto não está aparecendo conflito, mas quero ver depois. Agora as terras estão boas, mas quero ver quando não nascer nem a chirca.

Sobre a perspectiva da mudança no campo do trabalho, cabe recuperar Marx (2008) na afirmação clássica “que a produção da vida material condiciona os processos da vida social”. A produção do monocultivo da soja acarreta a exclusão da família do processo produtivo, pois conforme já anunciado, essa produção não exige a ampla mão de obra do grupo familiar, sendo em geral de reponsabilidade do arrendatário cultivar o solo, realizar o manejo e a colheita da lavoura. Essas alterações ocasionarão mudança na sociabilidade dessas famílias. O interlocutor 07 explicita essa contradição:

O nosso povo, no senso comum, tem uma visão que se melhorar de vida não tem mais necessidade de viver em comunidade, e quer resolver a sua vida individualmente. Então muda o perfil, quem comprou bens ou quem teve lucro com a produção de soja, não tem necessidade de ir lá em uma cooperativa que foi construída até por ele, porque daí “eu acho que não faço mais parte daqui”. É mais fácil eu pegar a sobra e gastar no mercado na cidade, isso acontece muito. É uma questão cultural, eu acho falando particularmente que é uma questão cultural de não permanecer por muito tempo no mesmo lugar, não se sentir mais parte.

A fala do interlocutor 07 demonstra que a família que opta pelo monocultivo da soja passa a não se sentir mais parte daquela comunidade, bem como já não vê mais a necessidade de manter relação com as organizações sociais e as cooperativas. Martins (2019) afirma que esse processo ocorre porque o arrendatário é quem passa a ser o principal interlocutor do assentado que arrenda e não mais o movimento social. O estudo da dissertação de Neto (2014), realizado no item 1.4, problematiza as relações de arrendamento no interior do assentamento. Para o autor, o arrendo explicita novas formas de exploração, acarreta uma dependência do arrendatário e o endividamento das famílias assentadas, que, aos poucos, vão perdendo a própria autonomia sobre seu lote.

Assim, como resultado da expansão do monocultivo da soja em áreas de reforma agrária, está o afastamento das famílias assentadas em relação ao MST. Segundo Martins (2022, p. 290), “a base social do MST foi reduzida, perdendo força política”. Ocorre um processo de enfraquecimento da organização social, com baixa participação nos processos de luta. O interlocutor 07 explicita essa contradição:

As pessoas aqui não têm mais tempo para lutar. No início aqui todo mundo subia em cima de um caminhão, de a pé ou a cavalo de carroça ou coisa parecida, tinha uma unidade. Íamos a Bagé buscar uma caçamba, uma patrôla, ou coisa parecida para arrumar as estradas. Hoje já não se tem mais isso. A luta é difícil, organizar o povo é difícil. Hoje se tu contar com as mais de 2.000 famílias que tem na região se tirar 350 ou 400 é muito, para pauta do movimento. Quem está na soja não vai lutar por um auxílio emergencial, por educação se não vai ter mais nenhum jovem para estudar.

Já o interlocutor 02 reflete que, mesmo que ocorra esse afastamento das famílias das pautas do MST, muitas destas ainda conservam as simbologias do Movimento. Para ele, há esse distanciamento, mas também é preciso reconhecer os problemas organizativos da região:

Às vezes o vivente não participa de uma luta, mas ele tem a bandeira do movimento em casa, isso se manteve essa simbologia. Acredito que a baixa participação nos processos é uma questão organizativa, não é um problema das famílias, mas sim organizativo do conjunto do Movimento. Acho que tem que ter essa leitura, a gente tem uma estrutura e capta ela pra organizar, que era o que fazíamos na Cooptil, nos utilizava o espaço da rota do leite pra debater questões produtivas, mas também sociais, políticas e econômicas.

A interlocutora 05 reforça essa perspectiva da diminuição da produção de alimentos e como isso está relacionado com as próprias atividades culturais das famílias. Vejamos a sua fala:

A principal mudança está na produção de alimentos, porque quem está inserido nesse modelo do agronegócio o que pesa sempre é o dinheiro, é as sacas de soja, o resto compra do mercado. E as famílias que plantam soja se perde aquele prazer de estar com a mesa farta de produção do próprio lote, de ter o pão, o queijo, a alface, a nata, o feijão, o arroz. Então acho que esse prazer do alimento assim é algo que o agronegócio substituiu, tirou das famílias. Então quem planta a soja é o status financeiro, e banaliza, diminui e até critica a importância da produção do alimento. Até as atividades culturais mesmo, por exemplo de fazer o salame, o queijo, de fazer essas coisas que não tem um valor, mas é tão prazeroso arrumar a mesa e saber que ali foi produzido, de saber o que está comendo, de colher seu tomate da horta, fazer seu suco, de arrumar a mesa e ver que 90% da produção saiu ali da terra, das tuas mãos.

A fala da interlocutora 05 explicita uma contradição importante de ser explorada, que é o abandono da produção de alimentos por uma parcela das famílias que optaram por arrendar todo o lote para o cultivo da soja. Segundo a fala sua, essas famílias deixam de cultivar seus roçados e passam a comprar “tudo do mercado”, pois deixam de valorizar a produção para a subsistência em detrimento ao dinheiro, “esse sentimento é o que se perde das famílias porque o alimento se transformou nessa mercadoria que tu vai e pega no mercado. O debate da alimentação saudável se perdeu, parece que é miudagem, ficou em segundo plano”.

O interlocutor 07 reforça que ocorre essa desvalorização da produção diversificada e explicita que as próprias relações na comunidade vão se transformando, se enfraquecendo os laços de vizinhança e compadrio:

Quando a soja chegou alterou a relações na comunidade. Do ponto de vista econômico teve mudança pra pior. O que se tinha aqui na nossa região antes da chegada da soja era a relação da vizinhança, de se vizinhar e a soja barrou. Hoje as pessoas não vão visitar o “compadre”, não se tem mais tempo. Esse foi um fator, a soja levou as pessoas a não se vizinhar. E tem a questão da diversificação da produção, hoje as pessoas que estão só na soja elas dependem de comprar tudo de fora.

Os enunciados dos interlocutores 05 e 07 demonstram a relação intrínseca entre trabalho e cultura. As famílias, ao aderirem a produção da soja em seus lotes, conseqüentemente vão secundarizando as atividades culturais relacionada à produção de alimentos, como citado pela interlocutora 05, o “fazer o salame, o queijo, de fazer essas coisas que não tem um valor” – monetário. Retomando Brandão (2008), a cultura está naquilo que criamos e, no caso dos camponeses, está naquilo que é cultivado. Nesse sentido, o agronegócio atua também na exclusão cultural desses assentados, pois ele se apropria do território material e imaterial desses sujeitos,

interferindo na sociabilidade dos mesmos. Para Fernandes (2009), a disputa por esses territórios é permanente e está relacionada às relações sociais.

No item anterior, destacamos a dependência que as famílias que arrendam seus lotes passam a ter dos arrendatários, seja para preparar suas parcelas de terras para outros cultivos, como também para se deslocar do interior até a cidade. Aqui, percebemos que o monocultivo da soja, ao se expandir por todo o lote da família, faz com que a mesma não produza mais alimentos para a própria reprodução familiar. O interlocutor 02 destaca sobre a dependência que esse modelo vai gerando:

A grande maioria dos que arrendam tem essa dependência, ele acaba ficando dependente e ele é um alvo, talvez um futuro cara que vai vender o lote ou para esse que ele já está arrendando ou para outro, isso é notório. Vai criando aquela dependência [...] e esse tipo de arrendatário, dependente, tem mais probabilidade de ir embora ou vender o próprio lote.

Na dissertação de Daude (2018), é enfatizado que a permanência do assentado no lote está relacionada à sua autonomia sobre sua parcela de terra, sobre como viver, o que cultivar, contudo a atuação do agronegócio deixa as famílias dependentes ao seu modelo, pois já não desenvolvem mais o seu roçado para a subsistência e necessitam do recurso do arrendo para pagar suas dívidas e suprir suas necessidades básicas.

A fala dos interlocutores ajuda a compreender como a expansão do monocultivo da soja vai modificando o território, não só no aspecto produtivo, mas da própria sociabilidade das famílias e o interesse das mesmas em cultivar e permanecer na terra. A relação com a terra e com o trabalho também se transforma, o tão sonhado lote para a reprodução do núcleo familiar é disputado por um modelo que exclui a própria família do trabalho, que contamina a água e o solo da comunidade. A alimentação passa a ser buscada no mercado e não mais cultivada nos roçados, a comida passa a ser uma mercadoria.

Evidenciamos, também, que a sociabilidade da comunidade se fragiliza, as famílias passam a não participar mais dos grupos de produção, das atividades do MST e, conseqüentemente, das discussões coletivas. Ocorre um distanciamento do próprio movimento social que contribuiu na organização e consolidação daqueles territórios de reforma agrária. Para Martins (2022, p. 289), “foi nesse ambiente de fortalecimento do agronegócio que o MST enfrentou uma profunda crise organizativa”, resultando na redução da sua base social.

O significado do trabalho também se transforma, quando se adere ao arrendamento total do lote, não se colhe e partilha os frutos da terra com a família ou vizinhança, pois o resultado desse modelo é de produção de mercadorias/*commodities*. E ainda que resistam práticas de produção orgânica e agroecológica que contrapõem o modelo hegemônico, a relação estabelecida com a terra por quem adere ao monocultivo da soja, se transforma, a mesma é vista como um lugar de negócio, de obter renda para buscar os alimentos e as demais necessidades básicas para a sobrevivência no mercado.

3.3 PRODUZINDO RESISTÊNCIAS AO MODELO HEGEMÔNICO

Nas seções anteriores, apresentamos como a produção do monocultivo da soja expandiu-se pelos assentamentos pesquisados, disputando esses territórios e acarretando em transformações no trabalho e na sociabilidade das famílias assentadas. A seção que segue busca apresentar as formas de resistência que encontramos no universo empírico, e como estas se materializam na reprodução social das famílias, recriando formas mais cooperadas de trabalho e sociabilidade e desempenhando um papel educativo de transformação das consciências dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Importante refletir que a implementação da “Revolução Verde” e o avanço do agronegócio no campo, como se analisou no capítulo 01, não trouxe mudanças só no modo de produzir na agricultura, mas sobretudo na relação dos camponeses com a natureza e, conseqüentemente, na expropriação e apropriação dos seus conhecimentos populares adquiridos ao longo das gerações. Ocorre um processo de depreciação dos saberes, fragmentação da consciência e desvalorização da sociabilidade camponesa, baseada na exploração do trabalho. O que ganha força nesse processo é a individualização da família em seu lote, cuja centralidade passou a ser produzir mercadorias e não mais alimentos. Nesse sentido, a educação hegemônica assume um papel fundamental para a concretização desses valores, crenças e hábitos, ganhando força na atualidade a ideia de meritocracia, empreendedorismo, etc. O filósofo Mészáros (2008) contribui na reflexão que aponta a lógica do capital sobre a educação, e o seu papel de interiorizar valores que respaldam a ordem vigente:

A educação institucionalizada, essencialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja de forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Nesse processo de internalização dos valores do capital, a consciência torna-se fragmentada, e não é de interesse do capital romper com essa lógica de educação e trabalho alienante, pois este resulta em uma sociabilidade restrita, onde os anseios e pautas coletivas se enfraquece em vistas da individualização da vida. As relações de trabalho, baseadas na exploração, passam a ser naturalizadas, o que impossibilita que se pense alternativas que transformem radicalmente o sistema vigente.

Ainda, para Mézaros (2008, p. 60), é o próprio trabalho e a educação que podem apresentar alternativas à ordem vigente, e desempenhar uma transformação social, pois “pelo trabalho é possível *superar a alienação* com uma *reestrutura radical* das nossas condições de existência há muito estabelecidas e por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser”. No que diz respeito à educação, o autor afirma que:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 65, grifo do autor).

Retomar esse debate e visualizar essas contradições, bem como as alternativas citadas acima, permite aprofundar a reflexão sobre as experiências contra-hegemônicas que a pesquisa pode evidenciar. As mesmas recolocam o trabalho e a educação como possibilidades “de uma mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65). É a partir desse olhar, tendo clareza das contradições existentes, que essas experiências serão apresentadas, visualizando como as mesmas implicam em um processo de conscientização dos sujeitos.

O cultivo de sementes vinculadas à cooperativa Bionatur e a produção de leite se apresentam como formas de resistência ao modelo hegemônico. Essa afirmação é referenciada na fala do interlocutor 02, que aponta que “as sementes e a produção de

leite são um freio para a soja”, isto porque nos lotes onde se desenvolve essas atividades a soja não chega, e se chega não ocupa toda a área cultivável da família.

Evidenciamos que as famílias produtoras de sementes e de leite apresentam uma produção diversificada em seus lotes, assim o trabalho e a sociabilidade desses sujeitos perpassam o forte vínculo com a terra. Para Brandão (2008), é a partir do que criamos e cultivamos, que vamos agindo sobre o mundo e construindo nossas próprias condições de existência.

No item 1.5.1, apresentamos as principais ocupações da família em relação ao trabalho e produção. Aqui, cabe resgatar brevemente que, das 4 famílias entrevistadas que residem no território pesquisado, apenas uma família não produz sementes agroecológicas vinculadas à Bionatur, e somente uma não produz leite.

Sobre a produção de sementes, foi possível diagnosticar com as entrevistas que esse cultivo se iniciou de forma convencional e vinculada a empresas externas que já tinham uma atuação de longo tempo na região. Dessa forma, esse ramo produtivo esteve presente nos primeiros anos de assentamento, isto porque já haviam empresas instaladas e atuando na região. Silva (2015 p. 81) destaca que “o estabelecimento dos assentamentos possibilitou a progressiva expansão da produção de sementes de olerícolas”.

A tese de Silva (2015) contribui para compreendermos como se deu o início desse processo até a transição para uma produção agroecológica. A produção de sementes agroecológica surge com a necessidade de romper com o modelo de produção convencional, com o qual os assentados haviam se inserido. A fala da interlocutora 01 explicita essa transição: “antigamente usávamos veneno para a sementeira, agora não usamos mais, e passávamos secante na beira da casa, agora temos que roçar”. Essa passagem da interlocutora evidencia a relação entre trabalho e educação, abordado no capítulo 02, onde Frigotto e Ciavatta (2012) destacam o caráter formativo do trabalho. Assim, a partir da prática agroecológica, houve um processo formativo/educativo na forma de cultivar e cuidar da terra por parte da família assentada, que deixou de utilizar agrotóxicos em seu lote, passando a cultivar de forma agroecológica. Outra passagem que evidencia essa relação entre trabalho-educação é a fala do interlocutor 04, que destaca que iniciou o trabalho com as sementes porque já era uma atividade que o seu pai desenvolvia no lote. Percebemos, aqui, como os saberes desses sujeitos se dão no cotidiano do trabalho, no cultivo do

lote, passando de geração em geração, pois, conforme Kuenzer (1991, p. 21), “ao trabalharmos produzimos saberes e conhecimentos”.

Segundo o relato dos entrevistados, essa experiência com as sementes iniciou-se com um grupo reduzido de famílias, intermediadas pelo trabalho da cooperativa regional. Silva (2015, p. 85) historiciza esse processo:

Em 1997, a Cooperal decide pelo rompimento da relação com as empresas de sementes, e lança o debate junto aos agricultores, estabelecendo o desafio de implantar a experiência de produção de sementes agroecológicas. No centro do debate as questões da ruptura com o modelo de produção e a necessidade de constituir-se como geração de renda para os agricultores aparecem como determinantes da perspectiva que se buscava, elementos que definiriam o caráter da experiência.

O desafio posto pela Cooperativa foi de ir além da produção, e organizar toda a cadeia produtiva:

Durante os primeiros anos [...], a constituição dos processos que envolvem as diversas fases da cadeia produtiva, tornou-se o desafio cotidiano principal. Se a experiência iniciou-se pelo manejo da produção, a partir deste momento, estendia-se para o beneficiamento, armazenagem, embalagem, gestão, comercialização, envolvendo tudo e todos (SILVA, 2015, p. 92).

Na realização das entrevistas e, posteriormente, na sua análise, foi possível perceber que as famílias que optaram por desenvolver esse cultivo de sementes agroecológicas apresentaram uma consciência crítica ao modelo de desenvolvimento vigente, bem como uma preocupação e cuidado com a natureza e com os bens naturais. Essa afirmação pode ser exemplificada na fala da interlocutora 01, que destaca: “a soja vai muito veneno, mas as pessoas não pensam nisso por conta do dinheiro, eles ganhando dinheiro está bom, não pensam no que isso causa”. A mesma interlocutora demonstra preocupação com a contaminação do solo e das águas, refletindo que os agrotóxicos se espalham com facilidade e todos acabam sendo afetados. Demonstrando essa mesma consciência crítica, o interlocutor 02 problematiza que a produção da soja acaba sendo referência na forma de produzir de outros cultivos:

Hoje boa parte das famílias usa secante, seja para limpar uma cerca, seja para limpar um pátio, isso veio com a produção da soja e foi além. Mas é essas coisas da mudança que esse modelo traz, do secante, de usar nas hortas, no pomar. E quem cultivava milho, se tu não dessecar, a capoeira toma conta, daí um milho comum já não cabe, tem que ser um milho transgênico, uma coisa leva a outra. São essas mudanças graduais, que ainda estão em andamento.

O relato desses interlocutores aponta como a relação trabalho e educação se coloca na prática produtiva, explicitando o que Freire (1987) denomina de conscientização. Para o autor:

A conscientização (...) possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito (...). Se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão (FREIRE, 1987, p. 15-16).

Nessa perspectiva que, para Freire (1980), é no processo de conscientização que superamos a visão espontânea da realidade, e conseqüentemente conseguimos desvelá-la e agir sobre ela, pois “a conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato ação-reflexão (FREIRE, 1980, p. 26.) Assim a transformação da consciência está fortemente relacionada com a prática do trabalho, e se concebida a partir da contra hegemonia possibilita uma atuação na realidade na perspectiva de transformação da mesma.

Arroyo (2014) denomina esse processo como “força pedagógica do real”, onde é possível perceber que as decisões sobre o trabalho e o cultivo no lote vão moldando a relação do sujeito com a natureza. Por um lado, encontramos as famílias que aderiram à produção agroecológica, onde a relação trabalho e natureza é baseada no cuidado com a terra e os bens comuns. Contraditoriamente a isso, por outro lado, vemos que quem opta pela produção do monocultivo da soja acaba aderindo a todo seu pacote tecnológico e de agroquímicos para os demais cultivos no lote. Sobre esses distintos projetos para o campo, retoma-se Fernandes (2002), quando este afirma que um dos grandes desafios dos camponeses é manter a sua soberania no território, pois no agronegócio não há espaço para a reprodução social dos sujeitos, visto que sua finalidade é transformar o campo em um local de produção de mercadorias.

Aqui, visualizamos a afirmação de Arroyo (1991), onde os processos educativos e culturais estão vinculados a questões materiais, de reprodução das condições objetivas de existência, ou seja, a organização do trabalho é um ato educativo. Nesse sentido, essas práticas sociais educativas não escolares, articuladas com a organização para a sobrevivência, podem ser vistas como um processo contra-hegemônico da educação, que amplia a consciência desses trabalhadores, fazendo emergir saberes e conhecimentos, produzidos coletivamente na prática cotidiana do trabalho e na transformação daquela realidade. Retomando Freire (1980, p.26-27), “a

conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo”.

Essa afirmação citada acima pode ser relacionada com a fala do interlocutor 02, na qual ele reflete que a produção agroecológica precisa ajudar a pensar novas formas organizativas e produtivas, buscar alternativas para qualificar e ajudar no trabalho dos camponeses, no acesso às tecnologias e no melhoramento do solo:

Dentro da agroecologia tem uma coisa chamada agricultura sintrópica que nada mais é do que o manejo, no melhoramento do solo. Então como em um processo de agroecologia nós vamos melhorando o solo, e como na agricultura nós criamos um processo assim? Porque nós estamos em um processo de degradação e isso deveria ser refletido e discutido coletivamente.

As falas desses interlocutores demonstram que a opção pela produção orgânica e agroecológica não está relacionada somente com uma vontade ou idealização individual da família assentada, mas faz parte de um outro projeto para o campo, que se preocupa com a contaminação do solo, da água e dos bens comuns que o monocultivo acarreta, e que se pauta pelo cuidado com a vida e com os bens da natureza, o que faz parte do projeto de Reforma Agrária Popular do MST.

Nesse sentido, cabe destacar que, para o MST do Rio Grande do Sul, a atuação da Bionatur apresentou-se como uma estratégia de suma importância para o avanço da agroecologia nos territórios da reforma agrária. Segundo Martins (2019, p. 93), “foi no ano de 2009 que se aponta como um dos objetivos relacionados à matriz produtiva: [...] expandir as ações de produção de sementes, sobretudo a marca Bionatur, estendendo seu trabalho para outras regiões do RS [...]”. Tendo em vista a importância desse processo produtivo para o avanço da agroecologia é que essa experiência acabou se nacionalizando. Segundo Silva (2015), a Bionatur apresentava-se como um símbolo para o MST, que contrapunha a lógica vigente neoliberal, e nesse contexto que se toma a decisão de constituir a Rede Nacional de Sementes Agroecológicas Bionatur, vinculada à Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida – CONATERRA. Assim, essa experiência exitosa, que se iniciou com 12 famílias da região Campanha, hoje está presente em diversos municípios do Rio Grande do Sul e também de Minas Gerais, totalizando mais de 350 famílias²¹.

²¹ Informações obtidas pelo site da Bionatur: <<https://www.bionatursementes.bio.br/>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

A experiência da produção de sementes agroecológicas evidencia uma nova forma de trabalho e de sociabilidade, onde a primazia não está nos rendimentos obtidos com esse trabalho, mas sim na relação direta de cuidado com a natureza, como parte fundamental da reprodução social da família. Aqui, vemos o trabalho como um processo formativo, que transforma a natureza produzindo bens, mas também como uma ação que forma a consciência dos sujeitos que optaram por esse cultivo. Nesse sentido, também produzem saberes e conhecimentos com a prática do trabalho pautado na agroecologia, aprendem uma nova forma de se relacionar com a natureza, pautado na preservação e cuidado com a mesma. Evidenciamos com essa experiência o que Arroyo (2014) chama de “trabalho como produtor da vida”, onde os processos produtivos humanizam os sujeitos.

A outra forma de resistência que encontramos ao modelo hegemônico de produção de *commodities* foi a produção de leite. Esse processo (utilizando a fala do interlocutor 02) também pode ser visto como um “freio para a soja”. Isto porque: a) demanda que uma parcela do lote seja destinada para piquetes de pastagens para os animais; b) envolve as mulheres no processo de trabalho e produção; c) garante a renda mensal da família. É importante destacar que, dos 4 interlocutores assentados no território da pesquisa, 3 estão envolvidos com a produção de leite, sendo a interlocutora 01 e o interlocutor 04 produtores agroecológicos, e a interlocutora 03, produtora convencional, com o cultivo de soja em seu lote. Segundo a interlocutora 03, quem optou pela produção da soja foi o marido, conforme sua afirmação: “eu sou contra porque na soja tem que colocar veneno, mas não abro mão das vacas, do leite”.

O trabalho com a produção do leite tem uma dinâmica diferenciada dos cultivos agrícolas sazonais, pois exige uma dedicação diária com o manejo das vacas e da ordenha, ocupando boa parte do dia no cuidado com os animais. Ainda assim, é possível destinar tempo e uma parcela do lote para produzir outros roçados, e é o que ocorre com os interlocutores que se dedicam a essa produção. Os mesmos ainda criam pequenos animais como aves e porcos e desenvolvem outros pequenos roçados para a subsistência.

Outro fator importante, já mencionado nesse capítulo, é o envolvimento das mulheres na atividade leiteira. É um trabalho que é gerenciado por elas, isso faz com que elas se sintam parte das atividades produtivas do lote, bem como gere uma renda importante para a manutenção da família. Na fala da interlocutora 03, citada acima, quando ela diz “não abrir mão das vacas” demonstra que ela tem um papel importante

sobre as decisões no lote. Em outra passagem da entrevista, a mesma interlocutora relaciona a produção de leite com a melhora na qualidade de vida da família, afirmando que “com a primeira renda do leite conseguimos comprar comida melhor, foi melhorando a nossa qualidade de vida”. Na entrevista realizada com o interlocutor 04, quando perguntado sobre a principal fonte de renda, sua esposa interfere e afirma “o meu leite ganha do teu salário”, demonstrando satisfação com o resultado obtido através do seu trabalho.

O trabalho com o leite e, conseqüentemente, a renda mensal que este garante, proporciona uma nova condição de vida para as famílias, em especial para as mulheres. Além dessa renda, como já mencionado, contribuir nas despesas da casa garante uma autonomia financeira para as mulheres, que passam a não depender do recurso gerido pelos homens, obtidos através das safras anuais.

Sobre essa questão da renda, o interlocutor 07 destaca que, na produção da soja, os investimentos são muito altos, e que na hora dos acertos da safra, boa parte do que o agricultor recebe precisa pagar as dívidas do valor investido na lavoura, fazer manutenção de máquinas etc. O interlocutor ainda afirma que “o leite e as sementes, no ponto de vista da questão da geração da renda, são muito mais compatíveis que a própria soja. Geram mais renda para as famílias, em menos tempo de trabalho”. A fala do interlocutor relaciona-se com a afirmação de Moreira (2013), feita em sua tese, sobre a produção de soja nos assentamentos de Tupanciretã-RS:

A cobiça pelo agronegócio da soja, sustentada pelo fator capital, ambiciona e demanda de áreas agricultáveis e, de forma ilusória, o assentado fica entusiasmado com a possibilidade de ganhar um bom dinheiro, com o “brilho” da soja em seu pequeno lote familiar (MOREIRA, 2013, p. 200).

Nesse mesmo sentido, a interlocutora 05 reflete como esse processo “ilusório” acontece:

Uma vez a gente até fez as contas, conversando com a família que planta soja, porque o leite é uma das principais atividades e se adapta bem na região, em função do solo, do tipo de paisagem, da plantação, tem a grama nativa, é o pampa. Então na produção de soja acontece o arrendo, aí arrenda e tira um valor significativo por ano, mas se for dividir esse valor do ano em doze meses, que é a renda do leite mensal por exemplo, com poucas vacas, não precisaria de grandes quantidades de animais, tu tiraria aquela renda da soja e muito mais. Então na soja tu tem um valor acumulado que a pessoa pega no final de um ano, mas comparado a outras atividades tem várias outras que seriam mais viáveis financeiramente.

Nas afirmações acima, percebe-se que tanto o leite como as sementes são importantes geradores de renda para as famílias assentadas. Na produção do leite, ainda se destaca o protagonismo das mulheres no desenvolvimento dessa atividade. Ambas as produções permitem desenvolver uma produção diversificada no lote e envolver toda a família no processo do trabalho, ao contrário do monocultivo da soja, no qual os homens são os responsáveis por essa atividade.

Percebe-se, ainda, que a decisão da família pela produção de sementes agroecológicas rompe com a lógica da agricultura convencional, baseada no monocultivo e no alto consumo de agrotóxicos. Esse fator fica evidente na fala da interlocutora 01, já citada acima: “antigamente usávamos veneno [...] agora não usamos mais”. Esse mesmo fator não ocorre com o leite, pois, no caso da família da interlocutora 03, a produção do leite acontece concomitantemente com o cultivo da soja. Assim, o leite pode ser visto como um freio para soja, no sentido que garante que não seja cultivado somente esse grão no lote; porém, não rompe com o modelo produtivo do agronegócio.

Outro fator que também merece destaque é que, em geral, a soja é plantada de forma individual, seja pelo próprio assentado ou através do arrendo da área. Ainda que existam “parcerias” entre arrendador e arrendatário, percebemos que essa relação se dá mais no âmbito das necessidades ou dependência. Podemos citar exemplos que apareceram nas entrevistas, como a carona para ir até a cidade quando a família não tem carro, ou a utilização do maquinário do arrendador para sanar alguma necessidade no lote. Já o cultivo de sementes agroecológicas vinculada à Bionatur e a produção do leite vinculada a Cooperativas do MST estabelecem uma outra relação entre as famílias, que tomam decisões e executam planejamentos de forma coletiva.

A formação dos grupos de produção das sementes e a própria organização da rota do leite pela cooperativa Cooptil desenvolve um trabalho que vai além do campo produtivo, proporcionando tanto troca de saberes e experiências entre as famílias, organizando formações técnicas e políticas, como também, conforme a fala do interlocutor 02: “a gente tem essa estrutura – cooperativas – e capta ela para organizar, que era o que fazíamos na Cooptil, nos utilizava o espaço da rota do leite pra debater questões produtivas, mas também sociais, políticas e econômicas”. Nessa perspectiva, o trabalho com as sementes agroecológicas e o leite rompe com o

individualismo do monocultivo da soja, desenvolvendo uma prática social de vida mais cooperada.

Para Dagnino (2011, p. 215), essas experiências de práticas de cooperação, ou nas palavras do autor de “empreendimentos solidários”, devem ser vistas como “formas de politização capazes de impulsionar a adoção de um estilo de desenvolvimento alternativo. [...], pois questiona o cerne da sociedade capitalista, sua estrutura econômico-produtiva”. De fato, percebemos que produção de sementes, a partir da agroecologia “nada contra a maré”, desse projeto hegemônico de produção de mercadorias, resgata os saberes e conhecimentos, desenvolvendo uma práxis que transforma as relações produtivas e também socioculturais dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Percebemos que a opção pela agroecologia, pelo trabalho cooperado ou associativo desencadeia novas formas organizativas e de estabelecimento da sociabilidade entre as famílias assentadas. Isto ocorre, pois estas famílias reconhecem uma forma diferenciada de organizar a vida e sobre a própria concepção do papel da agricultura e do campo. Ainda que os lotes sejam individualizados, esses processos de cooperação permitem que as famílias participem de espaços formativos e organizativos, desenvolvendo a consciência crítica, a troca de saberes entre as famílias, adquirindo e transmitindo novos aprendizados e conhecimentos. É através da prática do trabalho que estas famílias constroem os espaços organizativos, os grupos de produção e cooperativas. Estas, por sua vez, tornam-se práticas educativas e formadoras, pois redimensiona a sociabilidade, as condições de existência desses sujeitos, fazendo-os agir e transformar a realidade a partir da sua prática social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos às considerações finais dessa dissertação, compreendendo que a atualidade da questão agrária brasileira apresenta problemáticas difíceis de serem solucionadas a curto e a médio prazo. O avanço do projeto de desenvolvimento do agronegócio, pautado na produção de mercadorias – as *commodities* agrícolas – aguça ainda mais essas questões, expulsando gradativamente os camponeses dos seus territórios, gerando conflitos por terra, desmatando e degradando os bens comuns.

Observamos, com essa dissertação, que o monocultivo da soja – em áreas de assentamento, como parte integrante do projeto do agronegócio – reconfigura a organização da família e de todo o território pesquisado, frente ao seu trabalho e à sociabilidade. Nesse sentido, os resultados obtidos com essa dissertação dialogam com nosso pressuposto inicial, que apontava que quando ocorre a disputa por territórios pelo agronegócio, disputa-se também o modo de vida das famílias que ali vivem, produzindo e reproduzindo suas vidas. Acreditamos que o resultado da pesquisa possibilitou alcançar em parte nosso objetivo geral, e explicitar, com essa dissertação, como passam a viver e a se reproduzir as famílias assentadas que optaram pelo modo de produção do agronegócio, analisando essas mudanças nas próprias relações socioculturais desses sujeitos²².

A aproximação com materialismo histórico dialético permitiu evidenciar contradições presentes nesses territórios da reforma agrária, podendo assim observar a realidade com profundidade. Como resultados desse processo, evidenciamos que em ambos os territórios pesquisados o monocultivo da soja ocupa mais de 80% da área total dos assentamentos Conquista do Cerros e Conquista do Paraíso, fator que também é uma realidade dos mais de 50 assentamentos presentes na região Campanha. Essa alta porcentagem de terras destinada ao cultivo da soja é resultado da busca, por parte dos arrendatários, por mais áreas a serem plantadas, para que assim consigam aumentar sua margem de lucro. Esse aspecto resulta em uma pressão constante com as famílias assentadas, para que elas reproduzam em seus

²²O período pandêmico colocou desafios para a realização da pesquisa, não sendo possível acompanhar o dia a dia da família, como tinha sido proposto no projeto de pesquisa. Assim, muitas questões da vivência da família no seu cotidiano do trabalho e das suas relações socioculturais não foram possíveis ser aprofundadas.

lotes esse monocultivo. Esse ciclo acaba proliferando o arrendo de lotes, bem como uma possível futura venda destes para os próprios arrendatários.

Evidenciamos que a opção pela produção da soja está relacionada por diversos fatores, sendo eles: a questão econômica de dificuldade financeira da família e, atrelado a isso, a forte propaganda que a soja é o mais rentável; falta de saúde e idade avançada dos assentados, o que faz com que a família opte pelo arrendamento; a falta de mão de obra quando os filhos vão embora do assentamento; a própria falta de incentivos para desenvolver outros cultivos; e a dependência do arrendatário nas questões de infraestrutura.

Outras consequências que pudemos evidenciar dessa ofensiva da soja foram as mudanças no trabalho e na sociabilidade que esse projeto hegemônico acarreta no território. O trabalho passa a ser mecanizado e executado principalmente pelo homem da família, isso quando a família planta o próprio lote. Quando a opção é pelo arrendo total da área, ocorre um processo de exclusão de todo o grupo familiar das atividades produtivas, ocasionando uma perda de autonomia sobre seu território. Observamos, também, que o avanço do cultivo da soja faz com que se perca a centralidade na produção de alimentos e da diversidade, aspecto que influencia na dinâmica sociocultural desses sujeitos, pois eles deixam de cultivar seus roçados para a subsistência, buscando no mercado toda a alimentação para sanar as suas necessidades.

Ficou evidente que o agronegócio, ganhando força nas áreas de assentamentos da reforma agrária, enfraquece o vínculo das famílias assentadas com os movimentos sociais, em especial o MST, deixando de participar das atividades organizativas e dos processos de luta. Isto ocorre pois o principal mediador dessas famílias acaba sendo o arrendatário, que passa a oferecer serviços que as famílias necessitam, fazendo com que essas não se sintam parte e nem mais sintam a necessidade de se organizar em grupos, coletivos, organizações. Cabe destacar, ainda, que essa relação de arrendador com arrendatário acaba gerando uma dependência das famílias, que optaram por arrendar seu lote para o cultivo da soja. Isto ocorre muitas vezes pela falta de estrutura da família, que depende do maquinário e até da possibilidade de deslocamento até a cidade.

Analizamos, também, como o fator ideológico do agronegócio, muitas vezes propagandeado pela mídia, influencia na decisão da família sobre os cultivos do seu lote. Por muitas vezes, as famílias percebem o trabalho dos camponeses como

atrasado e buscam no agronegócio a modernidade, a tecnologia, representada nas grandes máquinas agrícolas. Esse fator ideológico muda a postura dos próprios assentados, que já não sentem a necessidade de se organizar nos espaços coletivos e de organização social.

Ainda é preciso reconhecer que um dos resultados do agronegócio ter avançado nos territórios da reforma agrária foi pela falta de políticas públicas que incentivassem a produção camponesa. Nesse sentido, as famílias com baixa infraestrutura no lote para desenvolver outros cultivos acabam optando por esse modelo de produção hegemônico, que tem como finalidade transformar o campo em um local de produção de mercadorias. Tais aspectos explicitam a disputa de projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Ainda como parte dos objetivos dessa dissertação, conseguiu-se identificar, nesses territórios, práticas/experiências contra hegemônicas de organização e produção das famílias assentadas. Estando estas materializadas na produção de sementes agroecológicas vinculadas à Bionatur e ao leite, ambas se apresentam como um “freio para a soja”. Cabe destacar, ainda, que esses cultivos têm uma atuação ativa das mulheres. Observamos que o trabalho das mulheres é de suma importância para a manutenção da reprodução social da família na geração de renda, e atua como uma “barreira” para o avanço do monocultivo da soja no lote.

Tais práticas de trabalho garantem uma diversidade produtiva no lote, bem como engendram uma nova sociabilidade entre as famílias assentadas, que estão materializadas nas formas de cooperação e a organização dos grupos de produção, que cumprem um papel político, social, formativo e organizativo das famílias, sendo que aqui visualizamos o caráter formativo do trabalho.

A afirmação clássica de Marx (2008), que é pelo trabalho que produzimos e reproduzimos a vida, pode ser evidenciada nessa dissertação. É nesse processo de produção material da vida que emerge a nossa sociabilidade, estando presente nela a cultura e educação. Encontramos, nas práticas sociais contra-hegemônicas, a emergência de práticas educativas que recolocam a relação desses camponeses com a natureza, transformando a consciência e resgatando (e ao mesmo tempo produzindo) novos saberes e conhecimentos. Nessa prática cotidiana, que é também de resistência ao modelo hegemônico de produção de *commodities*, novos vínculos vão sendo constituídos entre a produção da vida, a educação e a cultura, que vai se traduzindo em novas sociabilidades.

Por fim, é preciso reconhecer que esse estudo apontou questões que ficam, como desafio, para serem aprofundadas em processos futuros de minha formação, sendo elas: como as práticas de trabalho contra-hegemônicas tornam-se práticas educativas e, conseqüentemente, influenciam na organização do território; o papel das mulheres nos processos de trabalho, como produtoras de cultura e resistência, bem como a importância das mesmas para a construção do projeto de Reforma Agrária Popular, proposto pelo MST.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. *In*: SILVA, Tomaz T. da. **Trabalho, educação e prática social**. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 163-216.

BASTOS, Manoel Dourado; STEDILE, Miguel Enrique; BÔAS, Rafael Livitin Villas. Indústria Cultural e Educação. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura (movimentos de cultura popular). *In*: STRECK, D., REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: 2008, Editora Autêntica.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura: memória dos anos sessenta. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 377-407, set./dez. de 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Agropecuário Rio Grande do Sul** (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/24/27745>>. Acesso em: 23 de jun. de 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. **Incra nos Estados**: Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em assentamentos e a noção de empoderamento em questão. *In*: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andrea Butto (orgs.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CALABI, Donatela; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**. n. 9, 1992.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Campesinato. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli. Agricultura Camponesa. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CACCIATORE, Giuseppe. Cultura. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano:1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e a indústria cultural**: estratégia das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Produção desigual do espaço e dinâmica regional da agropecuária na campanha gaúcha (Brasil). **OBSERVATORIUM**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 6, p. 36-67, abr. 2011.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A Dinâmica do espaço agrário no município de Santana do Livramento: das Sesmarias aos Assentamentos Rurais. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 3(1): 53-70, jan./jun., 2005.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Cooperação Agrícola. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa [et al]. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

COMERFORD, John. Comunidade Rural. *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DAGNINO, Ricardo. A política de ciência e tecnologia e a esquerda latina americana: Difusão científica e tecnológica para a sociedade ou adequação sociotécnica com o povo? **Temáticas**. Campinas, v. 19, p. 205-232, jan./dez. de 2011.

DARON, Vanderleia Laodete Pulga; PALUDO, Conceição. Movimento das Mulheres Camponesas (MMC BRASIL). *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAUDE, Rodrigo, Bastos. **Modo de vida e a reprodução camponesa no Assentamento em Vila Boas Goiás-GO**. Goiânia: UFG, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças climáticas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DESCONSI, Cristiano. **O controle da lavoura**: a construção das relações sociais e a produção de soja entre os assentados do meio norte do Mato Grosso-Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ 2017.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EMATER RS: **Segunda estimativa da safra de inverno de 2022**. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/safra/safraTabela_11102022.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2022.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul - 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre as tipologias de território. *In*: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação pública**. Cuiabá, v. 24, n 56, mai./ago., 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O legado de Marx para a construção do projeto da pedagogia socialista. *In*: CALDART, Roseli Salette; BOAS, Rafael Livtin Villas (orgs.). **Pedagogia Socialista: Legado da Revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-RS: **Características da agropecuária do RS**. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>>. Acesso em: 19 de out. de 2022.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

GASPARIN, Geraldo; WITCEL, Rosmeri; SANTOS, Marina. Acampamentos e assentamentos. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa [et al]. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** (vol. 1). Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** (vol. 4). Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. Escritos Políticos (1916-1926): Socialismo e Cultura. *In*: MONASTA, Attílio. Trad. de Paolo Nosela. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

KOFLER, Leo. **História e Dialética**: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: Reduc, 1991.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MÁRKUS, György. **Marxismo e Antropologia**: o conceito de essência humana na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz e a Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária no Brasil**: da colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (vol. 1). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (orgs.). **Assentamentos Rurais, território, produção**: novas alternativas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Neag/UFRGS, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FIORENTI, Marcos. Desenvolvimento rural transformações socioespaciais e assentamentos no Rio Grande do Sul. *In*: DAVID, César de; WIZNIEWSKY, Carmem Rejane Flores (orgs.). **Agricultura & transformações socioespaciais olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. Transformações territoriais via reforma agrária no Rio Grande do Sul, Brasil: a territorialização de assentados na campanha gaúcha. *In*: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (orgs.). **Expressão da Cultura no Território**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos de Azevedo. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2005.

MOREIRA, Vinicius Silva. **A dialética capitalista no meio rural em Tupanciretã/RS/Brasil**: da ocupação Ibérica ao agronegócio nos assentamentos de Reforma Agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MOURA, Margarida, Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MST. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: MST, 2013.

NETO, José Leite dos Santos. **Trabalho e Educação no assentamento Guarani**. São Carlos: UFSCar, 2014. 104 f.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Alexsandra Maria de. **A recriação camponesa em assentamentos rurais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Carolina. Estatuto da Terra: embates e diferentes interpretações. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, Céli Regina; GUAZZELI, César Augusto Barcelos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Patrícia Martins. **Processo identitário da rede de sementes agroecológicas Bionatur**: a experiência na percepção dos agricultores. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2015.

STEDILLE, João Pedro (org.). **Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional - 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILLE, João Pedro. Questão Agrária. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TARDIN, José Maria. Cultura Camponesa. *In*: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão do agronegócio na América Latina. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMAZ JR, Antonio. Trabalho. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa [et al]. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

TIRIBA, Lia; FICHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, mai./ago., 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO 1 - Entrevista famílias assentadas: Produtoras de Soja

Data da Entrevista:

1. Dados dos entrevistados:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Composição familiar:

Trajetória da família: como chegou ao assentamento?

Telefone de contato:

Município:

2. Dados do assentamento:

Nome do Assentamento e ano de criação:

Número de famílias assentadas no início do assentamento e agora:

Quanto tempo vive no lote:

Como era o território antes da chegada do assentamento e o que se produzia na terra?

O que mudou na produção com a chegada do assentamento?

3. Trabalho e Produção:

Como organizaram o trabalho da família no início do assentamento e o que produziam? (havia iniciativas coletivas ou individuais)?

O que mudou no âmbito do trabalho e da produção, do início do assentamento até os dias atuais?

Qual a principal produção do assentamento hoje?

E o que mudou, no relacionamento, entre os assentados?

Específico da família que optou pela soja:

Em qual ano a soja chegou no assentamento?

Em média, quantas famílias do assentamento produzem soja?

Na sua opinião, o que levou as famílias a produzirem soja?

E a sua família, porque optou pela soja?

Como a família organizava o trabalho antes de produzir soja? Quais os cultivos já foram produzidos no lote?

Principal ocupação da família é a soja ou tem outros cultivos?

Por que a família optou por esse modo de produzir? Quais as vantagens e desvantagens desse tipo de cultivo?

Onde comercializa sua produção?

A família vive da agricultura ou desenvolve algum outro tipo de trabalho? De onde vem a principal fonte de renda?

O que se alterou no trabalho da família com a produção da soja?

Quais as principais dificuldades encontradas pela família em relação à produção no lote?

Como é a relação das famílias que produzem soja com os demais assentados?

Quais aprendizados, saberes e conhecimentos, são adquiridos pela família na prática do trabalho/produção?

4. Sociabilidade:

Como se organizou o assentamento no início (grupos, coletivos)? E como está organizado agora?

Qual relação a família estabelece com a terra/lote (moradia, trabalho, modo de vida)?

Há grupos organizados dentro do assentamento (mulheres, jovens, cooperativa)? A família participa de algum?

Tem escola no assentamento? Se não há, onde estudam as crianças e adolescentes?

Há festas na comunidade? Quais espaços de lazer? A família participa de alguma organização comunitária?

Quais mudanças ocorreram na comunidade, nas relações socioculturais, e nos processos organizativos e formativos desde a chegada da soja no assentamento?

Na sua avaliação, há uma alteração no modo de viver dos assentados quando se adere a produção da soja? Quais?

Qual a relação do assentamento com MST? As famílias participam de alguma organicidade?

Como é a relação das famílias que produzem soja com os demais assentados?

Quais os principais problemas enfrentados pelo assentamento?

Há no assentamento experiências produtivas que contrapõem o modelo da produção de soja? Quais? E elas garantem a subsistência da família?

ANEXO 2 - Entrevistas Famílias assentadas – produção contra-hegemônica (para famílias não envolvidas com a soja)

Data da Entrevista:

1. Dados dos entrevistados:

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Composição familiar:

Trajetória da família: como chegou ao assentamento?

Telefone de contato:

Município:

2. Dados do assentamento:

Nome do Assentamento e ano de criação:

Número de famílias assentadas no início do assentamento e hoje:

Quanto tempo vive no lote:

Como era o território antes da chegada do assentamento e o que se produzia na terra?

3. Trabalho e Produção:

Como organizaram o trabalho da família no início do assentamento e o que produziam? (havia iniciativas coletivas ou era individual)?

O que mudou no âmbito do trabalho e da produção do início do assentamento até os dias atuais?

Qual a principal produção do assentamento hoje?

Em média, quantas famílias do assentamento produzem soja?

Na sua opinião, o que levou as famílias a produzirem soja?

A produção está associada a alguma empresa ou é individual (por conta)?

Se for individual, como é escoada a produção (comercializada)?

E quantas famílias não aderiram a produção da soja? O que elas produzem?

Principal ocupação da família? (vive da agricultura ou desenvolve algum outro tipo de trabalho?)

Quais os cultivos já foram produzidos no lote? E o que cultiva hoje? De onde vem a principal fonte de renda?

Por que a família optou por esse modo de produzir? Quais as vantagens e desvantagens desse tipo de cultivo?

Onde comercializa sua produção?

Como a família organiza o trabalho? Todos os membros da família trabalham no lote?

Quais as principais dificuldades encontradas pela família em relação à produção do lote?

Como é a relação das famílias que produzem soja com os demais assentados?
Quais os aprendizados, saberes e conhecimentos, que são adquiridos pela família na prática do trabalho/produção?

4. Sociabilidade:

Como se organizou o assentamento no início (grupos, coletivos...)? E como está organizado agora?

Qual relação a família estabelece com a terra/lote (moradia, trabalho, modo de vida)?
Há grupos organizados dentro do assentamento (mulheres, jovens, cooperativa)? A família participa de algum?

Tem escola?

Há festas na comunidade? Quais espaços de lazer no assentamento? A família participa de alguma organização comunitária?

Qual a relação do assentamento com MST? As famílias participam de alguma organicidade?

Quais os principais problemas enfrentados pelo assentamento?

Quais mudanças ocorreram na comunidade, nas relações socioculturais, e nos processos organizativos e formativos desde a chegada da soja no assentamento?

Na sua avaliação, há uma alteração no modo de viver dos assentados quando se adere a produção da soja? Quais?

Na sua avaliação, qual o impacto da produção de soja no trabalho no modo de vida e na cultura dos assentamentos da Reforma Agrária?

ANEXO 3 - Entrevista Assistência Técnica

Data da Entrevista:

1. Dados dos entrevistados:

Nome:

Idade:

Profissão:

Escolarização:

Telefone de contato:

Município:

2. Questões:

Desde que período presta assistência técnica para os assentados? Que tipo de trabalho desenvolve?

Quais os cultivos existem no assentamento? E qual envolve mais famílias?

É a própria família que planta o lote de soja ou arrenda para terceiros? (se arrendam, quem são os arrendatários?)

Na sua opinião, porque as famílias assentadas aderiram a produção da soja?

Como o agronegócio atua no assentamento? Além do aspecto produtivo há outros fatores? (social, religioso...)

Quais mudanças percebe que ocorreram no assentamento desde a chegada da soja, (aspecto do trabalho, nas relações comunitárias, socioculturais e formativas)?

Na sua opinião, qual a principal diferença das famílias que produzem soja no modelo do agronegócio e das famílias que estão inseridas em outros modelos produtivos (agroecologia, Reforma Agrária Popular...)?

Na sua avaliação, há uma alteração no modo de viver dos assentados quando se adere a produção da soja? Quais?

Na sua avaliação, qual o impacto da produção de soja no trabalho no modo de vida e na cultura dos assentamentos da Reforma Agrária?

ANEXO 4 - Entrevista Órgão Público - Emater

Data da Entrevista:

1. Dados dos entrevistados:

Nome:

Idade:

Profissão/cargo:

Escolarização:

Telefone de contato:

Município:

2. Questões:

Como você avalia a chegada dos assentamentos na região?

Como os assentamentos da reforma agrária interferem/contribuem para o desenvolvimento do município?

Há espaços no município para que os assentados comercializem a sua produção? Quais?

Há empresas do agronegócio presentes no município. Quais?

Quais mudanças são possíveis de verificar nos assentamentos, ao longo do tempo, no que diz respeito à produção e também à convivência no município e região?

ANEXO 5 - autorização uso imagens, e som de voz para fins de pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem, som de voz, bem como a transcrição da entrevista, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado **AGRONEGÓCIO E A REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS: ofensivas e resistências – município de Candiota-RS**, sob responsabilidade de Juliane Soares Ribeiro, vinculado(a) ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para: análise por parte da equipe de pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem, som de voz e transcrição da entrevista.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante (a)

Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

Local e data